



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE NOVEMBRO DE 1991

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Abreu Salgado

Victor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa de vários diplomas.

Concluiu-se o debate do Programa do XII Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira) e dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro), os Srs. Deputados Rui Alvarez Carp (PSD), Jerónimo de Sousa (PCP), Rui Salvada (PSD), João Corregedor da Fonseca (Indep.), Roleira Marinho e João Maria Oliveira Martins (PSD), Luis Sá (PCP), Reis Leite (PSD), Manuel Queiró (CDS), Martins Goulart (PS), Guilherme Silva, Mário Maciel e Cecília Catarino (PSD), Jorge Sampaio (PS), Rogério Brito (PCP), Pe-

dro Roseta (PSD), André Martins (Os Verdes), Nogueira de Brito (CDS) e Lourdes Hespanhol (PCP).

Após as intervenções finais produzidas pelos Srs. Deputados André Martins (Os Verdes), Adriano Moreira (CDS), Carlos Carvalhas (PCP), Jaime Gama (PS) e Domingos Duarte Lima (PSD), o Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva) encerrou o debate.

Finalmente, as duas moções de rejeição do Programa do Governo, apresentadas, respectivamente, pelo PCP e pelo PS, não foram aprovadas, tendo, em seguida, feito declarações de voto os Srs. Deputados Manuel Sérgio (PSN), João Amaral (PCP), Narana Coissôr (CDS), Mário Tomé (Indep.), Isabel Castro (Os Verdes), João Corregedor da Fonseca (Indep.), Alberto Martins (PS) e José Silva Marques (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adão José Fonseca e Silva.
Adérito Manuel Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Alípio Barroso Pereira Dias.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Branco Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Barradas Leitão.
António Manuel Fernandes Alves.
António Maria Pereira.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António da Silva Bacellar.
Aristides Alves Nascimento Teixeira.
Armando de Carvalho Guerriciro da Cunha.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Alberto Lopes Pereira.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.
Cecília Pita Catarino.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos José Soares Almeida Lima.
Duarte Rogério Matos V. Pacheco.
Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.
Elói Franklin Fernandes Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Carlos Branco M. Andrade.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José da Costa.
Fernando José Roque Correia Afonso.
Fernando Manoel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando Santos Pereira.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco João Bernardino da Silva.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Carlos Marta Soares.
José Alberto Granja dos S. Silva.
João Álvaro Poças Santos.
João Domingos Abreu Salgado.
João José Pêdroreira de Matos.
João José da Silva Maçãs.
João do Lago V. Mota.
João Maria Leitão de Oliveira Martins.

Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Manoel Cabrita Neto.
Joaquim Maria Fernandes Marques.
Joaquim Vilcila de Araújo.
José de Almeida Cesário.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José Fortunato Freitas Costa Silva.
José Guilherme Reis Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leite Machado.
José Manuel Borregana Mcirelles.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Gaspar.
José Mário Lemos Damião.
José de Oliveira Costa.
José Pacheco Pereira.
José Pereira Lopes.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Luís António Carrilho da Cunha.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Filipe Garrido Paixão de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Antero da Cunha Pinto.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Joaquim Baptista Cardoso.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Manuel da Silva Azvedo.
Maria Margarida da C. P. Taveira Sousa.
Maria da Conceição Figueira Rodrigues.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Fernanda Correia da Mota Pinto.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Marília Dulce Coelho Morgado Raimundo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mário Silva Coutinho Albuquerque.
Melchior Ribeiro Pereira Moreira.
Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Fernando da Silva Rio.
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva.
Rui Manuel Parente Châncelle de Machete.
Simão José Riçon Peres.
Telmo José Moreno.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Virgílio de Oliveira Carnesiro.
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Abílio Alciso Curto.
Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Bernardes Costa.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 Américo Albino Saltciro.
 Ana Maria Dias Bettencourt.
 António de Almeida Santos.
 António Alves Marques Júnior.
 António Alves Martinho.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Domingues Azevedo.
 Anónio Fernando Correia de Campos.
 António Fernandes da Silva Braga.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 António Ribeiro Marques da Silva.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Edite Fátima Marreiros Estrela.
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Eurico José Palheiros de Figueiredo.
 Fernando Alberto P. Sousa.
 Fernando Alberto Pereira Marques.
 Fernando Manuel Lúcio Marques da Costa.
 Guilherme Valdemar P. Oliveira Martins.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Maria Lemos de Menezes Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Américo Fialho Anastácio.
 Jorge Lacião Costa.
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.
 José A. Martins Goulart.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Manuel Santos Magalhães.
 José Rodrigues Pereira dos Penedos.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos.
 Luís Filipe Nascimento Madruga.
 Luís Manuel Capoulas Santos.
 Manoel António dos Santos.
 Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Videira Lopes.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui António Ferreira da Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vicira.
 Victor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Azevedo Ferreira Lopes.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Lino António Marques de Carvalho.

Luís Manuel Silva Viana de Sá
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Tavares Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 José Girão Percira.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Quiciró.
 Narana Sinai Coissorô.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vicira e Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.
 Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: projectos de lei n.º 10/VI (PSD) — Elevação da povoação de Cabanas de Viriato a vila —, 11/VI (PSD) — Criação da freguesia de Abrunhosa do Mato no concelho de Mangualde — e 12/VI (PSD) — Criação da freguesia de Repeses —, que baixaram à 6.ª Comissão; ratificação n.º 3/VI (PCP) — Decreto-Lei n.º 413/91, de 19 de Outubro, que define o regime de regularização de actos de provimento de agentes e funcionários dos serviços municipais e estabelece sanções para a prática de actos de provimento nulos ou inexistentes — e audição parlamentar n.º 1/VI (PCP) — Processo de esvaziamento da barragem do Maranhão e suas consequências de ordem ambiental, económica e social.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos prosseguir o debate do Programa do XII Governo Constitucional, após o que procederemos ao período de encerramento.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Alvarez Carp.

O Sr. Rui Alvarez Carp (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Começo por saudar V. Ex.º, Sr. Presidente da Assembleia da República, desejando-lhe e augurando-lhe o maior sucesso no cargo, tornando extensiva esta minha saudação a todos os que, pela primeira vez, exercem funções políticas nesta sede da democracia.

Por poucos momentos tomei a atenção da Câmara. Por felicidade própria e por felicidade de quem me ouve, as intervenções anteriores, em especial as dos Srs. Membros do Governo e as dos meus colegas de bancada, levam-me a dizer, resumidamente, aquilo que penso sobre os aspectos económicos subjacentes ao Programa do Governo.

Assim, cumpre-me, na qualidade de deputado, apresentar um raciocínio que permita à Câmara confrontar o texto do Programa do Governo, complementado, global ou sectorialmente, com as intervenções do Governo durante o debate, com as promessas e ideias expostas no Programa ou no Manifesto Eleitoral do PSD, que não se deverá confundir com aquele porque tem destinatários e propósitos diferentes.

Mas o Programa do Governo também não deve ser confundido com os programas eleitorais dos outros partidos. Quem ganhou as eleições assumiu a responsabilidade da governação e são as suas promessas, face ao Programa do Governo aqui apresentado, que devem estar em causa. E no caso presente, por se tratar de um Governo com a mesma liderança e a mesma base partidária que concluiu a anterior legislatura, é factor potenciador de análise o modo como cumpriu anteriores promessas eleitorais.

A primeira constatação que gostaria de fazer é a de que o Programa do Governo confirma integralmente as promessas eleitorais em relação a um processo de desenvolvimento que resulta de uma opção de economia de mercado, com preocupações de justiça e de solidariedade sociais — veja-se o capítulo «Uma economia de mercado para o desenvolvimento económico e social». Essa solidariedade, sublinho-o, assumir-se-á, aliás na sequência da política já executada nos últimos seis anos, entre regiões, entre gerações e entre grupos sociais.

Assim, deprende-se que se continuará a aumentar as oportunidades de emprego, de formação e de habitação aos jovens e assegurar-se-á o crescimento das pensões e das reformas acima da inflação — tal como sucedeu nos últimos seis anos, ao contrário de anos e de períodos anteriores —, para além de se eliminarem completamente os flagelos do passado (conhecidos pelas pensões degradadas), em especial no domínio da função pública.

Mas atenção: julgo que não se deve interpretar este sentido de justiça e de solidariedade sociais como um regresso ao Estado providêncial, que estoicou por todo o Mundo porque os contribuintes ficaram exaustos de suportar mais impostos, mais pressão fiscal ou piores serviços públicos, ficaram exaustos de suportar mais inflação, com a consequente erosão do poder de compra, ou de perder os seus empregos por efeitos da recessão e da quebra do investimento. De tudo isto, no passado, os Portugueses tiveram amargas experiências e, de certeza, não querem a elas regressar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que me parece consagrar os novos tempos também não será o regresso a um individualismo egoísta e a um liberalismo excessivo mas, isso sim, a procura da conciliação entre três princípios: o da liberdade necessária ao desabrochar das qualidades humanas e ao dinamismo da economia e da sociedade; o da justiça social, indissociável ao desenvolvimento e à nossa civilização europeia de raiz humanista e, finalmente, o do crescimento sustentado ou controlado, já que seria mau estagnarmos quando as outras economias crescem, em especial as economias que estão mais próximas da nossa, como a espanhola ou a italiana.

Quanto ao primeiro princípio, o da liberdade, ele não significa que não permaneça a necessidade de intervenção do Estado. O problema coloca-se quanto às suas modalidades de intervenção. Então, tem emergido, nos últimos seis anos de governação em Portugal, a procura de um

modelo, certamente com avanços e alguns recuos (mais aqueles do que estes), diferente quer do modelo liberal puro quer do modelo socialista.

Esse modelo retira as suas lições dos excessos de intervenção do Estado e louva-se na economia de mercado e nas exigências da competitividade, respondendo ao princípio da solidariedade social através de uma racionalização dos recursos orçamentais, de um sistema fiscal mais simples, mais justo, mais transparente e ordenado, na optimização dos benefícios decorrentes da nossa integração económica comunitária e não assentando exclusivamente nos serviços públicos ou nos serviços da burocacia pública. Trata-se de um modelo a que eu poderia chamar social-democrata, liberal e humanizado.

Passando agora à política económica do Governo, creio que o seu grande objectivo, o da convergência (convergência no sentido real e, naturalmente, no sentido nominal) com a Comunidade Económica Europeia, está correcto, aproximando-nos do «pelotão da frente» dos restantes Estados membros, na expressão feliz ontem utilizada pelo Sr. Ministro das Finanças; não perdendo o capital de credibilidade nacional, quer junto dos investidores, quer dos trabalhadores, quer das populações em geral, e não perdendo, também, o capital de credibilidade a nível internacional, como, aliás, se constata pelos relatórios, pelas análises, pelos comentários feitos por diversas instâncias internacionais, quer sejam da Comunidade Económica Europeia, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, de outras áreas de análise científica ou de políticas públicas dos governos.

E a melhor notícia que podemos tirar após leitura do Programa do Governo é a de que a economia continuará a desenvolver-se, já que se prevê uma taxa de crescimento do produto acima da média comunitária. Essa evolução será compatível com uma estratégia de redução da inflação e com altos níveis de taxas de actividade e de emprego.

Não interessa saber, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se essa taxa de crescimento terá o mesmo valor da dos últimos anos ou de alguns dos últimos anos. O que interessa é termos taxas de crescimento positivas e sempre acima das médias da Comunidade Europeia. Esse é, de facto, o equilíbrio possível e é por isso que podemos dizer que se trata de um crescimento económico sustentado.

Julgo ainda que essas condições permitirão concluir a preparação da nossa economia para a adesão plena ao sistema monetário europeu. Na actual conjuntura, tal adesão trará, dentro de algum tempo — e eu não digo que essa adesão seja feita amanhã, na próxima sexta-feira ou nas próximas semanas —, com certeza, muitas vantagens do que inconvenientes. Isto porque, por um lado, demonstrará a boa vontade do governo português em assumir, mais uma vez, a sua quota de responsabilidade na construção da união económica e monetária, ganhando créditos para outras reivindicações ou contrapartidas no domínio financeiro, comercial ou orçamental, e, por outro, dará aos empresários portugueses um quadro de referência seguro e definitivo, segundo o qual não será possível a utilização de mecanismos cambiais para absorver menores produtividades ou estratégias comerciais, empresariais ou financeiras menos correctas (aliás, o sector exportador português já respondeu, de uma forma muito positiva e razoavelmente, à evolução, diria mesmo apreciação, do escudo, verificada nos últimos tempos).

Por outro lado ainda, reforçará o sucesso da política anti-inflacionista, cujos resultados positivos estão de novo

a verificar-se, à luz das últimas evoluções do índice de preços no consumidor, que baixou, em Outubro, a barreira máxima dos 10 %, verificada em termos homólogos.

Dará também um claro sinal de que Portugal está consciente da crescente interdependência das economias nacionais. Portanto, hoje em dia, essas economias não estão ligadas entre si apenas por meros laços comerciais mas também pelos movimentos de capitais, pelas políticas bancárias, creditícias, comerciais, financeiras e até orçamentais.

Tudo isto significa que o Governo faz muito bem em acelerar e procurar criar todas as condições para que essa adesão ao sistema monetário europeu seja feita integralmente e logo que seja possível.

No domínio da política económica interna — se nós podemos dizer que é interna, dado que não há políticas económicas que, no âmbito da Comunidade Económica Europeia, não tenham que ver, hoje em dia, com os restantes Estados membros —, gostaria de manifestar o meu agrado pela acentuação que o Sr. Ministro das Finanças deu ao rigor e à disciplina orçamentais. Esse rigor e essa disciplina orçamentais também estão bem patentes no Programa do Governo, sendo, de facto, uma «pedra de toque» indispensável para se conseguir obter os valores e os objectivos de natureza táctica para que a nossa adesão à união económica e monetária seja feita, também, com o maior sucesso e com um aumento do bem-estar da população portuguesa.

Creio que também é muito positiva — e aqui devo sublinhar que, ainda recentemente, a própria Comissão das Comunidades viu com agrado esta ideia e apresentou-a como sua — a criação de um fundo de convergência para a coesão económica e social. Trata-se de uma matéria pela qual o governo do Prof. Cavaco Silva se tem batido desde há bastante tempo, na qual foi pioneiro e que constitui, mais uma vez, a prova e a demonstração da credibilidade e da garantia de boa política que, hoje, o Governo português aufera nas instâncias da Comunidade Económica Europeia.

Ainda quanto a esta matéria, posso sublinhar que os recentes anúncios de um exame à política económica portuguesa, que teve como base a experiência e o exame que se fez ainda no ano passado sobre a nossa economia, deram-nos uma classificação elevada (tal como se disse aqui ainda ontem, quando se referiu que a economia portuguesa era um caso de sucesso).

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgo que o Governo português pode orgulhar-se dos resultados já obtidos e que, com o seu Programa, dá aos portugueses uma garantia de boa governação. Mas esse orgulho, interpreto eu, não o é em relação à obra já feita, como alguém que chegou ao cume de uma montanha e, orgulhoso, olha para trás e pensa que não será necessário repetir qualquer esforço. É, antes, uma análise de que não se está a olhar para o outro cume da montanha e que se reposará na descida, mas que se atingiu um planalto, lançaram-se os alicerces, consolidados e estáveis para obra duradoura, para que os Portugueses tenham uma economia e uma sociedade que merecem, uma economia e uma sociedade que permita olhar para os outros países com orgulho e olhar para nós, portugueses, com satisfação e confiança no futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Em meu nome e no dos que exercem, pela primeira vez, funções políticas nessa sede

da democracia, segundo a expressão utilizada pelo Sr. Deputado Rui Alvarez Carp, quero agradecer-lhe a saudação feita e o voto formulado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Balanceado ainda por um certo estilo de campanha eleitoral, o Sr. Primeiro-Ministro centrou as luzes deste debate do Programa do Governo para a importante questão das alterações às leis eleitorais, deixando largas sombras e vastas omissões sobre os grandes problemas sociais que estão e vão ser colocados à sociedade portuguesa.

Na fala do Sr. Ministro das Finanças e algumas linhas programáticas, foi possível uma maior aclaração. Ficámos a saber que a batalha da qualidade, afinal, não é para já. Quis o Ministro lançar daqui o recado a alguns responsáveis das pastas da área social para a contenção dos gastos. Avisou os portugueses para que travem a impaciência para o consumo e avançou com a ideia de um orçamento restritivo. Descodificados os avisos, o que fica claro é que este Governo, numa linha de continuidade e agravamento, vai exigir e impor novos sacrifícios à maioria dos portugueses e, particularmente, aos trabalhadores nos seus salários, nos seus direitos, enquanto polariza a riqueza nas mãos de uma minoria.

Tentou o Ministro das Finanças minimizar as preocupações da minha bancada. E, no entanto, é a própria vida já hoje a confirmá-las.

Quando aqui denunciámos as ameaças decorrentes das alterações das leis laborais, também o Ministro Silva Peneda quis fazer graça de mau gosto. Os despedimentos colectivos na Scagate, na Automática Eléctrica Portuguesa, na Siemens, na Clérigos, na Comcina, na Firestone, na Somincor, na Sociedade Nacional de Sabões fariam engolir a graça a quem é responsável pela sua facilitação.

O segundo pacote laboral já está, publicado logo após as eleições de 6 de Outubro. O seu conteúdo reduz a mera declaração de intenções, as linhas programáticas que tratam da dimensão social e da solidariedade.

Quando o Governo propõe o despedimento por inadaptação, a flexibilização dos horários, o alargamento desmesurado do período experimental, a abdicação do direito irrenunciável às férias, são as mulheres, os jovens trabalhadores e os mais velhos a serem atingidos, é a própria vida familiar a ficar condicionada e desarticulada.

Simultaneamente, algumas medidas de carácter positivo a que o Governo se comprometeu a nível do sistema de segurança social, da higiene e segurança no trabalho e a redução do horário de trabalho para as 40 horas são adiadas e prolongadas no tempo.

O diálogo e a concertação social merecem destaque no Programa do Governo, mas páginas adiante resurge a ameaça de limitação do direito à greve que tinha sido arredada durante o processo de revisão constitucional, face à derrota da proposta do PSD.

Quando colocamos em confronto a manifestação da vontade de diálogo e negociação por parte do Governo com o seu objectivo de mutilar por decreto o direito à greve, queremos sublinhar uma contradição insanável: é que quem verdadeiramente acredita nas potencialidades e nas virtualidades do diálogo social não necessita de mutilar um direito dos trabalhadores que se inscreve no capítulo dos Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais da Constituição da República, direito que o movimento

operário e sindical tem usado ao longo da sua história com determinação mas também com responsabilidade e o qual nunca os trabalhadores abdicarão de exercer.

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Noutras importantes áreas como as da segurança social, da educação e da juventude, também a realidade se sobrepõe às promessas.

Os recentes aumentos das pensões e reformas não só não dignificam a qualidade de vida desses milhares de homens e mulheres que estão no último quartel da sua existência como mantêm a distância do salário mínimo nacional.

É esta a forma, Sr. Primeiro-Ministro, de quebrar solidões, angústias e exclusões e acarinhar o capital de experiência e de vivência dos mais velhos que o Programa do seu governo refere?

A nível de educação, o Programa do Governo faz tábua rasa dos últimos quatro anos e limita-se, como se nada fosse, a prometer resolver os mesmos desequilíbrios que o governo PSD se propunha ultrapassar. Com uma ressalva: a Lei de Bases do Sistema Educativo, sempre invocada, mas sempre incumprida, pelo ex-ministro Roberto Carneiro, parece ter sido metida na gaveta pelo novo Governo.

Não se refere quaisquer medidas concretas que conduzam à erradicação do analfabetismo até ao ano 2000, de acordo com os objectivos traçados pela UNESCO. O aviso do Ministro das Finanças à pasta da Educação pode significar que os problemas gravíssimos de dinheiro, de instalações, de pessoal, de equipamentos e de segurança com que se debatem as escolas preparatórias e secundárias não serão resolvidos, tal como pode significar a não resolução da asfixia financeira das universidades públicas. A necessidade urgente de valorização da função docente não encontra resposta no Programa em apreço.

Apesar do eclipse formal do cargo de ministro da Juventude, o Programa do novo governo PSD limita-se a repetir, por vezes com as mesmas palavras, os compromissos não cumpridos pelo anterior. Agora, tal como há quatro anos, o Governo promete alargar o acesso ao ensino superior, reforçar o apoio social aos estudantes, valorizar a participação juvenil, melhorar a qualidade na formação profissional, aperfeiçoar o crédito jovem à habitação, aumentar o combate à droga e combater o trabalho infantil, mas não se compromete com uma única medida concreta que possa vir ao encontro da resolução desses e de outros problemas da juventude.

Quanto às mulheres, como se pode tomar como verdadeira a vontade de promover a igualdade e dar combate às discriminações, quando nas empresas que atrás referi são as primeiras a ser despedidas, mesmo quando são novas demais para ir para a reforma e velhas demais para arranjar novo emprego?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sustentado na sua maioria e exercitando aritmeticamente a sua vitória eleitoral, o Governo ensaiava uma política de exclusões e sacrifícios para a maioria dos portugueses. Mas tanto os 3,6 milhões que se abstiveram como os 2,5 milhões que votaram contra o PSD e muitos dos 2,8 milhões que nele votaram farão errar muitas das contas e das certezas do Governo, mantendo as suas aspirações e a sua luta por um Portugal melhor e mais solidário.

Aplausos do PCP e do deputado independente João Corregeror da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Salvada.

O Sr. Rui Salvada (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, ao ouvir a intervenção que acabou de proferir, bem percebemos por que, para além dos erros da doutrina política, o vosso eleitorado está a decrescer cada vez mais e os trabalhadores se afastam das vossas propostas, apostando crescentemente nas do PSD.

De facto, o discurso miserabilista que V. Ex.^a retomou, aliás na linha dos anteriores, como o Sr. Ministro das Finanças ontem aqui bem recordou, mostra que os senhores são cegos à realidade. Enquanto partido supostamente defensor dos trabalhadores, julgar-se-ia provável que estivessem satisfeitos com os resultados que vão sendo conseguidos; porque, sem querer insistir nos números, lembro ao Sr. Deputado duas ou três referências na área do emprego ou das remunerações que, como bem sabe, são altamente positivas.

Por exemplo, até 1986, os salários reais dos trabalhadores, salvo as raras exceções de 1975, 1980 e 1981, diminuíram sempre e, a partir de 1986, o seu poder de compra cresceu a uma média de 4 % ao ano. Lembro-lhe que, desde 1987, concretamente desde Janciro desse ano a Dezembro de 1990 — isto é, durante quatro anos consecutivos —, foram criados em Portugal, em média, 535 postos de trabalho por dia; que o poder de compra das pensões de reforma, que sempre diminuiu até 1986 — de 1980 a 1986 baixou 13 % em média ao ano —, foi crescendo gradualmente e a prova é que desse ano até agora subiu 20 %.

Mas estes valores não vós dizem nada, os senhores continuam a não valorizar minimamente aquilo que, de facto, interessa aos trabalhadores e, portanto, as vossas posições são cada vez mais afastadas de quem trabalha, daqueles de quem se reclamam.

Gostava de, numa pergunta muito simples e socorrendo-me da ideia que o Sr. Ministro das Finanças aqui deixou ontem, perguntar-lhe como é que VV. Ex.^a conciliam, em termos concretos, três factos.

Começo por repetir uma frase singela do Sr. Deputado João Amaral que respingo do debate do anterior Programa do Governo, há já quatro anos. É uma frase que não tem nada de especial, mas que importa pelo seu significado. Depois de desfilar um rol de ameaças que se iriam abater sobre os trabalhadores portugueses e sobre o País, dizia o Sr. Deputado João Amaral: «O que se pergunta agora é o que dirão os portugueses quando sentirem concretamente todas estas consequências gravíssimas da política que anuncia.» Sr. Deputado, os portugueses, no dia 6 de Outubro, responderam da maneira que o Sr. Deputado conhece.

Assim, coloco a seguinte questão: como é que V. Ex.^a concilia esta pergunta do Sr. Deputado João Amaral, a resposta dos portugueses, na sua maioria trabalhadores, no dia 6 de Outubro, e o seu discurso feito há pouco?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Ainda por cima, na margem sul, convenhamos, Sr. Deputado, as coisas foram devastadoras!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Deputado Rui Salvada, convenhamos que fez uma análise muito simplista dos nossos resultados eleitorais nos planos político, social, etc. A sua ligeireza leva-me a propor-lhe que procure conhecer as nossas posições, os nossos documentos e a análise que fizemos aos resultados obtidos, também a nível nacional, já que nos levam a tirar outra conclusão: é que, para nós, um objectivo justo não deixa de o ser, mesmo quando não é alcançado. Como esta é uma questão importante para nós, não desistiremos de denunciar aquilo que consideramos importante aos olhos do nosso povo.

Quando mencionou que a minha intervenção é misericordista, esperava que dissesse: «É falso! Os despedimentos colectivos nas empresas mencionadas não são verdadeiros, não foram resultantes do Decreto-Lei n.º 64-A/89, aprovada por esta maioria sob proposta do Governo.» Era isso que gostava de ter ouvido!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Como sindicalista que foi, como é que pode admitir que, quando se fala em diálogo e em concertação social, se tente limitar um direito fundamental como o direito à greve? O Sr. Deputado sabe que, mesmo antes do 25 de Abril, não eram só os comunistas que o usavam porque alguns dos deputados da sua bancada também o usaram e conhecem a importância que tem, no quadro da Constituição da República Portuguesa, para os trabalhadores portugueses. Como é que um Governo destes vem propor diálogo e concertação social e, simultaneamente, quer mutilar o direito à greve?

Era a resposta a estas questões que gostava de ter ouvido da parte do Sr. Deputado Rui Salvada, que também foi sindicalista.

O Sr. Carlos Duarte de Oliveira (PSD): — Responda lá à questão!

O Orador: — Quanto à afirmação do meu camarada João Amaral, lembro-lhe que, em relação ao Parlamento Europeu e às autarquias locais, o povo português também fez uma análise e votou. É evidente que não foi por acaso que este Governo publicou o segundo pacote laboral só depois de 6 de Outubro! Ou não é assim, se o aprovámos aqui em Março? Por que é a sua publicação demorou tanto tempo? Esta é uma questão que, com certeza, vai ter reflexos na vida dos trabalhadores.

Face aos «anúncios» do Sr. Ministro das Finanças quando falava nas contendas, imagina-se que se queria referir às natureza salarial. Oxalá me engane, até porque não me importava nada de lhe pedir desculpa! Mas tenho a certeza de que esta perspectiva, estes «anúncios», estes avisos, estas ameaças têm a ver com os trabalhadores, com os seus direitos e com os seus salários.

Mais uma vez, o Sr. Deputado Rui Salvada fez uma aritmética eleitoral.

Gostava de dizer-lhe que muitos portugueses votaram contra o PSD e posso afirmar com convicção de que, mesmo os que votaram nesse partido, quando o Governo tentar aplicar a política contra os interesses dos trabalhadores, lutarão ao lado de outros que não votaram neste Governo para, assim, o derrotarem.

Dirá que sou um optimista. Será, com certeza, Sr. Deputado! Mas é por isso mesmo que estamos aqui e que continuará a ouvir a nossa voz, porque um objectivo justo

não deixa de o ser, mesmo quando, momentaneamente, não é alcançado!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É público e notório que, à euforia das promessas eleitorais, à promessa de que o nosso país iria viver numa situação de desafogo, de permanente bem-estar, se seguiu a dura realidade que o PSD e o Sr. Prof. Cavaco Silva bem tentaram escamotear durante a campanha eleitoral.

Dir-se-ia que, depois de 6 de Outubro, o nosso país é outro: logo na primeira semana pós-eleitoral deu-se início à aplicação do pacote laboral, a uma série de despedimentos em massa, encerramento de empresas, a crescentes dificuldades que não podem ser desmentidas. São factos reais comprovados pelo próprio presidente da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) que, num importante debate promovido, há dias, pelo IPE «contrastou [...]» — segundo a Imprensa — «[...] a versão idílica que antes das eleições se dava sobre a economia do País com o cenário tão complicado aos nossos olhos que se ergueu logo no dia seguinte à contagem dos votos».

E outras personalidades, tão insuspeitas, como o engenheiro Eurico de Melo e o Dr. Vasco Vicira de Almeida, consideram chegado o momento de «apertar o cinto» e das «vacas magras», como ontem foi publicado no *Diário de Notícias*.

Esta é, em síntese, a consequência da política do governo do Prof. Cavaco Silva. E a julgar pelo seu Programa onde são esquecidas, deliberadamente, as talas promessas eleitorais, esperam aos portugueses não o desafogo, não a estabilidade, mas dias mais difíceis e privações.

O Programa do Governo, com enunciados gerais, não tem em conta as realidades que a sociedade portuguesa vai ter de enfrentar com a integração europeia. Não aponta medidas credíveis e realistas. Aponta para uma acentuada liberalização, com privatizações a todo o custo, com cada vez menos Estado mas mais partido, aponta para a tal liberalização que vai criar tensões sociais graves, talvez incontroláveis — e recordemos o que se passou com os agricultores —, o que fomentará distorsões e um progressivo aumento de cidadãos marginalizados. O que aconteceu — e acontece — no sector têxtil e na agricultura são exemplos do que acabamos de dizer.

Sr. Presidente, o Governo e, principalmente, o Primeiro-Ministro gostam de apregoar a estabilidade governativa, mas esquecem-se de referir a crescente existência de grande instabilidade familiar que atinge largas camadas de população afectadas no seu quotidiano. É o desemprego — quando dizem que a taxa de desemprego é baixa, escamoteiam um dado real: são centenas de milhar de pessoas sem colocação, como as que vivem em sobressalto com o trabalho precário; é a falta de habitação social; é a falta de perspectivas de futuro dos jovens; é a necessidade de dispor de dinheiro quem quiser ter direito à saúde, ao ensino — Programa onde a igualdade de oportunidades, apregoada pelo Governo, não passa de uma figura de retórica impossível de conciliar com uma política que agrava as desigualdades sociais e que está a provocar o agravamento da pobreza em Portugal, como se pode facil-

mente comprovar por um estudo da Sr.^a Dr.^a Manuela Silva e do Sr. Engenheiro Bruto da Costa, numa edição da Cáritas.

O Governo dirá: «Votaram em nós!». É certo, Sr. Primeiro-Ministro! E é exactamente por isso que entendemos que se torna imperioso efectuar uma profunda reflexão sobre os caminhos que a nossa democracia está a trilhar. Não esqueçamos, contudo, Sr. Primeiro-Ministro, que mais de metade dos portugueses não votou no PSD.

Quando da apresentação do seu Programa, o Governo, ao referir como a prioridade das prioridades a alteração das leis eleitorais, considera que esse é o grande problema com que o País se debate.

Os desempregados, os jovens sem acesso ao ensino; à cultura, à habitação, os reformados e pensionistas com pensões lamentáveis; os operários que, agora, depois do acto eleitoral, sofrem as arremetidas do patronato; os agricultores que vêm os seus produtos sem escoamento, os trabalhadores da reforma agrária a cairem no desemprego, os professores com dificuldades de toda a ordem, os reitores sem verbas para as universidades, os trabalhadores a receberem salários ridículos, esses e muitos outros estão muito, mas mesmo muito, preocupados com a legislação eleitoral! Não haja dúvida...!

Esperemos que o bom senso perdure. Que não se criem condições, aqui, na Assembleia da República, que possibilitem a aprovação de uma engenharia eleitoral capaz de adulterar substancialmente o próprio sistema constitucional.

Sr. Primeiro-Ministro, muitas e muitas críticas poderia apresentar, mas o ridículo tempo de que dispõe impede-o. É uma consequência do comportamento na Assembleia da República do partido de V. Ex.º

A propósito, não poderei deixar passar em claro afirmações do Primeiro-Ministro quando tenta inculcar a ideia de que busca consensos e de que a anterior legislatura constituiu um «marco histórico». Balelas, Sr. Primeiro-Ministro! A anterior legislatura caracterizou-se por uma fraqueza lamentável. Sem qualquer tentativa de procura de consensos, nem por parte do Governo nem do seu partido, derrotando sistematicamente projectos importantes da oposição, com o Governo a abusar de autorizações legislativas, fugindo à fiscalização por parte da Assembleia da República, impedindo o normal funcionamento das comissões de inquérito, alterando o Regimento a seu bel-prazer, impondo regras apenas com o voto da maioria, desprezando a opinião da oposição, retirando-lhe, a meio da legislatura, direitos consagrados há anos, o PSD de Cavaco Silva culminou esta actuação com o encerramento da Assembleia da República por um período superior a quatro meses!

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado!

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Aqui tem, Sr. Primeiro-Ministro, a «brilhante» legislatura que o senhor defende. Só esperamos que a sua promessa de — e passo a citar — «uma construtiva cooperação política com este órgão de soberania e a vontade de um real relacionamento com todos os deputados», não constitua mais uma das muitas figuras de retórica com que o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, o seu governo e o seu partido gostam de nos brindar.

Aplausos do PCP e do deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e Administração do Território (Valente de Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, quiciram accitar as minhas felicitações pela vossa recente eleição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passados seis anos de uma actuação aplicada no sentido da libertação e do aproveitamento de todas as energias contidas na sociedade portuguesa, vemos que ela está a mudar. Mais confiante em si própria, é capaz de ousar com maior ambição; mais informada acerca do que vai pelo mundo, adquiriu uma perspectiva realista e ajustada acerca do seu papel no conjunto das nações. Tendo experimentado o sucesso, por via do trabalho, está a acreditar mais nas virtualidades deste do que nas soluções químéricas dos milagres sem esforço. É tudo isso que nos anima a prossseguir com o mesmo estilo, mas lembrando sempre que as expectativas não podem ser definidas de forma descolada daquilo que já se alcançou e de modo alheio ao esforço que cada um está disposto a desenvolver e, consequentemente, insistimos no inconformismo como mola, no trabalho inteligente como instrumento, no rigor e na transparência como constante da acção e na equidade como imperativo ético.

O Programa do Governo que submetemos à apreciação da Assembleia da República traduz esse estilo em todas as suas componentes, como resulta da sua leitura e como foi sublinhado no discurso de apresentação proferido pelo Primeiro-Ministro. Por isso, limitar-me-ei agora a focar os pontos-chaves, mais directamente ligados com as áreas por que sou responsável.

A estratégica de desenvolvimento que propomos assenta na consolidação dos mecanismos económicos e sociais de uma economia de mercado temperada pela adopção de formas operacionais de garantir justiça social. Apostamos num crescimento económico que promova a convergência real de Portugal em relação à Comunidade Europeia, mas insistimos na correcção das muitas disparidades que podem surgir, se não nos acautelarmos, ou permanecer, se não fizermos deliberadamente um esforço para as atenuar.

Ao contrário do que muitos podem supor, os portugueses que vivem pior são os que estão fixados nos subúrbios das grandes concentrações urbanas. São eles que passam mais tempo nos transportes para se dirigirem para o trabalho ou para a escola; são eles que usufruem de pior qualidade dos serviços sociais por estarem estes, por via de regra, saturados e são eles que, mais agudamente, sentem que não pertencem a sítio algum, como cidadãos. O orgulho de integrar uma comunidade — o orgulho cívico, como lhe chamam os ingleses — não é corrente nesses imensos arrabaldes inorgânicos, porque eles nasceram para fazer face a uma pressão sobre o centro e porque cresceram ao sabor de muitas especulações.

Sendo muito esquemático, direi que temos graves problemas decorrentes da concentração nos subúrbios dos grandes centros, e outros problemas que, não sendo tão visíveis, também são graves e estão associados à desertificação progressiva das zonas rurais, permanecendo os centros urbanos de média dimensão como instrumentais para a fixação de pessoas, conjugando a possibilidade de localização de emprego e de oferta de muitas oportunidades, desde as da educação e formação profissional até às que estão associadas à saúde, à cultura, ao desporto, ao acesso aos mais diversos bens.

A questão não tem resposta somente nos pontos de destino dos fluxos que, ao longo dos últimos 40 anos, se estabeleceram intensamente dentro do País, particularmente para as cinturas de Lisboa e do Porto, além da emigração para o estrangeiro. Ela tem, também, uma componente de solução através da vitalização dos centros urbanos intermédios, onde ainda se vê a tempo de acalmar os erros cometidos em relação às manchas de subúrbio desarticuladas entre si e no conjunto.

Esta forma de resolver a situação não era, porém, praticável antes de estar avançada, na sua realização, a rede de auto-estradas e de vias rápidas que hoje permitem insistir na localização de empresas e, portanto, na criação de emprego, em muitos pontos do País. Até há bem pouco tempo era ilusório insistir em levar o trabalho ao trabalhador em vez do contrário, porque os custos, «externos» às empresas, que a localização em cidades intermédias impunha eram tão elevados que não havia quem convencesse os investidores a afastarem-se das grandes concentrações de consumidores ou dos portos por onde entram as matérias-primas e saem muitos produtos transformados.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas, hoje, é possível contemplar a instalação de empresas fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, tirando muitas vantagens de uma localização onde quem trabalha não tem de pagar, de muitas formas e na sua esfera pessoal, o emprego onde ganha o seu salário. Assim, além de prosseguir com a adopção das medidas necessárias à entrada em funcionamento dos órgãos que se hão-de responsabilizar pelas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, ter-se-á de adoptar um conjunto de medidas de promoção do robustecimento dos centros urbanos intermediários.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — No extremo oposto ao das áreas metropolitanas, está o espaço rural onde o povoamento muito disperso decorre das tecnologias incipientes do amanho da terra e da pulverização fundiária em zonas de maior produtividade relativa e está também o caso das zonas de cultura muito extensiva, onde os pequenos núcleos de povoamento não albergam grandes equipamentos porque a área correspondente a cada um não os justifica.

O novo passo que tudo isso nos permite dar hoje também foi preparado pela obrigação, que impusemos, de cada autarquia local pensar o seu futuro e as implicações espaciais das suas decisões. Desde há cerca de um ano que estão em curso os planos directores municipais de todos os concelhos do nosso país. Suponho que o público ainda não se apercebeu, em toda a sua profundidade, das consequências potenciais positivas desta vasta operação de descentralização das decisões que conseguimos levar a cabo.

Continuaremos, assim, sem alardes espectaculares, mas de forma sistemática, a procurar parceiros que se associem ao nosso projecto de ordenar o território como instrumento de promoção do nível e da qualidade de vida dos Portugueses. E continuaremos, também, a negociar aplicadamente para obter mais recursos comunitários destinados ao desenvolvimento regional e local, ao mesmo tempo que havemos de procurar promover maior justiça na distribuição dos recursos financeiros nacionais, atribuindo

relativamente mais a quem pode menos, de modo a forçar a convergência dos níveis de desenvolvimento de todas as parcelas do território. Isso, aliás, será facilitado pelo excelente clima de cooperação que se tem vindo progressivamente a instalar entre as autarquias locais e o Governo, cujo segredo está na polarização em torno de coisas muito concretas ligadas à promoção de desenvolvimento que constitui objectivo comum.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Tendo, também, como propósito o desenvolvimento participado do País e a adopção de soluções que, correspondendo aos objectivos gerais, atendam em simultâneo às aspirações locais, prosseguir-se-á com as tarefas da regionalização, na sequência do que já foi feito, elaborando uma proposta de lei de criação das regiões administrativas e regulamentando a Lei Quadro das Regiões Administrativas.

O investimento público representa um instrumento importante dessa promoção! Mas, para se tornar eficaz, ele tem de ser extremamente selectivo, orientando-se especialmente para as engrenagens que, fazendo mover a máquina da sociedade no seu conjunto, não possam ser accionadas por outro tipo de agente que não seja o Estado. A Nação somos todos nós e a responsabilidade pelo seu desenvolvimento é geral, na medida das capacidades de cada um. Se nos alhearmos do esforço comum, a experiência mostra que a intervenção do Estado tem sempre limites que são muito baixos se ele tiver de atender a muito e que serão razoáveis se se insistir em ser «modesto», concentrando a acção naquilo que só o Estado pode fazer.

Não surpreenderá, por isso, que tentemos privatizar o que for privatizável, que procuremos parcerias com quem trouxer energias, dinheiros ou capacidade de gestão para prestar certos serviços e que insistamos cada vez mais nas avaliações *ex ante* que demonstrem ser válidos os empreendimentos — infra-estruturas e equipamentos — de que o Estado vier a assumir a responsabilidade de concretizar.

Nesta matéria, quase se pode dizer que os últimos seis anos permitiram concretizar o óbvio, dentro do retido e acumulado de um quarto de século de ausência de realizações materiais. Impõe-se agora escolher muito! No campo das infra-estruturas económicas não se deve ir além daquelas que assegurem as «externalidades» de que precisam os protagonistas directos da vida económica para a fazer desenvolver e progredir.

No domínio dos equipamentos sociais, a justiça distributiva impõe que a colectividade assegure um grande número de serviços aos cidadãos, mas a extrema variedade de situações que se oferecem aconselha a procurar fórmulas versáteis que vão da assunção plena de responsabilidades, por parte do Estado, até ao apoio ou incitamento de uma grande variedade de instituições que podem, com vantagem para todos, encarregar-se de prestar certas funções. No campo dos equipamentos culturais ou desportivos, põe-se um problema de natureza idêntica, sendo certo que as soluções convenientes pendem sempre muito mais para as modalidades da parceria do que para a responsabilização total por parte do Estado.

A palavra de ordem, no que respeita ao investimento público, é, assim, a selectividade. Conseguimos, a este respeito, negociar um quadro de apoio por parte da Comunidade Europeia que tem permitido concretizar muitas infra-estruturas e equipamentos, há muito tempo

anseados e continuamente adiados. Estamos a aplicar-nos na sua concretização escrupulosa e no aproveitamento de outros meios de que a Comunidade dispõe para levar a efeito projectos da sua própria iniciativa.

Tendo optado por associar nesta acção o maior número possível de agentes, temos em curso mais de 70 programas operacionais, sectoriais ou regionais. Isso reclama, naturalmente, um enorme esforço de coordenação e uma atenção constante para ver o que corre bem e o que está empestrado e para renegociar condições e meios para conseguir realizar o mais possível e aproveitar todos os dinheiros que negociámos com êxito.

Devo dizer que, se voltássemos atrás, eu proporia exactamente a mesma mobilização geral de actores e de fontes de origem da contrapartida nacional, pois, do modo como procedemos, o esforço de desenvolvimento é verdadeiramente nacional e descentralizado. Este esforço reclama maior empenhamento no acompanhamento e na coordenação, mas é também mais eficaz, dando resposta à anseios muito variados e fazendo sentir de perto às populações as vantagens da integração de Portugal num espaço que, naturalmente, nos impõe correr mais depressa, mas também nos proporciona oportunidades e benefícios à que, no isolamento, não teríamos acesso.

Muito útil vai ser para o futuro próximo a experiência que adquirimos com a concretização do presente quadro comunitário de apoio. Está em curso a discussão acerca do montante e das regras a que hão-de obedecer os fundos estruturais comunitários na sua próxima redifinição. Nela temos participado, procurando naturalmente afeiçorar ambos — o montante e as regras — àquilo que supomos ser a melhor maneira de estimular o nosso desenvolvimento e de quebrar todas as formas de isolamento ou de afastamento que tanto nos têm penalizado ao longo da nossa história. Trataremos de obter mais apoios e de flexibilizar as regras que presidem à sua utilização, de modo a sermos mais eficazes.

O conceito de «grande rede transueuropeia» foi por nós introduzido — fazendo vencimento — tanto na fórmula clássica de malha composta por nós e arcos que são auto-estradas, caminhos de ferro, fibras ópticas ou gasodutos, como na de uma outra forma só com nós, constituídos por centros onde se investigam novos conhecimentos e se procuram as suas aplicações práticas ou se realizam acontecimentos culturais com relevo nacional ou internacional.

A quebra de todas as formas de isolamento ou, exprimindo de modo positivo, a procura sistemática dos mecanismos de integração num espaço próspero e dinâmico constitui a estrutura das políticas sectoriais que hão-de convergir na política integrada de desenvolvimento. O mesmo se passa internamente: não deixaremos que se segreguem bolsas de subdesenvolvimento mas, ao contrário, encorajaremos os maiores esforços para homogeneizar os níveis de vida em todo o território nacional e para proporcionar oportunidades idênticas a todos os portugueses.

A actuação, neste domínio, situar-se-á em três planos: o das infra-estruturas e equipamentos; o dos recursos humanos; o da aquisição de conhecimentos. Conseguimos auxílios comunitários substanciais para fazer face aos custos que uma acção tão variada reclama; conseguimos, mesmo, alargar o âmbito das aplicações suscetíveis de apoio e, em alguns casos, o nível da participação. Não descuraremos os sectores não susceptíveis de ajuda financeira comunitária, mas ninguém poderá censurar a preocupação, que temos, de negociar, de forma permanente e eficiente,

a obtenção do maior volume de recursos possível, aplicando-o bem, em infra-estruturas e equipamentos que contribuam decisivamente para o nosso desenvolvimento.

De entre as partes mais penalizadas pelo afastamento agravado pelos efeitos da dispersão, estão as ilhas que formam as regiões autónomas. Conseguimos, no passado, meios excepcionais para minorar as condições negativas que dificultam o seu desenvolvimento e para potenciar os factores positivos em que ele pode assentar. Continuaremos a fazê-lo, com aplicação, no futuro.

Mas, em todo este esforço, convém que fique claro que entendemos que ninguém desenvolve os outros e só se desenvolve quem quer e quem faz para isso a maior das forças. É aqui chegamos, de novo, à razão pela qual insistimos e insistiremos no chamamento de todos ao esforço comum de desenvolvimento.

De entre estes, que aqui queremos chamar, há um grupo especial cuja contribuição qualitativa é muito importante e, na realidade, determinante do ritmo de progresso que queremos imprimir à nossa economia, às nossas condições e qualidade de vida, à nossa maneira de ver os outros e de por eles sermos vistos e às oportunidades de realização pessoal de cada português. Integram esse grupo os investigadores que fazem avançar as fronteiras do conhecimento ou descobrem novas utilizações para o que já se sabe e os tecnólogos que traduzem em fórmulas exequíveis os conhecimentos com interesse económico.

Temos procurado tirar benefício da nossa participação em programas comunitários ou europeus nos domínios da ciência e da tecnologia e fomos os primeiros a solicitar um apoio especial para o desenvolvimento da nossa capacidade científica e tecnológica. Prosseguiremos com a acção encetada e insistiremos de modo especial na participação em redes internacionais que multipliquem as nossas capacidades, numa interpretação, no âmbito deste sector, da preocupação genérica de quebrar todos os isolamentos, estando presentes-nos locais onde se prepara o futuro.

Particularmente débil, no que respeita à investigação científica e tecnológica, é, entre nós, a participação das empresas. Dar-lhe-emos uma atenção especial, ao mesmo tempo que não descuraremos a outra ponta da cadeia, representada pela investigação fundamental que tem nas universidades o local privilegiado de acolhimento e expansão. A situação equilibrada corresponde ao avanço da série de elos que vai desde investigação sem fins lucrativos imediatos até aquela que os tem muito mediatos, gerando meios que permitem um avanço em todas as frentes.

Neste conjunto se incluem naturalmente todas as ciências sociais. Se entendemos dar relevo à história e suas ciências auxiliares é porque supomos que, numa ocasião em que se procuram muitas integrações a bem do progresso material, é importante conservar a nossa identidade, e isso faz-se também sabendo o que fomos e o que somos.

Há um campo muito específico nesta área da ciência que confere um estilo especial ao modo como entendemos as nossas responsabilidades de solidariedade internacional. Tendo Portugal um acervo de conhecimentos é de cientistas notável em matérias que interessam aos países tropicais, especialmente, àqueles em que se fala português, não podemos deixar de entender que a cooperação também passa pelo robustecimento dos meios que hão-de tornar os nossos parceiros mais auto-suficientes e mais capazes de, por sua conta e risco, progredirem comandando os seus

destinos, nomeadamente no que toca aos seus recursos humanos e naturais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa do Governo que apresentámos a VV. Ex.^o assegura a continuidade dos esforços que temos vindo a fazer para desenvolver o nosso país. Mas não é mera continuação do que foi feito. Ele impõe um salto qualitativo exigente, em termos da prática de todos os dias, e permite contemplar horizontes novos porque assenta de modo especial na mobilização geral do trabalho, da inteligência, da capacidade criativa, da solidariedade e da vontade de todos os portugueses. Ele constituirá o quadro de referência da nossa acção, ao longo dos próximos quatro anos, mas só adquirirá a força motora necessária, se nele se revirem os nossos compatriotas.

É com todos eles que contamos para o tornar realidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território, em nome da Mesa e no meu próprio, agradeço as felicitações que nos dirigiu a propósito da nossa eleição para estas funções.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território, o poder local tem sido um dos motores do desenvolvimento do nosso país, registando-se uma contínua adequação das normas em vigor ao tempo que passa. Por isso, registamos o louvável propósito do Governo de continuar a dignificação da função dos eleitos locais e o alargamento do seu campo de intervenção com a consequente clarificação e delimitação das suas competências.

Assim, Sr. Ministro, permita-me que lhe coloque algumas questões.

Tendo em conta o propósito da revisão da Lei das Finanças Locais, que alterações serão propostas visando beneficiar os pequenos municípios com parcas receitas próprias, de modo a atenuar as gritantes assimetrias que ainda se verificam?

Por outro lado, que mecanismos se adoptarão para, finalmente, levar a que os impostos locais sejam liquidados onde efectivamente se exercem as respectivas actividades económicas?

No pressuposto de que às freguesias será reconhecida mais intervenção na condução da vida paroquial, que atribuições lhes poderão ser atribuídas e com que meios financeiros?

Existindo ainda algumas formas de poder paralelo na administração dos bens das freguesias, que não foi ainda possível corrigir por forçadas interpretações constitucionais, irá o Governo, nomeadamente o Ministério que V. Ex.^o dirige, debruçar-se, de novo, sobre este assunto?

Nas grandes linhas de orientação do Programa do Governo quanto às fontes de produção de energia, é privilegiada a energia hidráulica, em geral, e, em especial, as mini-hídricas. Daí a minha pergunta: em que ponto se encontra, no plano do ordenamento do território, o previsto projecto da barragem de Cela no rio Minho? Que diálogo tem sido mantido com as autarquias directamente envolvidas?

Por último, Sr. Ministro, que acções se desenvolverão para a reanimação das actividades locais, o artesanato e a recuperação de artes e ofícios tradicionais, como formas de produção de riqueza e oferta de emprego e, mesmo, de formação dos cidadãos?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território, como há mais pedidos de palavra, pergunto-lhe se deseja responder já ou no final?

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Respondo no final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Maria Oliveira Martins.

O Sr. João Maria Oliveira Martins (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território, quero referir-me a um assunto que V. Ex.^o mencionou na sua exposição, relacionado com o ordenamento do território, pois, no fundo, não falou nos planos directores municipais que se encontram em curso de elaboração.

Julgo que se alguma vez se empregou — e já se empregou — a frase «revolução tranquila» — e faz-se isso a propósito das vias de comunicação —, está de novo em curso uma revolução, até agora tranquila, de ordenamento do território, com base nos planos directores municipais.

Penso mesmo que, frustrada que foi essa tentativa na década de 50, poderá o Governo, nos próximos quatro anos, alcançar esse grande objectivo de disciplina da utilização do espaço em Portugal, acabando com o insucesso até agora reinante, do qual, como sabem, tem resultado enormes prejuízos para a vida de todos nós.

Esse processo está em curso, os planos directores municipais avançam e, segundo a lei, está previsto um ciclo para a sua aprovação pelo Governo.

A pergunta que quero fazer-lhe, dado que esse período de aprovação vai decorrer na próxima legislatura, é esta: tenciona o Governo examinar, cuidadosamente, cada um desses planos e corrigir quaisquer situações desequilibrantes que existam ou, pelo contrário, considera que a sua aprovação, por parte das assembleias municipais e do poder local, é suficiente para que entrem imediatamente em execução?

Penso estar aqui um problema político importante para os próximos quatro anos.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Ministro, creio que é de registar o facto de os planos directores municipais serem de autoria municipal, mas o Governo pretender encetar-se com o trabalho feito pelos municípios deste país.

A questão que quero colocar-lhe é a seguinte: em relação ao novo plano de desenvolvimento regional que é anunciado, em relação aos planos regionais de ordenamento do território, como é concebível o facto de não ser referida uma questão fundamental — que, aliás, é fundamental também para todas as relações, quer em matéria de ordenamento de território, quer em matéria de captação de fundos comunitários — e que é a omissão das autarquias locais, designadamente a participação das autarquias locais no novo plano de desenvolvimento regional?

Os planos regionais de ordenamento do território, como é sabido, são aprovados em Conselho de Ministros e não é referida a participação das autarquias na sua elaboração. Gostava de saber se o Governo tenciona corrigir este comportamento.

Em relação aos planos directores municipais, o prazo fixado pelo Governo para a sua apresentação — até ao fim

deste ano — é manifestamente irrealista, uma vez que a esmagadora maioria dos municípios não os vai acabar antes do fim do ano. Pergunto: tenciona o Governo reconhecer o irrealismo do prazo que fixou e adiar o prazo inicialmente estabelecido?

Outra questão que quero colocar-lhe diz respeito aos prazos da regionalização. Como desde 1987 ouvimos anunciar medidas nesta matéria, gostávamos de saber, concretamente, que prazos vão ser cumpridos pelo Governo. Pode o Sr. Ministro adiantar qualquer coisa sobre esta questão?

Uma terceira pergunta diz respeito à Lei de Finanças Locais. Nesta matéria, o Governo tem adoptado uma conduta de claro conflito com as autarquias locais, em particular no que diz respeito ao montante do Fundo de Equilíbrio Financeiro e aos critérios de distribuição ou a problemas de transferência da derrama para o local da produção e não para o local da cobrança, como existe actualmente, sem prever a devida compensação em relação aos municípios que sairiam prejudicados. O que pretendo saber é se o Governo vai corrigir este comportamento, se vai corrigir, designadamente, o comportamento em relação ao montante do FEF e se vai abandonar a linha de tentar estabelecer conflitos entre as autarquias locais em vez de colaborar, nesta matéria, atendendo às suas legítimas reivindicações.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Reis Leite.

O Sr. Reis Leite (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados; Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: Ouvi, com grande gosto, a intervenção de V. Ex.^e e quero realçar um pensamento com o qual estou, obviamente, de acordo. Ninguém desenvolve os outros! Efectivamente, é isso o que se passa nas ilhas dos Açores. Aliás, V. Ex.^e falou na Região Autónoma dos Açores como sendo uma das regiões do País que, pela sua dispersão, mais problemas de planeamento tem.

Quero aqui realçar que o desenvolvimento inegável que se vê nos Açores tem sido feito com o trabalho dos açorianos. A lógica da autonomia é, precisamente, essa, a do desenvolvimento pelo próprio trabalho. E a maior parte da riqueza que tem apoiado o desenvolvimento dos Açores é, na verdade, fruto do trabalho dos açorianos. O que nós pedimos é solidariedade, solidariedade nacional e internacional.

Saliento — e quero perguntar a V. Ex.^e se está de acordo — que este Governo, pelo programa que aqui trouxe, pelas palavras que aqui foram ditas pelo Sr. Primeiro-Ministro, não nos nega essa solidariedade, nem a solidariedade política, nem a solidariedade financeira. Por isso, é com muito gosto que, na discussão deste programa, vimos vincar estas ideias da solidariedade, do desenvolvimento dos Açores, apoiado tanto pelo esforço nacional como pelas instâncias internacionais às quais, como Portugal, pertencemos.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Ministro, quero colocar-lhe duas questões.

A primeira tem a ver com o ordenamento do território, mais propriamente com os planos municipais de orde-

namento do território, visto que o ordenamento do território está, neste momento, a fazer-se, essencialmente, à custa das autarquias e não à custa do esforço governamental.

Sobre esta matéria não partilho, intencionalmente, do otimismo do Sr. Deputado João Maria Oliveira Martins, pois não é bem uma «revolução tranquila» o que está a passar-se neste momento. Utilizaria antes um outro adjetivo e chamar-lhe-ia uma «revolução secreta».

Daqui a minha questão. No plano municipal, em cada câmara municipal — ou em colaboração com ela —, está a elaborar-se um Plano Municipal de Ordenamento do Território, está a fixar-se para todo o território nacional, por esta via, regras de ocupação do solo que vão afectar a vida de todos os portugueses. A grande questão que se põe é a de saber se está ou não salvaguardado o princípio da igualdade dos cidadãos, que deve ser assegurado pela lei, e quais os problemas que irão levantar-se a partir do momento em que essas regras tiverem força de lei, a partir da aprovação, pela Administração Central, dos planos em elaboração.

É por isso que essa revolução, neste momento, é uma «revolução secreta», mas não sabemos se virá a ser uma «revolução tranquila». Como o Governo encara este problema, é a primeira questão que lhe coloco.

A segunda questão tem a ver com as finanças locais e, sobre ela, apenas um pormenor, para já, por parte da nossa bancada.

Existe uma sobrecarga de esforço financeiro para as câmaras municipais, determinada pela entrada em vigor da nova Lei das Carreiras Administrativas, que vai implicar (já está a implicar) num dispêndio adicional para as câmaras municipais, apenas para pessoal.

Julgo saber, por exemplo, que só para a Câmara Municipal de Lisboa, esse dispêndio adicional vai atingir nove milhões de contos. À escala, poderemos imaginar o que é que acontece com os outros municípios. Pergunto: não está, pelo menos para este dispêndio adicional, previsto um aumento do FEF em proporção, que manifeste preocupação da administração central e solidariedade para com este problema das câmaras municipais?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terei de ser telegráfico, porque terão ainda de falar dois colegas meus. Por isso abordarei, muito rapidamente, cada um dos pontos.

Quanto à Lei das Finanças Locais, como sabem, tínhamos, no ano passado, a possibilidade de promover justiça, dando, tal como disse na minha intervenção, mais a quem tem menos. Não foi possível fazê-lo no Orçamento. Toda a gente, depois disso, se lastimou, em todas as viagens que fizemos pelo País recebemos queixas. Não vamos deixar de aproveitar a oportunidade para, na primeira ocasião que se nos ofereça — e que vai ser a do Orçamento do Estado — responder aos anseios dessa parte mais pobre do País.

Simultaneamente, estamos já a desenvolver trabalhos em colaboração com a associação nacional de municípios e os critérios que retivermos para esta proposta vão ser naturalmente os que vão presidir à reformulação da distribuição na revisão, que se impõe, das finanças locais.

Quanto à percepção das receitas pelos locais onde elas se produzem — ou dos impostos sobre as receitas, ou especialmente na derrama — os Srs. Deputados sabem que, há muito tempo, vimos tentando isso mas tem sido difícil por causa da contabilização e da imposição de gastos adicionais às empresas que têm de o fazer. É essa a nossa vontade, a de orientar o fruto das receitas para os locais onde se produz a riqueza. Algumas empresas, através de protocolos especiais, já compensam as autarquias onde o fazem, mas temos de arranjar uma maneira de, na próxima legislatura, virmos a conseguir promover justiça e equidade, porque é disso que se trata.

Sr. Deputado Roleira Marinho, quanto à sua questão sobre quais as atribuições para as freguesias, quero dizer-lhe que fazemos sempre isso de forma gradativa, na medida da capacidade de recepção dos órgãos para onde se devolvem as atribuições. Como dizemos na gíria da profissão, os meios terão sempre de «ir de mochila». Portanto, quando se transferem funções, transferem-se também e naturalmente os meios respectivos.

Quanto à questão das formas paralelas de administração dos bens das freguesias, o Sr. Deputado há muito tempo que é testemunha das nossas grandes diligências para alterarmos a lei dos baldios. Pelos vistos, este é um impedimento de ordem constitucional mas, havendo agora a oportunidade de fazer alterações a esse nível, vamos naturalmente insistir para que toda esta parte da Constituição da República seja mais clássica e acomode meios mais interessantes de orientar a produção da riqueza local, colocando-a junto de quem tem as despesas e não junto de órgãos paralelos que não têm um rosto responsável, porque, não tendo sido eleitos, não têm legitimidade para o fazer da mesma forma que aqueles que são eleitos para as freguesias.

Quanto à energia, vamos continuar com todas as formas não poluentes de energia e com todas as formas renováveis, quer com as mini-hídricas, que já foram às dezenas senão às centenas construídas por todo o País, como até, no que diz respeito ao programa de aproveitamento de matéria orgânica, o aspecto da biomassa está também referido no Programa do Governo. Nós não deixaremos, pois, de atender a tudo isso.

A barragem de Cela é, como sabe, uma parte integrada da cascata do Minho, mas a sua construção há muito tempo que está interrompida. Só que a sua construção tem de ser encarada numa lógica de encadeamento e de aproveitamento dos empreendimentos que têm maior interesse sob o ponto de vista dos recursos hídricos. E, estando esse empreendimento classificado numa escala de prioridades, quando chegar a sua vez, depois das complicações que houve com os espanhóis na distribuição e na negociação da comissão mista, lá terá a sua vez.

Quanto ao desenvolvimento do artesanato, pode ver que, na página 76 do Programa do Governo, está concretamente referido o apoio ao artesanato e às micro-empresas, «recuperando artes e ofícios tradicionais portugueses, através da valorização profissional e social dos artesãos». Esta é uma parte muito importante, mas que não posso desenvolver agora — fá-lo-ei noutra ocasião, se vier a propósito —, e que faz parte do tratamento do mundo rural que apontei num parágrafo do meu discurso.

Sr. Deputado Oliveira Martins, o que está previsto na homologação por parte do Governo é a certificação de que o processo de elaboração dos PDM (Planos Directores Municipais) foi correcto. Não está previsto que se faça críticas acerca do seu conteúdo, porque isso seria uma

intromissão do Governo nas decisões das assembleias municipais. De facto, nós queremos que as responsabilidades se assumam completamente e, quem melhor as assumir e interpretar, melhores planos terá. Não contem com o paternalismo do Estado para corrigir coisas que não são resolvidas localmente.

Portanto, Sr. Deputado Manuel Queiró, há um processo de auscultação pública, um processo de apreciação pela assembleia municipal e uma compatibilização por parte de comissões de acompanhamento que têm de assumir as suas responsabilidades. Há, pois, muitas oportunidades de todos intervirem. Aquilo que digo a este respeito é que, quem melhor interviver, melhores planos terá. Se há câmaras que, neste momento, se alheiam do processo, não querem saber como é que ele decorre, fazem o exercício formal de o entregar a um gabinete e, depois, vem aquilo que o gabinete quer impor-lhes, então vão ter maus planos e espero que as populações os penalizem por essa má escolha.

Sr. Deputado Luís Sá, V. Ex.^e repetiu hoje o discurso do PCP acerca da falta de participação. Tem sido dito nestes últimos seis anos e eu próprio já tenho dito muitas vezes nesta Câmara que, houve a maior participação, inclusivamente a minha, na elaboração dos planos regionais e do novo plano de desenvolvimento regional. Vai continuar a haver mais participação e, repito, quem melhor participar, melhor poderá ver os resultados e as suas ambições consagradas no plano.

Nós estamos a fazer uma avaliação do período consagrado para a apresentação dos PDM e ainda ontem tive uma reunião a esse respeito. Executivamente, estou de acordo com o Sr. Deputado Oliveira Martins de que se trata de uma revolução tranquila, da maior operação de descentralização que foi feita no nosso país, até este momento, no que respeita à assunção de responsabilidades por entes locais. Não queremos atrasar os resultados mas também não somos formalistas ao ponto de só querer o documento se o documento não servir para nada.

Já respondi às questões sobre a Lei das Finanças Locais, a distribuição do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e a transferência de derramas.

Sr. Deputado Reis Leite, o Governo tem demonstrado solidariedade política e, mais do que isso, solidariedade financeira e ainda, neste fim-de-semana, o demonstrou no outro arquipélago. No entanto, não deixará de fazer aquilo que tem feito: lutar, em Bruxelas, por programas especiais para as regiões autónomas e, naturalmente, garantir que nos programas normais para Portugal sejam devidamente contempladas as duas regiões.

Finalmente, Sr. Deputado Manuel Queiró, quero responder à sua questão acerca do esforço financeiro e dos gastos em pessoal. Se a nível central estamos a fazer um grande esforço de racionalização de pessoal, de quadros e de funções, porque queremos ter menos gastos em pessoal para termos mais possibilidade de vir a ter meios para o investimento, não faz sentido que esse esforço não seja nacional e que as autarquias não nos acompanhem, mesmo tendo de ser arrastadas por equivalências de paridade de carreiras.

Estão definidos os meios de cálculo do FEF e não é nada natural que vá haver um aumento especial para esse efeito.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

O Sr. Martins Goulart (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Vem de longa data o compromisso que assumimos de defender e promover o aperfeiçoamento da autonomia regional.

Renovamo-lo hoje com a mesma convicção, sentindo o especial privilégio de o poder fazer na casa-mãe da democracia portuguesa.

Aqui se consagraram os modelos constitucional e estatutários da autonomia, em solidariedade com o sentir e os legítimos anseios dos povos insulares.

Hoje é também importante acentuar a actualidade da temática de autonomia no contexto nacional, relevando-a num dos mais significativos debates da legislatura.

Infelizmente, a severa limitação do tempo de intervenção impõe pelo Regimento permitir-nos á, somente, abrir as portas a um franco e leal diálogo institucional que vise a obtenção de novas plataformas de consenso sobre as bases estruturais de um projecto nacional para as autonomies.

Com a doutrina autonómica consolidada no texto constitucional, urge, assim, responder sem equívocos ao desafio que os portugueses dos Açores e da Madeira nos lançam: o desafio da credibilização do regime autonómico, sustentado numa efectiva solidariedade nacional.

Corresponderemos a este repto sem hesitações, evitando tão somente as artificialidades do discurso político estéril, bem como os lugares comuns da querela institucional. Não vemos também qualquer interesse em debater o passado.

A responsabilidade política que nos cabe obriga, antes de mais, a que estejamos disponíveis para unir esforços em torno de interesses comuns às forças democráticas com representatividade legitimada, fortalecendo, na diversidade, realcionamentos cada vez mais sólidos com vista à resolução das grandes questões nacionais e regionais.

Só agindo assim ganharemos vantagem sobre os atrasos do desenvolvimento, serão superadas as desigualdades e corrigiremos as assimetrias que constituem, ainda, os principais obstáculos à realização do bem-estar e do progresso das comunidades mais desfavorecidas de Portugal.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: O XII Governo Constitucional confirma, no seu Programa do Governo, o propósito genérico de contribuir para a valorização do sistema autonómico.

Constatamos, efectivamente, que o Governo reconhece as virtualidades da autonomia e manifesta — sempre em sentido genérico — empenhamento na adopção de políticas específicas para as duas regiões autónomas, ao abrigo da solidariedade nacional e comunitária.

Mas importa também realçar que o Programa do Governo pouco mais adianta para além destas louváveis intenções. De facto, descontando algumas e raras explICAções, que até desequilibram a coerência interna do documento, o Programa do Governo não concretiza projectos consistentes nem medidas de política com valor estratégico essencial para o desenvolvimento sócio-económico dos Açores e da Madeira.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: São complexos e inadiáveis os problemas que afligem as comunidades insulares portuguesas, no decurso do período conturbado em que vivemos, marcado por profundas e rápidas transformações no tecido social e produtivo de cada região.

Não é a temática da lei eleitoral que prende a atenção dos açorianos e dos madeirenses. Outro tempo e em sede própria, chegar-se-á ao apuramento da vontade política sobre esta importante tema, respeitando sempre os princípios basilares do processo democrático.

Mas há que resolver, sem mais demoras e com justiça, os problemas derivados da insularidade e do atraso de desenvolvimento das regiões autónomas, pondo em marcha uma iniciativa nacional que induza novas formas de cooperação institucional entre os órgãos do governo regional e os órgãos de soberania.

Todavia, incumbe, desde logo, ao Estado responsabilizar-se pela execução de medidas fundamentais para a consolidação do regime autonómico.

Porque concordamos que a hora deve ser de mais acção e menos retórica, responderei, aliás, a um apelo do Sr. Primeiro-Ministro, apresentando, em nome do PS, um clenco de propostas que vão de encontro à satisfação das principais necessidades e aspirações dos povos insulares e que, concisamente, passo a enunciar.

Primeiro: conceder prioridade ao agendamento e à discussão, na Assembleia da República, da próxima proposta de revisão do Estatuto de Autonomia dos Açores.

Segundo: aprovar uma lei quadro das finanças regionais que especifique os critérios a respeitar nas transferências orçamentais do Estado para as regiões autónomas que, como é sabido, constituem parte substancial da expressão financeira da solidariedade nacional.

Terceiro: definir uma política nacional de transportes aéreos e marítimos, baseada em programas de subvenções públicas de carácter permanente, que aproxime mais as regiões autónomas do espaço nacional e comunitário.

Quarto: considerar os Açores um alvo prioritário dos programas comunitários de desenvolvimento — designadamente nos sectores agro-pecuário e das pescas — por serem a região portuguesa onde a dispersão e o isolamento mais se fazem sentir.

Quinto: no contexto da revisão dos estatutos da RTP, garantir, com a máxima brevidade, a distribuição, em directo, do primeiro canal do serviço público de televisão nas duas regiões autónomas, criando um segundo canal com produção descentralizada e de vocação regional.

Sexto, e último: investir fortemente na área das telecomunicações, satisfazendo condições viáveis à acessibilidade das regiões que sejam compatíveis com as exigências da modernidade e do desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Destacámos um pequeno conjunto de medidas e de propostas políticas que reputamos de essenciais para a viabilização do regime autonómico.

Não procurámos elencar todas as questões relevantes que se colocam no plano das prioridades regionais, muitas das quais cabem no domínio do exercício das competências dos órgãos de governo próprio das regiões, mas seria grave se não alertássemos o Governo para algumas omissões que o Programa em discussão evidencia. Apresentarei, apenas, três exemplos, sem considerandos nem comentários.

Estranha-se que nem uma linha se tenha escrito sobre a importância que representa para o País e para os Açores o processo de renegociação do acordo de utilização da Base das Lages pelos Estados Unidos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Programa do Governo também omite qualquer referência ao programa SIFICAP, que tem por objectivo assegurar a vigilância e a fiscalização em tempo real, bem como a colheita de elementos científicos da Zona Económica Exclusiva de Portugal, e que ainda não abrange as Zonas Económicas Exclusivas dos Açores e da Madeira, apesar de constituirem 80 % da Zona Económica Exclusiva portuguesa.

Não se menciona igualmente o programa Ciência, nem se admite a possibilidade de instituir uma quota regional que permitisse, por exemplo, à Região Autónoma dos Açores candidatar-se com hipóteses de êxito, nomeadamente, a projectos destinados à aquisição e utilização de equipamentos de investigação aplicada no domínio da oceanografia e das pescas.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, as palavras-chaves desta empresa decisiva são complementares e indissociáveis: autonomia e solidariedade.

A força da solidariedade continuará a ser a parte substantiva do elo que une todos os portugueses.

É com optimismo e fundada esperança no empenhamento colectivo dos detentores do poder político democrático que nos disponibilizamos também para oferecer o nosso contributo no sentido de realizar a tarefa histórica de transformar as regiões autónomas em parcelas prósperas do Portugal europeu.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de formular o meu pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Martins Goulart, quero, uma vez que uso da palavra pela primeira vez nesta sessão legislativa e nesta legislatura, cumprimentar a nova Mesa da Assembleia da República, na pessoa do Sr. Presidente, e dirigir uma palavra de saudação especial aos novos deputados, de todas as bancadas, que tomam pela primeira vez assento na Assembleia, desejando-lhes as maiores felicidades.

Sr. Deputado Martins Goulart, a sua intervenção, na linha aliás das intervenções do seu partido neste debate do Programa do Governo, revela que o Partido Socialista não mudou de discurso, o que é efectivamente preocupante. É sabido que o discurso do Partido Socialista foi condenado ao inêxito conhecido do resultado eleitoral, mas parece-me, extrapolando um pouco, que iremos também ter um inêxito na oposição parlamentar do Partido Socialista, a manter-se este discurso.

V. Ex.^o levantou várias questões no que respeita ao Programa do Governo, na parte relativa às regiões autónomas, tendo, designadamente, criticado a falta de indicação de medidas mais concretas e de uma ocupação eventualmente mais extensa por parte do Programa do Governo de matérias relativas às regiões autónomas.

Em primeiro lugar, V. Ex.^o sabe que constitucionalmente o Programa do Governo é um programa de linhas gerais e não necessariamente um programa que tenha de conter pormenorizadamente os vários projectos e soluções que concretamente em todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas, o Governo virá a adoptar. Isso é que é um programa de governo; caso contrário, teríamos aqui um anexo pormenorizado de projectos insindáveis em relação aos vários sectores da vida nacional.

Há, todavia, uma outra razão para que o Programa do Governo não tenha ido mais além daquilo que foi — e parece-nos que muito relevantemente — quanto às regiões autónomas. Trata-se exactamente do respecto pela autonomia. Sinto com preocupação que V. Ex.^o, segundo me parece, estaria a pensar que o Programa do Governo, nesse particular, deveria invadir as esferas da autonomia regional e assumir nele próprio algo que há-de conter-se ex-

clusivamente nos programas dos governos regionais. É preocupante que V. Ex.^o, com as responsabilidades que tem a nível da região autónoma, tenha aqui deixado essa ideia.

Referiu também V. Ex.^o a necessidade da aprovação de uma lei quadro das finanças regionais. Gostaria de pôr à sua consideração a questão de saber se esse assunto não deve ser objecto de diplomas próprios das assembleias legislativas regionais em cada uma das regiões autónomas — precisamente em homenagem à autonomia regional — e não necessariamente no âmbito de uma lei quadro a aprovar por esta Assembleia da República.

Estranho que V. Ex.^o não tenha tido uma palavra relativamente à alteração das leis eleitorais para as assembleias regionais, uma vez que se trata de uma matéria que aqui foi referida pelo Sr Primeiro-Ministro e que é abordada no Programa do Governo, em relação à qual importa até ter uma cautela que gostaria de ter visto veiculada também por V. Ex.^o. Na preocupação de uma reforma global das leis eleitorais, o Programa do Governo refere também as leis eleitorais para as assembleias legislativas regionais, mas, naturalmente, não estará no pensamento do Governo deixar colidi-las com o princípio de que esta matéria, sendo estatutária, há-de vir necessariamente a ser tratada por iniciativa das respectivas assembleias legislativas regionais, em coordenação — é certo — com a filosofia geral que se quer emprestar à reforma eleitoral.

São estas as questões sobre as quais gostaria de obter o esclarecimento do Sr. Deputado Martins Goulart.

O Sr. Presidente: — Agradeço ao Sr. Deputado Guilherme Silva, em nome da Mesa, as suas palavras iniciais.

Pergunto ao Sr. Deputado Martins Goulart, uma vez que há outros pedidos de palavra e o Sr. Deputado dispõe de muito pouco tempo para responder, se o deseja fazer já ou no fim?

O Sr. Martins Goulart (PS): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Maciel.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr. Deputado Martins Goulart, era uma vez um político socialista, insular e açoriano, que, num comício em campanha eleitoral, prometeu uma semana de férias a todos os açorianos caso um dia fosse presidente do Governo Regional.

Risos do PSD e do CDS.

Depois, esse político socialista, insular e açoriano, cantou — e devo felicitá-lo, porque, tal como o Sr. Dr. Almeida Santos, canta muito bem — a bonita canção «as trovas do vento que passa» e disse que «há sempre alguém que resiste». É verdade, o PSD resistiu. Aqui estamos nós, Governo de Portugal!

Era uma vez um político socialista, insular e açoriano, que prometeu ao eleitorado açoriano dois e talvez três deputados socialistas na Assembleia da República. Teve um deputado na Assembleia da República!

O Sr. António Bacelar (PSD): — Nada mau!

O Orador: — Era uma vez um político socialista, insular e açoriano, que classificou o programa fundamental para a Região Autónoma dos Açores, que, a par de

outros, contou com o empenhamento pessoal, directo e sincero do Sr. Primeiro-Ministro.

Abro aqui um parêntesis para dizer que o Sr. Professor Cavaco Silva conseguiu para Portugal 500 milhões de contos, quando os senhores, os negociadores socialistas, previam que os governos sociais-demócratas só iriam conseguir 196 milhões de contos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Desses 500 milhões de contos, 50 foram para a Região Autónoma dos Açores, através, por exemplo, dos programas comunitários REGIS, PÓSEIMA e PEDRAA, e estão a gerar nessa região autónoma uma atmosfera de progresso e desenvolvimento notório, mas que o Sr. Deputado não quer ver.

Era uma vez um político socialista, insular e açoriano, que pôs o seu lugar à disposição dos militantes, porque — passo a citar as palavras do Sr. Deputado Martins Goulart — «depois dos resultados desta noite, as perspectivas futuras do PS nos Açores não são nada animadoras».

Risos do PSD e do CDS.

Ora, o Sr. Deputado Martins Goulart foi repescado para líder do PS-Açores e aqui está nessa qualidade, tendo acabado de produzir uma intervenção filosoficamente rica, que até me surpreendeu...

Risos.

... e que teve algumas passagens com as quais me identifico. Mas foi manifestamente uma intervenção que não vai ter sequência na sua actividade política quotidiana na Região Autónoma dos Açores.

O Sr. Abílio Curto (PS): — O Sr. Deputado é um convencido!

O Orador: — Sim, efectivamente estou convencido de que ganhei as eleições na Região Autónoma dos Açores.

Aplausos do PSD.

Dissso estou, de facto, convencido.

Deixo-lhe duas perguntas, Sr. Deputado Martins Goulart.

A primeira é a seguinte: ao pôr, naquela noite, o seu lugar à disposição, não reconheceu explicitamente o seu fracasso na liderança do PS-Açores?

A segunda pergunta diz respeito à afirmação do Sr. Deputado de que é uma alternativa credível ao PSD-Açores: como é que um homem que, dentro do seu partido, apoiou já o Dr. Jaime Gama, depois o Dr. Jorge Sampaio e agora o engenheiro António Guterres pode transmitir uma imagem de coerência e credibilidade ao eleitorado da Região Autónoma dos Açores?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Reis Leite.

O Sr. Reis Leite (PSD): — Sr. Deputado Martins Goulart, ao contrário do meu colega Mário Maciel, não considero que o discurso de V. Ex.^a tenha tido qualquer suporte filosófico.

O seu discurso bascou-se numa série de lugares comuns e de generalidades sobre os problemas da autonomia, para conseguir, à volta desta questão, o consenso que o senhor tanto gosta de invocar quando lhe convém. Mas o problema que aqui se apresenta é outro.

O Programa do Governo, em matéria das regiões autónomas, quer nesse capítulo específico, quer noutras capítulos que também tratam de matérias relativas às regiões autónomas, tem o *quantum satis* — e não quero retirar o monopólio do latim ao meu colega do PSN —, isto é, diz o que deve dizer, não diz nem de menos nem de mais.

Ora, no discurso de V. Ex.^a o que se levanta é a velha questão, que o PS, de vez em quando, vem agitar, ou seja, a de que deve estar contido no Programa do Governo da República o que se deve fazer nos Açores. É isso que o PSD não aceita! E o Sr. Deputado Martins Goulart esqueceu-se de uma coisa importantíssima no seu discurso: é que quem defendeu, desde sempre, a autonomia para as ilhas dos Açores e da Madeira, quem deu suporte aos programas do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da autonomia, não foi o PS, foi o PSD.

Portanto, agora, não venha com «pézinhos de lã» dizer que foi o PS, porque ninguém acredita.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado Martins Goulart, a minha pergunta é simplicíssima: mesmo depois do discurso do Sr. Primeiro-Ministro, mesmo depois do que diz o programa do Partido Social-Democrata, o Sr. Deputado ainda acredita que o PS vai ser Governo dos Açores e que V. Ex.^a vai ser presidente do Governo Regional dos Açores, ajudado e elevado pelas mãos do Professor Cavaco Silva?

Gostaria que me respondesse a esta questão, porque foi isso que V. Ex.^a andou a dizer nos Açores.

Risos.

Além disso, gostaria de perguntar-lhe se ainda tem a velocidade de pensar vir a ganhar, conjuntamente com as outras oposições, o PCP e o CDS — e imagine-se que o CDS foi elevado não às honras dos altares pelo PCP, mas foi elevado a partido democrático nos Açores. Está tudo dito... —, as eleições no próximo ano nos Açores...

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr. Deputada Cecília Catarino.

A Sr.º Cecília Catarino (PSD): — Sr. Deputado Martins Goulart, o tempo vai curto e, portanto, vou directamente às questões que quero colocar-lhe.

V. Ex.^a rescreviu-se a uma série de pormenores que gostaria de ter visto no Programa do Governo; e não vê, mas não se referiu — e é sobre esse ponto que gostaria de ter a sua opinião — à intenção expressa pelo Governo de que seja feita nesta Casa uma revisão da Lei Eleitoral para as Assembleias Regionais.

Portanto, Sr. Deputado, gostaria de saber se considera ou não que a iniciativa de apresentação das propostas de alteração das leis eleitorais para as assembleias legislativas regionais deve pertencer às Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira ou deve partir apenas desta Casa.

A segunda questão é no sentido de saber se o PSD e a Assembleia da República, de uma maneira geral, podem contar com V. Ex.^a para, aqui, na Assembleia da República, respeitar integralmente a vontade que sair das assembleias legislativas regionais. Isto é, os diplomas emanados das

assembleias legislativas regionais terão, aqui, da sua parte, uma defesa intransigente — porque, como sabe, os diplomas das assembleias legislativas regionais são efectivamente aquilo que a maioria da população dos Açores e da Madeira quer — e que não colaborará com o seu partido na distorção da vontade das populações, expressas pelos seus legítimos representantes nas assembleias regionais.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Narana Coissoró pediu a palavra para que fale?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, gostaria que o Sr. Deputado Reis Leite explicasse a referência que fez sobre a democraticidade do CDS, porque se é aquilo que penso, gostaria de usar do direito de defesa. Mas como a afirmação do Sr. Deputado, ao dizer que o CDS era um partido democrático nos Açores — imagine-se! —, pode estar fora do contexto. Com efeito, no meio daquela tagarelice não percebi bem qual a sua intenção e por isso gostaria que repetisse, para depois dizer qual a figura regimental que devo usar.

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra, para dar explicações, o Sr. Deputado Reis Leite.

O Sr. Reis Leite (PSD): — Sr. Deputado Narana Coissoró, o que eu disse foi que o PCP, nos Açores, tinha elevado o CDS a partido democrático. Nunca tive qualquer dúvida de que o CDS é um partido democrático, mas tenho ouvido sempre o PCP dizer que o único partido democrático é o PS, para formarem a tal esquerda democrática, não admitindo que nem o CDS nem o PSD alguma vez sejam partidos democráticos.

Ultimamente, nos Açores, o PCP levou o CDS a partido democrático.

Foi isto que pretendi dizer. Não tenho qualquer dúvida sobre a democraticidade do CDS, é óbvio, nem de nenhum dos partidos que aqui estão representados nesta Câmara, bem como em relação a outros partidos constituídos legalmente em Portugal, incluindo o PCP, que é realmente um partido democrático...

Vozes do PCP: — Estamos mais descansados!...

O Orador: — ... embora não aceite é que os outros partidos sejam democráticos!

Risos.

O Sr. Presidente: — Suponho que estão dadas as explicações, Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Também considero, Sr. Presidente.

Quero apenas felicitar o Sr. Deputado por reconhecer que realmente o PCP faz progressos nos Açores.

Risos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, finalmente, o Sr. Deputado Martins Goulart vai responder aos pedidos de esclarecimento. Devo lembrar-lhe de que só dispõe de seis segundos, mas como foram muitas as perguntas, e porque quem pergunta quer saber, a Mesa vai atribuir-lhe mais um minuto.

Tem, pois, a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Reis Leite (PSD): — Sr. Presidente, agradeço a sua benevolência, mas gostaria, em primeiro lugar, de intervir ao abrigo da figura da defesa da consideração.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Vou tentar ser breve, porque no início da minha intervenção eu disse claramente que não pretendia falar do passado, mas sim do futuro e da resolução dos problemas concretos da vida dos povos insulares. Infelizmente, os Srs. Deputados do PSD dos Açores não são pessoas que estejam interessadas nesse debate.

De qualquer modo, para não fugir a nenhuma das questões colocadas, vou ter de ser telegráfico nesta minha intervenção em que pretendo, nesta Casa, defender a honra, até porque posso estar aqui pouco tempo e alguns dos Srs. Deputados podem não perceber o contexto da intervenção, especialmente o Sr. Deputado Mário Maciel.

Quando num comício defendi que se o PS ganhasse nos Açores haveria necessidade de ter mais do que um dia para celebrar essa vitória e dar azo a que o contentamento das populações se pudesse fazer com bastante tempo (*risos*), usei uma metáfora. E se o Sr. Deputado Mário Maciel não sabe o que é uma metáfora eu remeto-o para um bom dicionário...

Risos.

Vozes do PSD: — Sabe!...

Vozes do PS: — Não sabe!...

O Orador: — Por outro lado, Sr. Deputado, para arrumar a sua arrogância, devo dizer apenas aos seus camaradas de bancada...

Protestos do PSD.

..., ou colegas, amigos ou companheiros, que no dia 7 de Outubro, no dia seguinte ao das eleições, ele — mas só então — foi a um debate público na televisão com um representante do PS. O exame do PSD foi tal que, no dia seguinte, toda a gente perguntava «quem foi aquele gajo...» — e isto foi dito por várias pessoas — «... que foi à televisão em nome do PSD?».

Protestos do PSD.

Isto foi dito por várias pessoas!

Quando se respondia «foi o deputado que vocês elegeram», é evidente que se as pessoas pudessem voltar atrás não tinham votado no PSD.

As barbaridades, a arrogância, a má educação foram de tal ordem que não houve ninguém que pudesse estar de acordo com o seu comportamento na televisão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, quira terminar.

O Orador: — Sr. Presidente, julgo que ainda disponho de três minutos para a defesa da honra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se invoca a honra agravada, evidentemente que tem, mas supunha que estava a usar do direito de resposta aos pedidos de esclarecimento.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: — O Sr. Deputado Mário Maciel esquece-se que o seu partido, que não é o PSD nacional, é o PSD Açores, enviou para casa de cada açoriano, há cerca de

um ano, um panfleto, policromático, pago com os dinheiros públicos da região autónoma, onde praticamente só faltava dizer que o Sr. Primeiro-Ministro era um aldrabão. Está escrito, eu exibi-o na televisão. Isto foi da responsabilidade do Presidente do Governo Regional dos Açores!

Quando fomos responsáveis pelo governo da República, apoiamos sempre, solidariamente, o governo do PSD nas regiões autónomas. Mas quando o PSD é governo de uma região autónoma trata mal o Primeiro-Ministro, nas condições em que o faz, enviando para casa de cada açoriano um texto ofensivo à dignidade do Sr. Primeiro-Ministro. Onde estava o Sr. Deputado Mário Maciel nesse dia?

Quanto ao Sr. Deputado Reis Leite, devo dizer que percebo o seu ressentimento, uma vez que deriva do facto....

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, V. Ex.^a exerceu até agora o direito de defesa e vai, neste momento, começar a responder aos pedidos de esclarecimento. Não é assim, Sr. Deputado?

O Orador: — Exactamente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, a Mesa terá, em primeiro lugar, de conceder a palavra ao Sr. Deputado Mário Maciel para dar explicações.

Tem, pois, a palavra, Sr. Deputado Mário Maciel.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Srs. Deputados, lamento que o Sr. Deputado Martins Goulart tenha envirredado pela acrimónia neste debate.

Mas vou também explicar o contexto em que proferi essa declaração na RTP/Açores. Quanto ao facto de se ter dito que, para comemorar a instauração da democracia nos Açores — que foi possibilitada pelo PS quando o senhor foi presidente do Governo Regional —, se daría uma semana de férias a todos os açorianos, eu disse que, em Portugal, só havia dois políticos capazes de proferir semelhante afirmação. Um, é o Sr. Engenheiro Martins Goulart, cujo estilo particular toda a gente conhece, outro é o general Vasco Gonçalves. E isto pela seguinte razão: o general Vasco Gonçalves prometia trabalhar ao domingo e o senhor manda preguiçar uma semana...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Não se trata de má educação mas simplesmente de constatar uma realidade.

Quanto à questão que colocou, gostaria de afirmar que o Partido Social-Democrata nos Açores continua disponível, democraticamente, para dialogar com todas as forças representadas na Assembleia Regional dos Açores e está seguro da compreensão do Governo da República para os seus urgentes problemas. Por isso mesmo, a população açoriana votou de forma clara no Professor Cavaco Silva, expressando, assim, um sinal de esperança no PSD/Açores para as próximas eleições regionais.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart, a quem peço que se cinja a esse tema.

O Sr. Martins Goulart (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Na nossa intervenção fomos claros quanto aos nossos compromissos políticos

relativamente ao futuro das regiões autónomas. Portanto, estamos disponíveis, como afirmei, para entrarmos em diálogo com todas as forças com representatividade democrática que tenham a intenção de resolver connosco problemas fundamentais que se consagram num projecto nacional das autonomias. E aqui, Srs. Deputados do PSD da Madeira, devo salientar a questão de que, para o Partido Socialista, o projecto das autonomias é um projecto de integração nacional e não um projecto de separação do Estado português.

Aplausos do PS.

Por isso, não temos complexos de falarmos a mesma linguagem na Assembleia da República e na Região Autónoma dos Açores. Dizemos as mesmas coisas com a mesma convicção.

Quanto a apoio específico a processos legislativos, citarei simplesmente o exemplo da última legislatura: o PSD tentou, até ao último dia, agendar o projecto de revisão do Estatuto de Autonomia dos Açores, sistematicamente, na defesa de uma proposta unanimemente aprovada na Assembleia Regional dos Açores, e o PSD, com a sua maioria, nunca a agendou.

O problema não é nosso, Srs. Deputados, mas, sim, dos três PSD que existem nesta Sala.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Guilherme Silva inscreveu-se para que efectue?

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Para defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — O Sr. Deputado Martins Goulart fez duas afirmações extremamente graves quer para a consideração pessoal dos deputados do PSD da Madeira quer para o meu próprio partido.

A primeira foi a de tentar uma distinção entre a sua postura relativamente às autonomias e nós próprios porque, do seu lado, havia a visão de uma autonomia integrante em termos nacionais e, da parte dos deputados do PSD da Madeira, haveria uma visão de separação do Estado.

Ora, quem tem conhecido as nossas intervenções nesta Assembleia — e naturalmente V. Ex.^a faz essa afirmação porque é recém-chegado — sabe perfeitamente que a nossa luta pela autonomia passa pela afirmação constante de que a autonomia é a solução portuguesa mais adequada para a Região Autónoma da Madeira e a forma de acertarmos uma solidariedade nacional recíproca para construirmos um Portugal uno. Assim, V. Ex.^a ofendeu gravemente a nossa condição de portugueses com essa afirmação.

Relativamente à afirmação, que também fez, de que haveria três PSD nesta sala, Sr. Deputado, eu não queria maçar demasiado esta Câmara com a contagem de quantos PS há nesta Sala, pois leváramos demasiado tempo a fazer essa contagem!

Risos do PSD.

Mas fique V. Ex.^a sabendo, também naturalmente por ser recém-chegado, que o que não conhece é a riqueza do Partido Social-Democrata em permitir que as nossas vozes em defesa da autonomia aqui se façam sentir.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Essa da riqueza gostaríamos de saber!

O Orador: — É que V. Ex.^a vem com o estatuto de subordinação ao Partido Socialista e não vai, com certeza, defender nesta Casa a autonomia regional dos Açores.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Reis Leite pediu a palavra para que efectue?

O Sr. Reis Leite (PSD): — Para defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Não sei se o Sr. Deputado Martins Goulart pretende dar explicações. Se assim for, terá a palavra em primeiro lugar.

O Sr. Martins Goulart (PS): — Sr. Presidente, deseo dar explicações para o que, suponho, tenho três minutos.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Martins Goulart (PS): — Sr. Deputado Guilherme Silva, acho muito estranho que, ao intervir pela primeira vez, tivesse dito, sem nunca me ter ouvido, que eu tinha um discurso velho, estafado, e, agora, com outro peso e outra medida, venha dizer que eu, por ser novato nesta Casa, não ouço nem sei o que acontece nesta Câmara representativa do povo português.

A este respeito, devo dizer ao Sr. Deputado que, pelas funções que desempenho, acompanho rigorosamente os trabalhos desta Casa, lendo as suas Actas e, por isso, sei muito bem qual é o discurso do PSD da Madeira, sei qual é o discurso contraditório do PSD dos Açores, hoje aqui evidenciado: o Sr. Deputado Mário Maciel disse que o meu discurso tinha uma forte componente filosófica e o Sr. Deputado Reis Leite diz que não havia filosofia nenhuma. Por isso, peço para se entenderem e para representarem a lista onde se integraram. Mas, enfim, essas questões não devem preocupar-nos nem ocupar o nosso tempo.

Porém, já sobre as questões concretas que introduzi no debate do Programa do Governo — que, infelizmente, só foi deslustrado, no nível das intervenções, pelos representantes do PSD dos Açores e da Madeira —, não vi nenhum dos Srs. Deputados do PSD tomá-las em atenção. E essas, sim, é que nos devem preocupar.

O Sr. Presidente: — Para defesa da consideração, tem a palavra o Sr. Deputado Reis Leite.

O Sr. Reis Leite (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Vou ser muito breve porque a única coisa que efectivamente quero dizer é que não aceito lições de patriotismo de ninguém, muito menos do estrangeirado Sr. Deputado Martins Goulart.

Risos do PSD.

Protestos do PS.

É preciso que isto fique claro!

Defendo a minha honra porque sempre defendi com palavras e com actos que os Açores são uma parcela importantíssima de Portugal. E também sempre defendi que a solução da autonomia era a melhor solução para a

integração dos Açores na pátria portuguesa. Sempre procedi desta maneira, motivo por que não posso aceitar lições de patriotismo do Sr. Deputado Martins Goulart. É isto que queria que ficasse claro!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart a quem peço se cinja ao tema.

O Sr. Martins Goulart (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Sinto-me, agora, em boa companhia, na companhia de Almeida Garrett a quem os miguelistas também acusaram de estrangeirado.

Aplausos do PS e do deputado independente Mário Tomé.

Honro-me muito de ter sido emigrante porque Portugal não oferece ainda aos seus filhos condições — e na altura oferecia ainda menos — de trabalho e também de acesso à educação. Foi o meu caso. Fui um aluno de uma universidade americana. Tive o privilégio de poder estar nos Estados Unidos e de, especialmente lá, ter bebido na fonte da democracia.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Ah, então sempre é democracia de sucesso!

O Orador: — Estou perfeitamente à vontade e assumo plenamente o meu passado, o meu presente e sei para onde quero ir. Não admito que nenhum Sr. Deputado me tente ultrajar numa área que até muito me honra e, por isso, não sinto como ofensa as palavras descabeladas, impensadas, de alguém que até há pouco tempo exerceu funções de presidente da Assembleia Regional dos Açores e agora, os presentes, os seus colegas deputados, deverão perceber porque é que teve de renunciar antes de ser censurado. E foi por causa disso que ele naturalmente veio para ser deputado na Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dando por encerrado este pequeno percurso, vamos reverter ao tema central da nossa reunião de hoje.

Para uma intervenção sobre o Programa do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro): — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados: Ao usar da palavra, pela primeira vez, nesta sessão legislativa, gostaria de saudar todas as Sr.^a e Srs. Deputados e de felicitar a presidência e restantes membros da Mesa da Assembleia pela sua eleição para aqueles cargos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vivemos hoje, no plano internacional, uma transição entre uma ordem velha de quase meio século e uma nova ordem ainda não completamente estabelecida. Tanto bastaria para aconselhar prudência nos júzos prospectivos, designadamente quanto ao desfecho de certas situações sejam elas de conflito ou de negociação.

Mas, por outro lado, torna-se mais crucial a identificação de objectivos a atingir, de princípios a salvaguardar por Portugal, nos foras de decisão em que participamos.

Foi este, precisamente, o objectivo do Governo ao elaborar o seu programa na árca da política externa.

Os traços fundamentais da política externa têm mercido, aliás, um largo consenso entre as principais forma-

ções políticas, facto esse que tem reforçado a nossa credibilidade externa e o nosso poder negocial.

Julgo, por isso, que se não devem alimentar querelas artificiais ou gratuitas, especialmente num momento em que precisamos de toda a nossa capacidade para finalizar com êxito as importantes negociações em que estamos envolvidos e para assumir a condução do Conselho das Comunidades Europeias.

O Governo tudo fará para que o consenso referido se possa manter e, mesmo, alargar, para o que manifesta toda a disponibilidade para um diálogo aberto e regular, especialmente com as comissões especializadas desta Assembleia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, de entre as questões de relevante importância para Portugal, no horizonte que se avizinha, destacam-se a finalização das Conferências Intergovernamentais sobre a União Económica e Monetária e a União Política e o exercício da presidência do Conselho das Comunidades.

No concernente à união política, a passagem — ainda que gradual — de um modelo intergovernamental de cooperação em matéria de política externa para uma política comum é, certamente, um dos mais significativos passos no avanço da união europeia.

Mas, porque a política externa toca de perto valores profundos de cada Estado, importa que, na concretização de uma política comum, se salvaguardem as especificidades e diversidades, que não raro se entrecruzam com a identidade nacional, e se promovam fórmulas que assegurem e potenciem as mais-valias de cada Estado e proporcionem sinergias na acção da Comunidade e dos Estados Membros.

Por outro lado, é indispensável que a acção externa da Comunidade seja dotada de coerência pela integração efectiva das componentes políticas, económicas, comerciais e mesmo das que relevam do plano da cooperação e da assistência.

Tal requererá, no futuro, a formulação de estratégias próprias da política externa e de segurança comum da união que devem resultar da interacção com cada Estado que nelas se deverá rever e, no seu quadro, desenvolver acções específicas de âmbito nacional. Esta política externa e de segurança comum poderá, no plano teórico, aplicar-se a qualquer âmbito, temático ou geográfico, mas que compreenderá apenas o que os Estados membros decidirem por unanimidade, quer quanto ao objectivo quer quanto ao conteúdo, modalidades e meios de concretização.

É firme convicção do Governo que o respeito por esses princípios permitirão a Portugal, bem como aos outros parceiros com uma forte tradição externa, salvaguardar e potenciar os seus interesses específicos e enriquecer simultaneamente a acção da Comunidade.

Em paralelo, e numa perspectiva de médio-longo prazo, lançam-se as bases para o desenvolvimento de uma identidade europeia de defesa ou, como também se diz, para a definição de uma nova arquitectura europeia de defesa e segurança. Em causa, em 1.ª instância, estão a redefinição do múnus da NATO e da UEO à luz da nova realidade da união política e as formas de articulação entre si daquelas instituições.

Trata-se de um debate complexo e difícil na medida em que toca nos alicerces, estruturas e princípios mais fundamentais do pós-guerra e que maiores riscos contém de os vir a alterar irreversivelmente.

Disso têm os intervenientes consciência. E por isso o debate se tem arrastado.

Portugal tem participado activamente na discussão desta temática, podendo a nossa posição sintetizar-se em 7 pontos:

Primeiro, a indispensabilidade da manutenção de um diálogo e de uma cooperação permanente entre europeus e norte-americanos em todas as áreas, mas especialmente nas relativas à defesa e segurança.

Segundo, a importância decisiva de uma continuada presença militar norte-americana na Europa como factor de estabilidade e compromisso transatlântico.

Terceiro, a naturalidade da emergência de uma identidade europeia de defesa associada ao desenvolvimento da união política e tendencialmente parceira do pilar norte-americano na NATO.

Quarto, a imperiosidade de se avançar nestas questões, de forma gradual e pragmática, procurando o consenso entre os intervenientes e associando ao debate todas as instituições envolvidas.

Quinto, a manutenção da NATO como instância essencial na defesa da Europa, sem prejuízo do desenvolvimento progressivo da UEO. UEO que, entendida como fazendo parte de um processo global de integração europeia, deve, no horizonte próximo, guardar a sua autonomia, conquanto articulando-se organicamente com a união política, através do Conselho Europeu a cujas orientações deverá atender, e compatibilizando-se funcionalmente com a NATO, de modo a reforçar o pilar europeu desta instituição e evitar duplicações indesejáveis.

Sexto, a necessidade de equacionar o papel dos países que não integrarem os nove, os doze ou os dezasseis na futura arquitectura de defesa e segurança, e de procurar fórmulas para os associar aos objectivos gerais definidos.

Sétimo, a vantagem em desenvolver paralelamente o processo CSCE com vista à sua plena afirmação enquanto fórum privilegiado para um diálogo e concertação entre o todo europeu e a América do Norte, não apenas no plano da segurança mas também no que compete ao diálogo político e à cooperação económica.

As divergências que subsistem nesta matéria decorrem, naturalmente, das visões mais atlantistas ou mais continentais de uns e outros parceiros, bem como da percepção que se tem das novas ameaças decorrentes da tensão, instabilidade e imprevisibilidade que continuam a prevalecer nalgumas áreas.

O nosso posicionamento neste debate deverá, assim, ter como objectivo fundamental a manutenção do nosso país numa oposição não periférica, o que passa pela defesa da ligação euro-americana e, simultaneamente, pela nossa disponibilidade para uma participação efectiva na nova UEO entendida, repito, como instrumento de afirmação de identidade europeia de defesa e também como reforço do pilar europeu da NATO e, por reflexo, da própria NATO.

Importará, aliás, sublinhar que o Governo não vê a NATO apenas como uma aliança militar ainda que defensiva, mas outrrossim, como uma verdadeira comunidade de valores, entre parceiros dos dois lados do Atlântico. Valores fundamentais como a liberdade, a democracia, os direitos humanos e o primado do direito que se vão estendendo por toda a Europa e para além dela, e que permitem à NATO ter uma aproximação mais ampla à problemática da segurança e estabilidade fazendo intervir, ao lado da indispensável componente de defesa, aspectos políticos, económicos, sociais e mesmo ambientais. Assim sendo, a NATO do futuro extravasará as dimensões do passado e

assentará em três elementos interligados: o diálogo, a cooperação e a defesa colectiva credível.

E nesta óptica que a abertura da NATO ao diálogo e cooperação com as novas democracias do centro e leste da Europa deve ser entendida: como elemento activo da nova óptica de segurança euro-atlântica que Portugal preconiza.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Aspecto fundamental do processo de integração europeia tem sido e continuará a ser o de garantir a efectiva e eficaz concretização do princípio da coesão económica e social em boa hora introduzido no AUE (Acto Único Europeu) e traduzido de forma coerente no chamado pacote Delors.

Delors de 1988 como resposta aos desafios do mercado interno.

As conferências intergovernamentais em curso e que constituem saltos qualitativos importantes no processo de construção da união europeia trazem, elas próprias, novos desafios para cujo enfrentamento se requer um esforço de coesão acrescido.

Nesta óptica, defende o Governo que não apenas se tornará importante consagrar nos tratados o objectivo da coesão, como referência permanente da união e informador de todas as suas políticas e ações, como entende que se torna necessária uma acção reforçada no âmbito da mesma coesão para preparar as economias menos desenvolvidas para os desafios do aprofundamento da integração e tornar suportáveis os impactes decorrentes das novas políticas e competências.

Trata-se, para já, de garantir o enunciado geral e a fixação de orientações a que se deverá, naturalmente, seguir uma proposta de conjunto — o chamado pacote Delors II — que consagre os meios, modalidades e objectivos concretos a atingir no horizonte do futuro próximo.

Neste aspecto entende o Governo ser fundamental assegurar um compromisso político que garanta o adequado crescimento dos fundos estruturais, a flexibilização dos mesmos em função das prioridades de cada Estado membro, a monitoragem e sequente introdução de correctivos numa base regular, a garantia da suficiência de meios do orçamento comunitário e da sua mobilização, tendo em atenção a prosperidade relativa de cada Estado membro, o apoio ao desenvolvimento de redes transeuropéias que tenham em conta as situações de periferia e o princípio da coesão. É ainda importante a concretização da proposta portuguesa para a criação de um fundo ou mecanismo financeiro equivalente que garanta o co-financiamento de ações decididas no âmbito comunitário e geradoras de sobrecargas para os Estados membros menos ricos, como sejam, por exemplo, os que relvam de políticas ambientais novas ou do estabelecimento das redes transeuropéias.

Coesão económica e social que deve ainda estar inequívoca e explicitamente presente na formulação de políticas de convergência no plano da união económica e monetária e que, conjuntamente com os ganhos na dimensão política, permitirão antever uma união europeia assente na coesão económica, social e política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A presidência portuguesa do Conselho de Ministros das Comunidades Europeias constituirá uma prioridade absoluta da política externa portuguesa no 1.º semestre de 1992.

Trata-se de uma responsabilidade inerente à nossa participação na Comunidade, que será, a partir de agora, rotina no ciclo de rotação das presidências.

Estamos preparados para o fazer, não só porque cultivámos uma experiência de seis anos intensamente parti-

cipada no quotidiano da vida comunitária, como também porque lançámos a tempo as medidas preparatórias necessárias. Importa que sublinhe, desde já, que encaramos a presidência com espírito de missão, como um serviço que honrosamente nos impõe prestar na Comunidade Europeia.

Não confundiremos o interesse nacional, que sempre intransigentemente defenderemos, enquanto delegação nacional, com o interesse comunitário, o qual vai determinar a linha de rumo fundamental da nossa presidência. Serviremos a Comunidade Europeia com a generosidade do nosso genuíno empenho, atentos ao interesse de todos e de cada um, catalisando sempre a sinergia do interesse comum.

Queremos marcar a nossa presidência com a imagem do rigor e da competência e com o carácter do nosso povo, traduzido na hospitalidade, no espírito de diálogo, na vocação universal. Estamos certos de que a presidência se funda sempre, de forma primacial, na solidariedade e boa cooperação entre instituições. A Comissão, com o direito de iniciativa em exclusivo no plano comunitário, o Parlamento Europeu, com a intervenção crescente no processo legislativo, são pilares fundamentais da vida europeia e são, por isso, parceiros privilegiados de qualquer presidência. Partimos com a vontade de promover e cultivar uma boa cooperação com a Comissão e com o Parlamento Europeu e também com o Tribunal de Justiça, sempre que for caso disso.

O Tribunal de Contas e o Comité Económico e Social contarão também, da nossa parte, com uma atitude disponível para o diálogo. E contamos, naturalmente, com o apoio do Secretariado-Geral do Conselho, com quem temos intensificado a colaboração.

Por outro lado, sabendo-se que a presidência se move sempre como expressão da vontade colectiva dos doze, evitaremos protagonismos injustificados.

A construção europeia terá, pois, em Portugal um aliado sereno e sincero durante a sua presidência.

Falar de prioridades ou de programa de presidência é, neste momento, menos importante, e até, em certa medida, inadequado.

Portugal vai conduzir os trabalhos do Conselho com base na herança da presidência holandesa em pleno curso. E basta olhar para a importância das questões e desafios que vão estar sobre a mesa em Maastricht, quer na união política, quer na união económica e monetária, para se perceber que seria levianidade da nossa parte anunciar agora prioridades ou o programa.

Estamos, contudo, preparados para gerir todos os *dossiers* que queiram a decisão do Conselho, confiados que, com base no expectável sucesso de Maastricht, haverá uma genuína vontade política dos doze para avançar no aprofundamento da integração. As reformas comunitárias do já chamado Pacote Delors II, o reforço das relações externas e o alargamento vão exigir particular atenção e empenho da nossa parte. A conclusão do mercado interno constituirá prioridade indiscutível, tanto mais quanto se estará então a menos de um ano de 1 de Janeiro de 1993 e haverá que lançar as sementes de um debate sobre o pós-1992, nomeadamente sobre as condições exigíveis para fazer do grande mercado único o sucesso para todos os Estados.

E não deixaremos de dar também o melhor do nosso esforço para que, com a solidariedade da Comunidade Europeia, o centro e o leste da Europa prossigam no sentido da reforma política e económica, sem fazer, no entanto, perigar os equilíbrios internos da integração euro-

peia, que tem de se assumir como o núcleo duro da nova arquitectura da Europa.

Procuraremos naturalmente também que as relações com os estados da EFTA sejam reforçadas já na perspectiva do espaço económico europeu que, em boa verdade, é uma antecâmara da adesão.

O objectivo da presidência é fazer com que o 1.º semestre dessa mesma presidência seja mais um passo na grande jornada que os doze vêm fazendo em direcção à União Europeia.

O objectivo de Portugal é realizar essa presidência de modo que a nossa projecção internacional saia reforçada pelo rigor, pelo empenho e pela generosidade que soubermos imprimir ao nosso exercício.

Cabe, naturalmente, à presidência do Conselho das Comunidades a função de coordenar e catalisar a cooperação política entre os doze, assumir a respectiva representação externa e fixar a agenda.

Nesta perspectiva, a presidência portuguesa de 1992 apresenta-se, no campo da cooperação política europeia, particularmente sobrecarregada.

No plano europeu haverá que continuar os esforços dos doze no sentido de encontrar uma solução para o conflito na Jugoslávia, tornando-se cada vez mais urgente a concretização de um cessar-fogo durável, que permita a continuação do diálogo na conferência de paz em Haia.

Não apenas pelo conflito em si próprio, mas também pelo risco potencial de mitemismos indesejáveis potencialmente existentes nos próprios balcãs e outros pontos da Europa, importa não poupar esforços para se conseguir o desiderado da paz e da estabilidade.

E não estando excluído um maior envolvimento europeu na manutenção da paz após a obtenção de um cessar-fogo credível, pode antecipar-se que caberá a Portugal um papel crucial na coordenação e orientação neste domínio, para além da coordenação do esforço de monitoragem já em curso e do acompanhamento da conferência de paz.

Fá-lo-emos com energia mas, repito, sem voluntarismos, procurando em todas as circunstâncias manter a coesão dos doze.

A emergência de nacionalismos e de afirmações étnicas, anteriormente abafados por regimes totalitários, tenderá a prosseguir um pouco por toda a zona da Europa Central e Oriental, sendo fundamental assegurar a coerência da Comunidade Europeia ao lidar com aquela temática.

E a este respeito, constitui grande preocupação a evolução da situação na União Soviética com a emergência de novos arranjos de poder entre o centro e as repúblicas, e mesmo no interior destas, que poderão gerar situações graves de vazio de poder com consequências imprevisíveis na estabilidade política e social da Europa.

Acresce que a situação económica também se não apresenta brilhante, sendo previsível a escassez de bens alimentares e energéticos no decurso do 1.º semestre de 1992.

Assim, à previsível estabilidade originada pelo desmoronar do poder tradicional poderá vir a juntar-se a instabilidade gerada pelas carências de abastecimento, por um desemprego inevitavelmente crescente e pelo aumento da marginalidade.

Torna-se, assim, fundamental que a comunidade internacional possa ajudar a superar, já no curto termo, algumas daquelas dificuldades, através de ajuda humanitária urgente. Cabe neste plano à Comunidade Europeia, aos Estados Unidos e ao Japão um papel motor determinante.

Esta será certamente também uma das prioridades centrais a assumir no decurso de 1992, não enjeitando a presidência portuguesa a sua plena assunção.

Também o Médio-Oriente requer e requerá, no futuro próximo, uma atenção especial das Comunidades Europeias e, por reflexo, de Portugal. A conferência de paz iniciada em Madrid é uma ocasião única para resolver contenciosos antigos e profundos.

A Comunidade Europeia participa plenamente neste processo mas terá, indiscutivelmente, um papel primacial se e quando a problemática da cooperação regional e a criação de mecanismos de interdependência de base regional e da sua ancoragem no espaço económico da Europa estiverem sobre a mesa.

O facto de as Comunidades Europeias serem representadas nesta conferência pela presidência, obviamente assessorada pela Comissão, faz a Portugal novas exigências que aceitamos sem pesar.

É que Portugal tem sabido manter desde sempre uma posição equilibrada no conflito israelo-árabe sendo por todos aceite como interlocutor isento e válido. Isso mesmo pude constatar pessoalmente nos repetidos encontros que, no decurso do último ano, tive ocasião de ter com os mais altos responsáveis israelitas e do mundo árabe.

Con quanto de natureza diferente, não é menos preocupante a situação na zona vizinha do Magreb, em que icinam em persistir focos de tensão política e social, fortemente induzidos por uma situação económica difícil, que tende a dificultar também o caminho da democratização e liberalização aí encetados.

Pela sua vizinhança e tradicional relacionamento com o sul da Europa Ocidental não podem Portugal e os outros parceiros desta região deixar de ser sensíveis a esta matéria.

Torna-se, assim, imperioso que os programas gizados pela Comissão das Comunidades Europeias e traduzido na proposta de uma política mediterrânica renovada sejam postos em vigor. Em paralelo deverão continuar-se os esforços e programas empreendidos no seio do Grupo 4+5 — agora 10 —, no sentido do aumento significativo da cooperação para o desenvolvimento entre a União do Magrebe Árabe e os quatro países europeus envolvidos: Portugal, Espanha, França e Itália.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É também hoje indubiatível que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias trouxe-lhes um enriquecimento inequívoco e mutuamente benéfico no que diz respeito às relações com a África e com a América Latina.

Porém, a relevância internacional das Comunidades Europeias, e em especial no concernente à relação com aquelas áreas do globo, está ainda longe de se traduzir numa cooperação política, económica e cultural que se justificaria.

Assim, e sem prejuízo de se considerar que as prioridades da presidência devam sempre ser as da Comunidade no seu conjunto, ninguém estranhará que, durante o 1.º semestre de 1992, Portugal procure dinamizar as relações entre a Comunidade e os continentes africano e americano, particularmente nas suas zonas sul.

Mas, se a cooperação com a América Latina tem um quadro evolutivo discernível no âmbito da cooperação com o grupo S. José (América Central) e com o grupo do Rio (América do Sul) e tenderá a ser favorecido pela ocorrência de reuniões de cooperação no decurso da presidência portuguesa e ainda pela Conferência do Rio de Janeiro sobre ambiente e desenvolvimento, já o quadro africano tem uma perspectiva diferente.

Com efeito, e não obstante a convenção de Lomé em vigor representar um avanço em relação à anterior, não se perfilam formas institucionais regulares de incremento da cooperação entre as Comunidades e África.

Algumas tímidas tentativas em passado recente esbarraram quer na instabilidade ou condicionalidade requerida para essa cooperação, quer na ocorrência sucessiva de eventos internacionais que se foram sobrepondo — a evolução na Europa Central e Oriental e na União Soviética, a guerra do Golfo, a conferência de paz no Médio-Oriente, para citar apenas algumas.

Por outro lado, países-chaves para a busca de novas fórmulas de cooperação, em particular na África Austral, têm ainda necessidade de algum tempo para firmarem a paz, ganharem a estabilidade ou desenvolverem a democracia que lhes permita concentrar-se na problemática do desenvolvimento.

Crê, contudo, o Governo que importa que a Comunidade Europeia dê acrescidos sinais de incentivo e comprometimento com os países que ora buscam os caminhos da democracia e do desenvolvimento.

Nesta perspectiva e não podendo, por razões óbvias, assumir compromissos definitivos, não quer o Governo deixar de reafirmar a sua intenção de tudo fazer para incrementar os laços existentes entre a Comunidade Europeia e o Sul, particularmente as regiões a que atrás se fez referência e que para Portugal assumem uma relevância especial.

Permitam-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que termine com uma referência aos terríveis eventos recentemente ocorridos em Timor e dizer-vos que o Governo tudo fará para que essa acção não fique impune e tenha consequências para além das condenações políticas a que temos assistido, felizmente com alguma amplitude.

Espero ter ocasião de poder, dentro em breve, apresentar junto da Comissão desta Casa aquilo que é intenção do Governo fazer em relação a esta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro, pela amável referência feita aos membros da Mesa e à sua eleição.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: V. Ex.^a acaba de chegar de uma reunião importante de ministros dos negócios estrangeiros que ontem terminou e que teve uma evolução, de terça-feira para quarta-feira, quanto à reformulação do documento holandês que lhe serviu de base.

No que se refere a essa reunião, existem dois pontos sobre os quais gostaríamos de ser informados, se for possível e sem prejuízo da negociação em curso, como efectivamente é a posição do Sr. Primeiro-Ministro, que respeito ao condicionalismo que descrevi na minha intervenção.

Em primeiro lugar, qual é, digamos assim, a evolução que se prevê e como se podem identificar, neste momento, as questões de transcendente importância sobre as quais não há acordo ou daquelas em que o há e em que sentido é que ele se está a orientar.

Em segundo lugar, tendo havido nessa mesma reunião, por parte da Espanha, da Grécia, de Portugal e da Irlanda (e ainda bem!), reivindicações importantes em matéria de coesão económica e social, a informação vem no sentido

de que essa matéria teria de ser transferida para o ano seguinte, sem prejuízo daquilo que já consta dos projectos de tratado, e que, portanto, seria no quadro do «Pacto Delors» que a matéria em concreto — a coesão económica e social, no sentido proposto por estes quatro países, inclusive o nosso —, viria a ser abordada.

Portanto, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, em que sentido e de que maneira é que se pode antever, na medida que V. Ex.^a falou da coesão económica e social e eu, evidentemente, ainda falei mais, que a matéria em concreto, política e no sentido económico do termo, estará a configurar-se para Maastricht, no quadro da coesão económica e social?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, deseja responder já ou no final, uma vez que tem mais pedidos de esclarecimento?

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — No final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: De uma forma muito breve, queria colocar-lhe apenas duas ou três questões.

Tendo em conta a posição agora assumida pelo governo alemão no que respeita ao reforço dos poderes do Parlamento Europeu e dada a importância do eixo franco-alemão, gostaria de ter uma opinião do Sr. Ministro sobre este aspecto.

Como o Sr. Ministro falou na questão da identidade europeia de segurança e defesa, gostaria que me dissesse em que quadro ou em que perspectiva situa o papel da União Europeia Ocidental. Isto porque atravessamos um tempo em que se esbatem fronteiras entre países e em que a cooperação parece ser um objectivo fundamental, enquanto instrumento de uma possível política de defesa da Comunidade. Ora, essa política, neste sentido restrito, não é exactamente um factor que pode dificultar a aproximação entre os povos europeus e a construção efectiva de um amplo espaço de cooperação e de solidariedade europeia?

Gostaria ainda de lhe perguntar, tendo em conta este papel da Aliança Atlântica — e não espanta, aliás, a tendência atlantista do Sr. Ministro — qual é o papel que entende que pode ser reservado, no interesse da defesa, da cooperação e da segurança europeia, à Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

Finalmente, o Sr. Ministro falou na importância da coesão económica e social. Inteiramente de acordo! Mas por que razão persiste a posição de que, em matéria de direitos sociais, os mesmos serão dirimidos não em função de uma maioria de votos mas, sim, obrigatoriamente por unanimidade?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria também começar, como vários colegas, ao usar da palavra pela primeira vez nesta legislatura, por cumprimentar V. Ex.^a, Sr. Presidente, nosso companheiro dos tempos da Assembleia Constituinte, e os restantes membros da Mesa e desejar-lhes as maiores felicidades no exercício dos seus cargos.

Queria também felicitar o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Governo em geral pelo seu Programa, especialmente na parte de que agora nos ocupamos, a política externa.

Julgo que ele é a consubstância de uma posição nacional, diria quase indiscutível, e reflecte o largo consenso que o Governo soube construir nesta matéria ao longo dos últimos anos. Talvez tenha sido por isso que tivemos até agora, e já estamos próximos do fim deste debate, tão poucas intervenções e nenhuma crítica das oposições nesta área, para além das interrogações legítimas sobre o futuro do que se vai passar nos próximos meses no processo de construção europeia.

Mas, para além da constatação destes factos, queria, desde já, perguntar ao Governo se, e concordando, eu e certamente todos os Srs. Deputados desta bancada com aquilo que foi dito sobre o que vai ser a presidência portuguesa das Comunidades — uma presidência aberta ao mundo, de acordo com a característica essencial do nosso patriotismo, que é por essência universalista, a ponto de, se deixar de o ser, deixa de ser patriotismo —, perguntar se está disposto a colaborar connosco para que possa haver na opinião pública e nos portugueses em geral um maior interesse pelo mundo que nos rodeia. Isto para que, sem esquecer os problemas urgentes de que hoje aqui também se falou, nomeadamente o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, poi exemplo os que afectam as cinturas das grandes urbes, pensamos vir a ter mais divulgada a consciência de que os nossos valores não se esgotam nas nossas fronteiras, que a solidariedade não acaba em Vilar Formoso e que a dignidade da pessoa humana tem de ser promovida em todo o mundo. É isto que resulta da nossa Constituição e certamente que o Governo vai ser o motor, connosco, desta promoção dos valores que são os nossos.

Gostaria, pois, que o Sr. Ministro dissesse alguma coisa sobre essa matéria.

No que diz respeito a uma questão mais específica, seria possível desenvolver algo sobre uma área que, como sabe, é preocupante e a que o Sr. Ministro, e muito bem, se referiu, que é a questão do Mediterrâneo? Realizou-se há dias a Conferência de Madrid, o Sr. Ministro já se lhe referiu, mas, talvez por falta de tempo, não desenvolveu muito essa matéria.

No entanto, há que sublinhar que, passados apenas dois anos sobre a grande viragem ocorrida em 1989, da queda do muro de Berlim e do socialismo pretensamente real, ou seja, de um regime totalitário, opressor e ineficaz, nesta época de grandes e extraordinárias mudanças, verificou-se a possibilidade de resolução de um dos mais graves conflitos que têm afectado a Humanidade, o conflito do Médio Oriente, através do reconhecimento do direito de Israel a viver em segurança e do povo palestiniano a um Estado, como os outros povos.

Gostava que dissesse ainda alguma coisa sobre o projecto da CSCM. Este projecto, adaptando o êxito da CSCE à área do Mediterrâneo, tem ou não, numa perspectiva de médio prazo, «pés para andar»?

Mas, sobretudo não queria deixar de, uma vez mais e para concluir, felicitar o Sr. Ministro pela forma como tem dirigido esse tão difícil departamento. É, indiscutível que tem prestigiado, bem como o todo o Governo — basta passar as nossas fronteiras para o verificar —, o povo português e Portugal no mundo, nos últimos anos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Pedro Roseta, aceite os cumprimentos da Mesa pelas palavras amáveis que lhe dirigiu no início dos esclarecimentos pedidos:

Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Terei de ser relativamente rápido, na medida em que não tenho muito tempo ao meu dispor.

Gostava, no entanto e desde já, de me disponibilizar para, junto das comissões da Assembleia que o entenderem ou por qualquer outra via, fornecer todos os elementos em detalhe sobre o ponto de situação da negociação.

Em síntese, no que diz respeito aos poderes do Parlamento Europeu, há neste momento uma lista de matérias para a co-decisão ou potencialmente de co-decisão que não tem, não mereceu e não merece o consenso generalizado.

É intenção da presidência holandesa fazer um pacote, conjuntamente com outras matérias que estão no Tratado, que nos será apresentado, pela primeira vez, no dia 2 de Dezembro, portanto, ainda antes da Conferência de Maastricht.

Gostava de dizer que ontem não se avançou mais, na medida em que, entre outras razões, irá haver um debate na Câmara dos Comuns sobre a posição do Reino Unido quanto a esta matéria, porque, como se anuncia particularmente difícil, há alguma reserva britânica em se movimentar excessivamente antes da sua realização.

Quanto à co-decisão, como o Sr. Deputado saberá, nestes processos, tal como no passado relativamente ao acto único, há três fases: uma primeira fase para encontrar a base jurídica das acções da Comunidade; uma segunda fase constituída pela propositura por parte da Comissão da forma de concretizar essa base jurídica; finalmente, uma terceira fase na qual se definem os instrumentos concretos que hão-de corporizar essas acções da Comunidade.

Em termos de negociação, conseguimos — e refiro-me também aos outros países mais interessados — que constasse da base jurídica do tratado, seja nas disposições gerais, seja num título específico sobre coesão económica e social que estará nele presente, um conjunto de afirmações, de bases jurídicas, se assim quisermos, que do nosso ponto de vista são já, neste momento, relativamente satisfatórias.

Gostávamo e vamos tentar ir um pouco mais além, mas como entendemos que esta matéria envolve dispêndio de dinheiro é necessário tentar amarrar, tanto quanto possível, aqueles que são os principais pagadores líquidos. Por isso, propusemos, e conseguimos que fosse aceite, que, em paralelo com o tratado, figurasse um anexo que constituiria uma declaração da Comissão e do Conselho sobre as principais metas do chamado pacote Delors II, particularmente no campo da coesão. Julgamos que isto consagrará, desde logo, no plano político aquilo que há a esperar das orientações decorrentes destas bases jurídicas.

Resta ainda em aberto um último ponto, porventura o único, no qual ainda não se conseguiu avançar. Trata-se da introdução no tratado, desde já, do conceito de progressividade, no que diz respeito aos novos recursos próprios. Esta é uma matéria extremamente delicada sobre a qual pensamos que só em Maastricht se poderá ter qualquer avanço.

Questões particularmente delicadas são indiscutivelmente as do ambiente e as do domínio social. Nestas, com reservas de dois países, Portugal pode aceitar, com as emendas que foram feitas, praticamente todo o conjunto

desse título, assim como na parte do ambiente, no que diz respeito à garantia inequívoca do financiamento dos países com menos capacidades e na eventualidade de se colocarem fasquias demasiado altas na política ambiental.

Sr. Deputado Rogério de Brito, não me resta muito tempo e, por isso, se V. Ex.^a ler aquilo que hoje disse talvez possa compreender o que pensamos que devia ser a UEO, a NATO e mesmo a CSCE. Em todo o caso, julgo que esse é um dos tais temas que merece um debate aprofundado em comissão porque é uma matéria em aberto, actual e sobre a qual julgo que valeria a pena debater as várias ideias.

Sr. Deputado Pedro Roseta, agradeço-lhe as referências elogiosas que me fez.

No entanto, permita-me só que diga que o Governo trabalhou para o consenso, mas esse consenso não é possível se não houver também um esforço da oposição. Seja-me permitido dizer que ambos merecem encómios por esse facto.

Aliás, estarei sempre disponível para discutir, sempre que for de interesse para esta Casa, qualquer matéria específica, seja o Mediterrâneo, o Magreb, o Médio Oriente, a CRCM ou qualquer outra iniciativa para tornar o mundo, digamos assim, mais acessível, quer a esta Casa, quer aos portugueses de uma maneira geral. Desta forma, podem sempre contar comigo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^a e Srs. Deputados: Apesar de não me situar entre os que têm uma concepção economicista do desenvolvimento não posso desperdiçar o pouco tempo que me resta.

Assim, procurarei utilizá-lo do modo mais racional possível.

Começo por dizer que, pela forma como o Sr. Primeiro-Ministro e o PSD procuraram iludir as questões que colocámos, até podia parecer que elas não têm nada a ver com a realidade do que se passa neste país.

Refiro apenas dois exemplos para que não restem dúvidas.

O primeiro reproduz três simples ideias síntese do recentemente editado *Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Portugal* de que foi subscritor o actual Ministro do Ambiente quando ainda não fazia parte do Governo e onde se revela uma crescente degradação do estado do ambiente em Portugal durante a governação entre 1988 e 1991. Nesse livro reconhece-se que nesse período o ambiente foi considerado um sector pobre e secundarizado e critica-se aí o Governo por não cumprir, não fazer cumprir e não criar as condições necessárias para que seja cumprida a legislação sobre o ambiente.

O segundo exemplo serve para retribuir ao Sr. Primeiro-Ministro as recomendações que teve o cuidado de fazer, aquando da apresentação do Programa do Governo, em 1987. Ao ser questionado sobre a situação no rio Alviela, V. Ex.^a recomendou a consulta às populações ribeirinhas sobre o que pensavam do Governo ou que, se não houvesse tempo para o fazer, fossem consultados os resultados eleitorais.

Retribuo-lhe hoje, passados que já são quatro anos, as mesmas recomendações com a certeza que verificará uma

diferença significativa. É que uma das freguesias ribeirinhas do Alviela, porque já não acredita em mais promessas, desistiu de participar nos actos eleitorais.

Lamentamos, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados do PSD, que a vossa democracia de sucesso seja esta e podemos garantir que, se este é o bom caminho que tanto apregoam, este não é o nosso caminho nem o que defendemos para o povo português e para a Humanidade.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^a e Srs. Deputados: Depois dos cumprimentos do estilo, que, no presente caso, foram também expressão de sinceridade, vamos agora tentar, no tempo disponível, analisar o programa e os sublinhados feitos pelo Sr. Primeiro-Ministro e pelo Sr. Ministro das Finanças.

É claro que, tratando-se embora de tema já desenvolvido pelo nosso colega Manuel Quiciró, não posso deixar de estranhar que, num momento em que despontam em vários sectores da nossa economia sinais de crise, em que se aproximam decisões importantes nas Comunidades Europeias, em que o mundo vive as incertezas próprias das épocas de grande mudança, o Sr. Primeiro-Ministro tenha destacado no Programa do Governo, para o distinguir com grande objectivo da próxima legislatura, a reforma dos sistemas eleitorais.

Ainda por cima, depois de uma eleição que demonstrou, no que respecta, pelo menos à Assembleia da República, ser capaz de gerar soluções de grande estabilidade — de enorme estabilidade, diríamos mesmo.

Os agricultores que não conseguem produzir a preços competitivos e que, por isso, não vendem o que produzem, os industriais dos sectores tradicionais, que sustentaram tantos anos a nossa balança comercial e continuam a contribuir para os elevados índices de emprego e que agora se vêem ameaçados por uma concorrência a que não conseguem fazer face, os credores do Estado que não conseguem fazer-se pagar, todos esses que voltaram — muitos deles com certeza — no Sr. Primeiro-Ministro, na expectativa de ouvir, depois das eleições, uma palavra confirmadora da esperança neles despertada, terão começado a ficar desiludidos.

Terão de ter paciência, pois o importante é continuar a ganhar eleições..., todas as eleições.

Vamos, porém, ao que nos cabe. E o que nos cabe é tentar ver um pouco para além do grande optimismo aqui demonstrado pelo Sr. Professor Cavaco Silva, no que à economia nacional se refere.

Tudo continuará bem, ou mais do que isso, tudo será melhor: o produto a crescer; o emprego a aumentar; as prestações sociais a expandirem-se. E, agora, tudo isso acompanhado com o défice do Orçamento a descer e a inflação a ir pelo mesmo caminho, tendo já passado a fronteira dos dois dígitos, embora ainda acompanhada de uns incômodos oito décimos.

Quer dizer, expansão combinada com moderação no crescimento dos preços.

Quer dizer, reestruturação do sectores em crise, combinada com o aumento do emprego.

Tudo sem nada mudar, ou praticamente nada, passando apenas do PCEDED para o QUANTUM e deste para a «Convergência com qualidade».

Fantástico!... E Deus queira que assim possa ser!...

É claro que o optimismo do Prof. Cavaco Silva não foi inteiramente acompanhado pelo do Prof. Braga de Macedo, a quem aproveita para abraçar com amizade e desejá bom governo na fidelidade aos bons princípios.

Aí já se pede paciência e, invertendo a máxima popular, se aconselha a deixar para amanhã o que puder não ser feito hoje.

Esperando que se não aplique ao Governo, vai com certeza ser de, pelo menos, mau efeito pedagógico, este conselho de «preguiça», ainda por cima dado pelo Ministro das Finanças...

Para além disso, porém, fica-nos o grande apelo ao rigor orçamental e a ênfase posta nas privatizações.

O primeiro a revelar que o grande optimismo do Primeiro-Ministro quanto ao orçamento rectificativo que aí está a chegar talvez não tenha razão de ser.

É que quem ouviu o Sr. Professor Cavaco Silva no dia da apresentação, a retirar, de uma pena, o argumento orçamental aos críticos do seu XI Governo, não perceberá muito bem o novo Ministro das Finanças, no seu apelo do rigor.

Quem ouviu dizer que a rectificação terá como objectivo principal diminuir apenas o défice, levará, com certeza, à conta de alguma divergência a preocupação do Ministro.

Mas quem ficou, com certeza, espantado com esta resolução de que o défice vai descer foram, certamente, os credores do Estado que não conseguem realizar os seus créditos.

Por coincidência, minutos depois de encerrada a sessão, na segunda-feira, tinha à espera, no nosso gabinete, algumas pessoas do meu círculo eleitoral, que, espantadas, me exibiam contratos celebrados em 31 de Janeiro de 1991 entre a cooperativa de professores de que são membros e o Estado Português, devidamente visados pelo Tribunal de Contas em 1 de Fevereiro, em que o Ministério da Educação se obriga a pagamentos mensais, os quais deixaram de ter lugar em Agosto, com a indicação dada, já depois de 6 de Outubro, é claro, de que até ao fim do ano não haverá dinheiro para coisa nenhuma.

Como este estão mais de 70 estabelecimentos de ensino, em que a iniciativa privada se pôs a caminho, surpreendendo deficiências da máquina estatal na base da confiança em contratos que celebrou e agora se vêem na contingência de encerrar ou recorrer ao crédito com os juros do estúdio.

Casos como este, exemplos vivos e algumas vezes dramáticos de um Estado que se torna caloteiro, multiplicam-se ao longo da máquina da Administração Pública, sempre ou quase sempre que esta contrata com terceiros para lhes comprar bens ou para lhes adquirir serviços. São os fornecedores dos hospitais, os farmacêuticos, os médicos convencionados, os empreiteiros... um rol sem fim!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Até dentro do próprio Estado o fenómeno se verifica, como o ilustra o episódio triste das universidades, com os reitores a fazer ameaças para conseguir pagar aos professores e com o começo das aulas retardado, um pouco por toda a parte, por falta de verbas.

É pena que o Sr. Ministro da Educação tenha entrado mudo neste debate e vá sair dele calado.

A Sr.ª Julieta Sampaio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quer dizer, o Governo passou a incluir no número das receitas do Estado, ao lado dos impostos e

da dívida pública — leia-se confessada —, os atrasos de pagamento, vulgo os calotes.

Não há, portanto, tanto défice, mas há mais dívida não titulada.

E é o mesmo Estado, responsável pela norma do Código Civil que diz que os contratos devem ser pontualmente cumpridos, quem deixa de cumprir os próprios contratos celebrados.

Que reacções não terão tido todos esses que se arrastaram e se arrastam pelas repartições à espera que lhes paguem o que lhes devem, ao ouvir o Primeiro-Ministro dizer que, afinal, a receita era ainda maior do que o esperado.

Mas também por isso — e precisamente por isso — é que o rigor orçamental é necessário e terá de ser-nos explicado aqui, na Assembleia, o que é que correu mal na execução do Orçamento de 1991. Não apenas na realização da despesa, mas também no processo de cobrança da receita, para que não volte a correr mal em 1992 e nos outros anos.

Também temos de nos debruçar, com redobrada atenção, sobre as razões que têm levado o Governo a, sistematicamente, subavaliar a receita dos impostos para além do razoável quando apresenta o Orçamento, para só no fim da execução (quando o rectifica) revelar os verdadeiros números dessa receita. Será porque num momento se trata, fundamentalmente, de avaliar o peso da receita dos impostos, o peso dos impostos, enquanto, nos outros, se dá especial atenção ao défice? Talvez seja.

De qualquer modo, a pergunta fica: de que vale assim o Orçamento? Qual o papel do Parlamento na discussão orçamental? Fica-nos, realmente, algum papel? Já, há dias, disse aqui que mais valia discutirmos as contas do que o Orçamento!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O outro tema que mereceu um ênfase particular do Ministro das Finanças foi o das privatizações. Aqui diríamos que o Programa do Governo parece redigido por duas personagens diferentes.

Uma, que acentua as reprivatizações, enquanto instrumento ao serviço da alteração estrutural da nossa economia pela via do aumento da eficiência do aparelho produtivo, resultante do funcionamento descentralizado dos mecanismos de mercado sustentados pela iniciativa privada — muito bem, todos os aplausos! Estaríamos em querer que esta foi a parte redigida pelo Ministro das Finanças.

Outra, mais preocupada com a amortização da dívida pública, que preconiza uma abordagem gradativa e a permanência nas empresas reprivatizadas de bolsas de capitais, públicos — muito mal! Esta parte não sabemos por quem foi redigida, nem pretendemos adivinhar!

Risos do CDS

A contradição não párece augurar nada de bom e gostaríamos de saber se este Ministro está disposto, finalmente, a publicar um programa completo das privatizações, com indicação das respectivas datas e do processo de privatização a adoptar, não excluindo obviamente nenhum dos processos legalmente previstos. Estamos aqui irmanados com o Sr. Deputado Alvaro Barreto.

Só assim a transparência será total e só assim se dará aos agentes económicos nacionais a possibilidade de se prepararem e organizarem para desempenhar, neste domínio, o papel que deles se espera.

É certo que não pode falar-se de reprivatizações e da participação do capital nacional, sem referir as indemnizações, perguntando ao Governo qual a razão para, no meio de tanto aperfeiçoamento que se propõe introduzir, não ter também programado aperfeiçoar o regime das indemnizações. É claro que, aqui, algum progresso se verificou, porque, há quatro anos, quando discutímos o programa do XI Governo, o próprio Sr. Primeiro-Ministro dizia que não estava disponível para sequer corrigir o regime das indemnizações e, afinal, alguma correção já foi introduzida. Mas outras terão de ser e temos esperança de que assim venha a acontecer.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falta-me o tempo para perguntar sobre muitas outras coisas, nesta matéria, designadamente, sobre o que será, em todo este contexto, a política monetária do Governo que, tanto dos discursos como no Programa, não merece grandes atenções e que as que merece são de certo modo contraditórias.

Que predomínio é que nos espera? O da maior liberdade, incluindo a dos movimentos de capitais, ou a continuação das medidas restritivas?

Lá iremos, porém, como dizímos no dia da abertura do debate, nas próximas oportunidades das rectificações (que vamos ver como serão e que explicações nos trarão) e do Orçamento de 1992.

Esperemos, nessa altura, ter mais respostas, para formar uma ideia mais clara sobre o que vai ser a política económica deste Governo.

Aplausos do CDS e do PS.

O Sr. Presidente: — Não havendo pedidos de esclarecimento, vou dar a palavra, para a última intervenção desta fase do debate, à Sr.ª Deputada Lourdes Hespanhol.

A Sr.ª Lourdes Hespanhol (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: Esta intervenção impõe-se, até para que conste do *Diário*.

É curioso, significativo e mostra bem quais os objectivos deste Governo o facto de, num debate de tanta importância como este que estamos a realizar, nenhum ministro das áreas sociais ter apresentado nesta Casa o programa para essas áreas. Efectivamente, nem o Ministro da Saúde, nem o do Emprego e da Segurança Social, nem o que tutela a habitação, nem o da Educação, falaram e, curiosamente, o Sr. Primeiro-Ministro levantou-se e acabou de sair, neste momento.

Mais uma vez, a educação é uma prioridade para o Governo — nota-se! A prioridade das prioridades, no Programa do Governo, em 1987, traduziu-se num «grande buraco». A prioridade à educação no actual Programa do Governo traduz-se, na apresentação do mesmo, numa significativa omissão. Como é que se pode justificar que, com todos os problemas e «buracos» que perpassam no sistema educativo, com os momentos difíceis que se vivem nas universidades portuguesas — faculdades que ainda não abriram, outras que estão em vias de encerrar, a autonomia universitária que está asfixiada —, a todos estes problemas o Sr. Ministro da Educação diga nada! A comunidade educativa, em Portugal, saberá julgar este silêncio, Sr. Ministro!

Aplausos do PCP.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de palavra...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de saber se o Sr. Presidente entende dar por encerrado o debate agora, antes do intervalo para almoço, ou se, pelo contrário, pretende manter o período de debate no reabertura da sessão.

O Sr. Presidente: — Era intenção da Mesa, Sr. Deputado, encerrar o debate antes do intervalo para almoço.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sendo assim, permita-me o Sr. Presidente que lhe pergunte se até ao momento deu entrada na Mesa alguma moção de confiança.

O Sr. Presidente: — Suponho que não, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Se, então, ainda não deu entrada na Mesa qualquer moção de confiança, e como isso só pode suceder até ao fim do debate, farci de imediato a apresentação na Mesa de uma moção de rejeição.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, uma vez que, segundo as contas feitas, a fase de encerramento do debate não ultrapassará mais do que 1 hora e 42 minutos e não haverá tempos mortos, já que, como é habitual, as intervenções serão sucessivas, uma a seguir à outra, perguntaria aos representantes dos grupos parlamentares, através da Mesa, se há consenso no sentido de os trabalhos serem reiniciados às 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Era essa a intenção da Mesa, Sr. Deputado Narana Coissoró. Está prevista para as 15 horas uma reunião dos representantes dos grupos parlamentares e para as 15 horas e 30 minutos o início do período de encerramento do debate.

Em todo o caso, gostaria, após consulta do Regimento, de acrescentar algo mais sobre a interpretação feita pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira.

Suponho que uma eventual moção deve dar entrada até ao momento em que o Primeiro-Ministro inicia a sua intervenção final, porque é ele que, nos termos do artigo 228.º, n.º 4, do Regimento, encerra o debate. Diz-se nesse preceito que o debate termina com as intervenções dos deputados «e do Primeiro-Ministro, que o encerra».

Por seu turno, o n.º 1 do artigo 229.º do Regimento utiliza a expressão «até ao encerramento do debate». Na interpretação da Mesa, a moção pode, pois, dar entrada até ao início da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro.

Para terminar esta fase dos nossos trabalhos, resta-me dar notícia ao Plenário do teor substancial de uma carta que acabo de receber do Sr. Presidente da República, que diz o seguinte: Tencionando deslocar-me a França entre os dias 22 e 25 do corrente mês de Novembro, em viagem sem carácter oficial, para participar nas comemorações do

70.º aniversário da criação do ensino do português na Universidade de Rennes, dela venho dar prévio conhecimento à Assembleia da República, nos termos do artigo 132.º, n.º 2, da Constituição.

Lida, então, esta carta, como é da praxe e necessário para efeitos de regularização do acto em causa, está interrompida a sessão, que recomençará às 15 horas e 30 minutos.

Eram 13 horas e 30 minutos.

Após a interrupção, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 55 minutos.

Srs. Deputados, para além da moção de rejeição apresentada pelo PCP e oportunamente anunciada, entrou também na Mesa uma moção de rejeição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Srs. Deputados, vamos dar início ao encerramento do debate do Programa do XII Governo Constitucional.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: No Programa do Governo em apreciação, como, aliás, já acontecia no anterior, traça-se o quadro de alguém que é convidado a fazer uma docce e envolvente caminhada, não no piso dos troços de auto-estrada que foram construídos à pressa antes das eleições — e que por isso mesmo se justifica não terem sido feitos estudos de impacte ambiental — mas, antes, uma «apaparicada» caminhada nos pisos dos troços que também não têm estudos de impacte, porque estiveram a aguardar pelas eleições para serem inaugurados, os quais, como se sabe, pela espera e pelo tempo, ficaram suficientemente lisos, mas com toda esta lisura de processos quem mais se há-de ressentir são os nossos bolsos...!

A imagem que nos é dada pelo Programa é a de uma viagem com um horizonte laranja de quatro anos, num daqueles carros que o Governo, por uma questão de solidariedade e contrapartida de investimentos, decidiu adquirir no estrangeiro, às empresas que já não conseguem escoar a sua produção e que, por isso, se reconhece tratar-se de uma indústria em crise onde milhares de trabalhadores estão a ser despedidos.

Somos, então, levados a compreender que é do âmbito desta solidariedade e contrapartidas que resulta o maior investimento estrangeiro jamais realizado em Portugal: a construção de uma fábrica de produção de automóveis na península de Setúbal.

Importa, no entanto, estarmos confiantes, porque o Primeiro-Ministro e o Governo, únicos conhecedores do acordo, garantem que a indústria vem, mas que a crise fica à porta, não entra!

Assim, talvez se compreenda melhor que não é por acaso que no Programa do Governo se reserva grande destaque ao desenvolvimento da indústria de armamento e munições, à manutenção e reforço dos interesses estratégicos estrangeiros militares no nosso território e que até ao último dia estaremos de pedra e cal na NATO e na UEO.

Ao longo da viagem pudemos concluir que a paisagem é toda construída em papel de cenário onde são destacadas imagens daqueles cartazes em que o gerente do hipermercado e a sua equipa se esforçam por nos mostrar o caminho do sucesso, associando a ideia do consumismo ao bem-estar.

Nestas condições, torna-se mais difícil termos presente que, para além das auto-estradas, existem milhares de estradas nacionais onde é difícil transitar em segurança, que estão a ser desclassificadas e cuja responsabilidade de recuperação está a ser atribuída às autarquias locais, as quais, em face das crescentes atribuições e encargos que lhe vêm sendo atribuídas têm a transferência das respectivas contrapartidas financeiras, se vêem impedidas não só de arranjar as estradas e realizar o saneamento básico ao ritmo desejável mas, inclusive, impedidas, face à sua situação financeira, como já referi, de apresentar um maior número de candidaturas aos fundos comunitários para a realização de investimentos necessários ao desenvolvimento local do País.

Razão pela qual, sem grande esforço, somos levados a concluir que as verbas dos fundos comunitários disponíveis não estão a ser totalmente aproveitadas. Em contrapartida, dos dinheiros do Estado sabemos que o Governo gasta dezenas de milhões de contos em obras como a do Centro Cultural de Belém, que aparece ainda um pouco esvanecido nos cartazes da paisagem que nos deram para ver, certamente por ainda estar em construção e por já se ter concluído que a obra não era necessária.

Algumas novidades relativamente ao quadro traçado em 1987 podem ser detectadas mesmo no interior da viatura em que a viagem nos foi proporcionada: os pneus suplentes são Firestone, facto que certamente resulta de algum compromisso que terá sido assumido para que a fábrica sita em Alcochete não abrisse falência no período da campanha eleitoral, com os respectivos despedimentos; os estofofios são forrados com um tecido negro e, apesar de se notarem alguns emaranhados, ficava bem destacada a cípua que elucidava: «Têxteis do Vale do Ave» e, em letra mais sumida, «em vias de extinção». Certamente esta referência é para não esquecer da necessidade de construir algum museu, mesmo que seja daqueles que estão fechados aos domingos e feriados...!

E de entre muitas outras novidades que não temos tempo para referir aqui, não podemos deixar de falar do tablier do carro todo construído em madeira de eucalipto. E foi por aqui que nós, ecologistas do Partido Os Verdes, compreendemos que o Governo tinha, finalmente, encontrado um argumento, e forte, para continuar a justificar a plantação indiscriminada de eucaliptos, que tem provocado a desertificação e o despovoamento de grandes áreas de território nacional, o que, por sua vez, contribui para uma progressiva redução da floresta de uso múltiplo, para a extinção de um rico património cinegético autóctone e para a criação de condições mais propícias aos incêndios.

Mas, apesar disto tudo, apesar da degradação do estado do ambiente em Portugal, por força da poluição crescente dos recursos hídricos, do solo e do ar — situação essa que resulta, em grande parte, do facto de o Governo não aplicar a legislação já em vigor, não a fazer cumprir e não criar condições para que possa ser cumprida — e face à concepção economicista que orientou a elaboração deste Programa do Governo, não temos dúvidas de que a opção será continuar a plantar eucaliptos para produzir madeira nem que seja para a indústria em crise.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: O quadro não foi pintado por nós, apenas o lemos e interpretámos à luz de uma realidade que conhecemos e de uma prática que não há razão para acreditarmos que possa vir a ser alterada.

Não estamos, no entanto, desanimados! A nossa razão encontra cada vez mais eco junto daqueles que podem decidir da nossa presença aqui e da nossa força, embora também nesse campo VV. Ex.º deixassem bem claro o ultimato, como é vosso timbre no relacionamento com a oposição, de quererem através de falsos argumentos e da engenharia eleitoral perpetuar um Estado monocolor alaranjado.

Queremos deixar bem claro, Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, que a voz dos ecologistas do Partido Os Verdes nunca deixará de se levantar quando estiver em causa o desenvolvimento do sistema democrático e o aprofundamento das virtualidades da democracia participativa, nem mesmo quando as mordaças nos forem apresentadas em jeito de fios de seda da mais fina.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Esta questão do destino do princípio da proporcionalidade no regime constitucional português, a qual foi transformada no ponto principal das propostas governamentais de revisão do sistema, tem funções variáveis na engenharia dos debates parlamentares: para assegurar a estabilidade não encontra grande favor da parte da maioria, que se constitui a despeito do princípio; para organizar os tempos de intervenção ou a representação da Câmara, interna e externamente, já merece à maioria um respeitoso acatamento.

Neste caso do Programa, resulta que o Governo não tem limite de tempo para transmitir a sua mensagem e, em contrapartida, precisa de escasso tempo para ouvir o que displicentemente chama, por vezes, as oposições e, em ocasiões de maior urgência oralária, chamou, mais simplesmente, os outros.

O inquieto sociólogo do princípio da solidão, Schwartzenberg, vai ter motivos para fortalecer as suas preocupações se tiver ocasião de reparar nestes anúncios. O que tudo vai exigir um esforço maior, do que na passada legislatura, para conseguir que aquilo que aqui se diz tenha presença no ambiente decisório da governação.

E porque esta não pode deixar de estar especialmente empenhada, neste fim de século, nas questões de interdependência e dependência internacionais do País exógeno que somos, talvez um dos principais esforços da crítica construtiva tenha de ser dirigido para essa área em que mais insistentemente é recomendada a confidencialidade pelo Programa em apreço. Por isso, nele escassiam as notícias do Governo sobre o seu projecto. Assim, o consenso sobre a política externa deve ser cultivado, mas uma das medidas é não confundir a prudência diplomática com a ausência do anúncio das opções políticas bem subidas.

Parece inteiramente inaceitável a perspectiva que conduz as nossas opções europeias e atlânticas ao exercício de uma perícia diplomática discreta, que se traduz apenas em anunciar resultados necessariamente felizes, porque não foram divulgadas as frustrações ao longo do processo.

Incidentalmente terá de notar-se, para atenção desta tecnocrática atitude, que não aparece no Programa do

Governo a anunciada definição do Estatuto da Carreira Diplomática, um atraso pouco coerente com a supervalorizada importância da próxima Presidência das Comunidades. Não parece assunto que, em qualquer caso, possa ser adiado e tem importância excessiva para ser omitido no Programa, servindo de advertência suficiente as dificuldades recentes, ainda não esquecidas, com o Tribunal de Contas e o reflexo no estado de espírito dos diplomatas portugueses.

Um espírito que não pode ser orientado apenas pelas instruções dos crenças na teologia do mercado, porque está em causa uma opção fundamental a respeito dos objectivos estratégicos de Portugal. Por isso, parece-nos seriamente preocupante a ausência de debate durante a campanha eleitoral e a reduzida explanação do Governo no Programa em discussão.

Ouvimos algumas vezes referências governamentais à necessidade de definir o conceito estratégico nacional, mas este parece frequentemente confundido com o conceito estratégico do Governo ou com o conceito estratégico constitucional. O conceito estratégico do Governo deve estar expresso no Programa, e a maioria chega para apoá-lo, mas é de exigir que nos deixe ver como é que o usa sem ferir o conceito estratégico constitucional e como é que entende o conceito nacional que não depende nem dele Governo, nem da Constituição, porque decorre da capacidade criadora da Comunidade.

Pelo que toca ao respeito pelo conceito estratégico constitucional, não pode ignorar-se que a subsidiariedade europeia, irrecusável, exige uma definição concreta de estrutura bem sabida, sobretudo para Estados pequenos e ameaçados de exiguidade, tudo para que o eleitorado e o Parlamento fiscalizem o respeito pelo entendimento constitucional: a confidencialidade tem limites, pelo que nesta área não são descabíveis exercícios no sentido de surpreender o eleitorado. Assim, a política vem antes da tecnocracia!

Quando nos falam aqui de atlantismo e continentalidade europeias, talvez a humildade deva permitir a lembrança de que há um século, e depois de um balanço feito por Garrett, dois homens representaram o dramatismo da escolha, Mouzinho e Antero, e ambos se suicidaram. Não vemos, na vasta gama de responsáveis em exercício, ninguém que possa reclamar a dimensão que tiveram, e à falta de carismáticos é aconselhável que todos participem, tendo na frente propostas estruturais definidas, tanto mais que na galeria dos europeístas não se encontra o nome de um único doutrinador português.

Na verdade, o discurso dos círculos concêntricos é uma imagem, não é uma doutrina, não é uma definição da articulação do Estado com a unidade política europeia que os interesses portugueses exigem. A dimensão atlântica portuguesa tem expressão concreta no Programa apenas na proposta do Instituto Luís de Camões, embora o tempo seja escasso para o apreciar devidamente. Contudo, não podemos deixar de salientar que é uma utilização reduzida e insuficiente, a nosso ver, da proposta, que é do CDS, da Universidade Internacional Luís de Camões.

Não podemos confundir política ortográfica com política da língua, imaginar que a concepção da língua portuguesa como a nossa Pátria também é a dos países de expressão oficial portuguesa. Antes parece mais realista admitir que todos eles avaliam a miscigenação como encontro de homens e a língua geral como simples transcrição de tecnologia.

É por não ter isto em consideração que o Governo persiste em não prestar atenção ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que o Brasil comanda, embora a proposta tenha sido nossa. Deveria o Executivo modificar a sua atitude e abandonar a prejudicial desatenção. Cogolário de tal desatenção é o projecto reduzido do anúncio do Instituto Luís de Camões. Parece de primeira evidência a maior utilidade de uma instituição de natureza federativa, que produza os multiplicadores em que se traduzem os diplomados.

É evidente que esta temática está inelutavelmente ligada com os programas da educação, mas os embarracos financeiros e programáticos com que o anterior Governo terminou a sua regência não parecem ter-lhe dado, ainda, tempo para recuperar e vir à Câmara explicar qual o seu novo folgo. O facto de ter recorrido à Universidade Técnica de Lisboa permite-nos ter alguma esperança!

Finalmente, não podemos deixar de, mais uma vez, dar toda a solidariedade à reacção contra o genocídio que a Indonésia está a praticar em Timor e acompanhar os apelos à comunidade internacional para que não trate os timorenses como um povo dispensável para os interesses das potências.

Neste desafio vai ser posta em causa a real dimensão do prestígio português e a sua capacidade de mobilizar as chancelarias que, tantas vezes, são citadas pelas agradáveis palavras a respeito da acção portuguesa.

Temos acompanhado, concordantemente, as linhas mestras da nossa política de defesa e dos negócios estrangeiros, mas os desafios que se apresentam neste fim de século não consentem menos do que reclamar a oportunidade de todos participarem nas responsabilidades, que são de todos, com a firmeza de quem confia em instituição e não transfere essa confiança para pessoas.

Por isso, insistimos em que não é possível admitir qualquer confusão entre o conceito estratégico do Governo, que é da maioria, o conceito estratégico constitucional, que é do Estado, e o conceito estratégico nacional, que é dos cidadãos.

Aplausos do CDS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente: Barbosa de Melo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Com as votações que dentro de pouco tempo vão ocorrer, vai ficar concluído, sem surpresas, o processo de formação do XII Governo, emergente da maioria que o PSD obteve nas eleições de 6 de Outubro.

Da nossa parte, PCP, intervemos de forma cuidada e, dentro dos tempos disponíveis, intensa no debate deste Programa. Assumimos, assim, neste significativo acto da Assembleia da República, as nossas responsabilidades perante o País e os portugueses e, em particular, perante aqueles que em nós confiaram o seu voto.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Temos discordâncias de fundo em relação ao Programa do Governo, discordâncias que, sabem-no todos, incluindo a maioria, exprimem o sentir de uma larga faixa de portugueses e portuguesas.

Seremos oposição e teremos razões de sobra para o ser, na análise que fazemos do Programa, mas não somos daqueles que em tudo vemos o negativo.

Chegados ao termo do debate cremos, no entanto, que alguns sublinhados e referências são ainda necessários face à complexidade dos problemas que a todos nos interpelam maioria e oposições.

O primeiro sublinhado é de que tanto a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro como o debate neste Plenário não foram elucidativos sobre as respostas e as medidas concretas que os grandes problemas nacionais exigem e que as grandes reformas de que Portugal necessita e reclama.

Ao contrário, o Primeiro-Ministro foi claro sobre a prioridade das prioridades. Não a resposta aos problemas sociais mais gritantes mas, sim, a primazia a uma reforma de leis eleitorais que disfiguraria o regime democrático e que conduziria, na prática, com o compromisso do PS, à eternização do PSD no poder.

Não se trata sequer de uma proposta para melhorar as leis eleitorais mas, sim, o convite último para mutilar o regime. Isto é, a consagração da batota eleitoral, que permitisse com menos votos mais deputados. Aquilo a que o Sr. Primeiro-Ministro aqui referiu como «um bónus ao vencedor» e que um deputado da maioria caracterizou candidamente como «transigências ao sistema proporcional».

O segundo sublinhado é que, contando, eventualmente, com o ilusionismo mediático, o Governo esqueceu já algumas das suas promessas eleitorais mais populares e procurou diluir algumas das suas propostas mais gravosas através de generalidades e de floreados verbais. Mas fica-nos uma prática conhecida, o que as meias palavras traduzem e a afirmação do Sr. Ministro da Presidência de que estamos perante um «governo de continuidade».

Como partido com responsabilidades perante os portugueses, perante o povo e os trabalhadores alertamos para aspectos centrais caracterizadores do Programa do Governo, onde se propõe limitar direitos fundamentais dos trabalhadores, em particular o direito à greve; fazer pagar exclusivamente pelas camadas mais desfavorecidas e pelas camadas médias, sobretudo fora dos períodos eleitorais, o peso das dificuldades resultantes do facto de a economia portuguesa manter no essencial as suas vulnerabilidades, nomeadamente face à proximidade do Mercado Único — aquilo a que o Sr. Ministro das Finanças designou por quebrar o ímpeto «à impaciência gastadora dos portugueses» e que os aumentos aos reformados e pensionistas é, desde já, um exemplo; deixar abandonada à sua sorte a agricultura portuguesa, a braços com graves problemas, como o do escoamento dos produtos e a diminuição dos rendimentos dos agricultores, ameaçados acrescidamente pela aceitação de exigências de uma nefasta reforma da política agrícola comum.

É, por isso, natural e legítima a indignação e a angústia de muitos agricultores perante a perspectiva da desertificação dos campos pela lógica liberal e a razão especulativa.

Ressaltamos, ainda, o facto de, no Programa se prosseguir e acelerar o negocismo e o leilão de riquíssimo património público, deixando a nossa economia e as suas alavancas mais fundamentais à penetração do capital estrangeiro; de dar campo à dinâmica neo-liberal e aos seus dogmas. Isto é, tudo deixar «à mão invisível», à lei do mais forte; «à ditadura do dinheiro», com a desresponsabilização social do Estado, conduzindo à crescente margi-

nalização dos sectores mais frágeis da sociedade portuguesa, às exclusões e às chagas sociais.

A lógica contida no Programa é expressa pelo Ministro das Finanças resume-se, em termos esquemáticos, a este dilema: «para criar emprego é preciso que os trabalhadores tenham paciência, façam sacrifícios, em proveito dos ricos que são os únicos que investem»...

É a lógica que conduz à constatação real de que os Governos passam e as «manchas de pobreza» continuam e ampliam-se! Crecio que no plano económico se exigia do Sr. Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças alguns aclaramentos, nomeadamente sobre a dinâmica da economia de casino, sobre a valorização artificial do escudo, em prejuízo das exportações, sobre a redução das taxas activas dos juros e da elevada intermediação financeira, em manifesto prejuízo da actividade produtiva nacional. Nada se ficou a saber!

Por último, sublinhamos ainda como essencial do Programa a clara apetência para o reforço do centralismo e a governamentalização do Estado, de que é já exemplo nítido o que se está a passar com as questões da CEE. Aliás, no passado o Governo já nos habituou a um discurso que tem oscilado ciclicamente entre a afirmação baseada dos méritos do Parlamento e as acusações de improdutividade e de negação da sua capacidade de inflexão das realidades sociais.

Nesta matéria, nas intervenções produzidas pelo Governo não vimos nenhum sinal quanto ao arrepriar caminho do uso e abuso das autorizações legislativas que menorizam, desta forma, a função legislativa da Assembleia da República, ao desejo de procurar tutelar e quebrar a independência dos Tribunais e dos magistrados, de vir a ter um relacionamento não afrontoso com o Tribunal de Contas, de pôr cobro à asfixia financeira do poder local e de pôr fim ao bloqueamento da regionalização.

Uma chamada de atenção ainda para o continuado défice democrático, com prejuízo para a potenciação do poder negocial português em relação às conferências intergovernamentais, à União Económica e Monetária, à coesão económica e social e à União Política.

Pela nossa parte, temos dado a nossa contribuição nesta Assembleia da República e no Parlamento Europeu, quer em relação às matérias em negociação, quer em relação à Presidência Portuguesa. Cremos que a Presidência Portuguesa deveria tomar, entre outras, uma iniciativa que desse um grande impulso à sensibilização e combate do grave fenómeno do racismo e da xenofobia na Europa, que ultrapassasse as declarações virtuosas e a retórica da indignação, pelo conhecimento, o mais objectivo possível, das suas formas, das suas origens, das suas condições de difusão e dos seus fundamentos sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP entende que na situação concreta era necessário e possível uma alternativa global que permitisse a valorização da nossa especialização produtiva, a melhoria do perfil das nossas exportações e um desenvolvimento harmonioso e solidário, com mais justiça, mais democracia, mais participação.

Com base numa exigente reflexão sobre a evolução da vida nacional, sobre a situação do povo e do País e sobre os embates com que Portugal virá a ser confrontado, pensamos que era necessária uma outra política global e sectorial, tendo como preocupações e tarefas nacionais prioritárias, entre outras, as seguintes: a elevação do nível e qualidade de vida da população; a modernização do aparelho produtivo; o decidido combate à pobreza, às injustiças e desigualdades sociais; um especial empenho na

modificação da grave situação em que vivem reformados e pensionistas; a valorização e dignificação de quem trabalha; a luta contra o tráfico da droga; a melhoria dos equipamentos colectivos e condições de transporte nos grandes aglomerados urbanos; uma cuidada atenção aos problemas de importantes grupos sociais, como o da juventude e o das mulheres; o combate ao abuso do poder, do clientelismo e da corrupção; uma enérgica intervenção pela moralização da vida pública; e o avanço corajoso para profundas reformas na saúde, na educação, na habitação e na segurança social.

Contrapomos às concepções autoritárias e centralistas do Estado, à absolutização e governamentalização do poder e às desfigurações do regime democrático — com o pretexto de aproximar deputados aos eleitores defendidos precisamente por aqueles que centraram as últimas eleições num só homem —, o aprofundamento da democracia, que para o ser plenamente terá de assentar na combinação entre a democracia representativa e a democracia participativa e articulada com a democracia económica, social e cultural.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Um Estado de direito democrático participado e socialmente responsável, isto é, um Estado escrupuloso cumpridor da legalidade baseada nos princípios constitucionais do equilíbrio, separação e interdependência dos órgãos de soberania e da autonomia política administrativa das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

O Sr. Primeiro-Ministro disse-nos que o povo sufragou o seu Programa, mas isso não é verdade! Não houve debates sobre programas, nem a maioria dos votos expressos, diferente da maioria do povo português...

Risos do PSD.

... lhe confere quer a detenção da verdade quer a autoridade para se reclamar como exclusivo intérprete da Nação.

Aplausos do PCP.

E sobretudo não retira mérito às nossas propostas nem força aos nossos ideais.

Seremos oposição serena e firme, consequente e vigilante, sem dificuldades de afirmarmos o que considerarmos ser positivo e de criticarmos e combatermos o negativo.

Apresentaremos alternativas e iniciativas legislativas, daremos voz a prementes aspirações populares, apoiamos e saremos solidários, no quadro da dinâmica social, a todos quantos lutam pelos seus legítimos interesses e justas reivindicações.

Estaremos sempre disponíveis e com interesse na cooperação com as outras forças políticas de oposição, vindas para a defesa do nosso povo e do regime democrático, sem deixar de dar combate às vacilações e cedências.

Agiremos com determinação, trabalho, reflexão criativa e inovadora, face à realidade e aos problemas nacionais, com o sentido das responsabilidades, a força das convicções, a energia transformadora, a sensibilidade e a visão humanísticas de um grande partido de resistência, de construção, de propostas e de projecto.

Aplausos do PCP e dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Mário Tomé.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate do Programa do Governo está feito.

Foram apresentados os argumentos, produzidos os apoios, explicitadas as críticas.

Discussões desta natureza não são de ordem académica. Por isso, o PS já formalizou a sua rejeição do Programa do Governo. Deve haver um voto, porque só ele responsabiliza os nossos mandatos. A clareza é uma regra da vida, deve ser-lo também, e com naturalidade, da vida parlamentar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Se quisermos ser rigorosos, no final deste debate são mais as interrogações que persistem do que as certezas que permanecem. Afinal, que Governo vamos ter?

Os resultados eleitorais reabriram um novo ciclo de expectativa centrado na ideia de continuidade dos benefícios. Foram feitas propostas generosas e delincadas objectivos de grande envergadura. Há o compromisso assumido pelo Primeiro-Ministro de, simultaneamente, manter o ritmo dos programas sociais, e mesmo incentivar a sua qualidade, reduzir o défice, combater a inflação, sustentar e promover o emprego. Sobre o Governo recacem, agora, maiores responsabilidades. Os que ouviram falar em sucesso legitimamente esperam por resultados.

Um programa de Governo, sabemo-lo, não é, nem pode ser, toda a acção do Governo. É um começo. Um começo que o Primeiro-Ministro garantiu que não se afastará um milímetro do que foi proposto aos Portugueses e agora solenemente reiterado no Parlamento.

Tamanha expectativa não serve apenas para responsabilizar o Governo. É precisamente ela que nos permite responder à segunda pergunta que paira nesta Assembleia: que oposição vamos ser?

Expectativa redobrada gera exigência fortalecida. É nesse contexto que cá estaremos para assumir a exigência fortalecida, que é legítimo que os eleitores tenham face àqueles a quem conferiram tão grandes resultados eleitorais.

A Sr.ª Julieta Sampaio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Grandes expectativas produzem grandes resultados; grandes resultados implicam sempre grandes exigências.

Disse que o Programa do Governo era o princípio de uma actuação e não podia ser inteiramente avaliado hoje. A estratégia da oposição é também um começo que, seguramente, não vai ficar delimitado desde já: Os eleitores foram simpáticos com o Governo no dia das eleições; mas sabemos como serão agora ainda mais simpáticos com o PS, porque precisam da oposição. É por isso que não vamos ser a oposição do PS, mas, com o PS, a oposição de todos os portugueses.

Aplausos do PS.

Tanto poder, Sr. Primeiro-Ministro, carece de um forte contrapoder. Estamos optimistas sobre as nossas funções. O País confiou-nos, por quatro anos, essa tarefa e não pode, nem deve, ficar desiludido.

Do manifesto eleitoral do PSD ao Programa do Governo, das declarações de V. Ex. à palavras do Sr. Ministro das Finanças, regista-se a tentativa de uma desinflação das expectativas. Não a queremos tomar por uma fuga às responsabilidades. O grau de exigência dos portugueses manter-se-á no grau de exigência das nossas avaliações. Não permitiremos que haja divergência entre um programa de governo nominal e o programa de governo real. A convergência é uma necessidade da economia, mas é também um requisito da política, sobretudo nesta nova fase da internacionalização em que seremos cotados pelo mérito e não apenas pelo somatório dos sucessos fáccis.

Para desgraduar o importante, concentrou-se a mensagem governamental nas transformações à Lei Eleitoral. Quando se avizinha o fim da integração assistida nas Comunidades Europeias, os salvadores económicos querem renascer como políticos astutos. Não fiquem dúvidas. O PS aceita esse repto e, como referiu o meu colega Jorge Sampaio, preconiza, desde já, a criação de uma comissão parlamentar eventual para proceder à análise de um novo código eleitoral. Mas a reforma do sistema político abrange mais, e às contrapropostas do PS é preciso que o Governo responda, com precisão, neste debate: quer rever a composição da Alta Autoridade para a Comunicação Social? Quer dar um novo recorte constitucional às comissões parlamentares de inquérito? Quer alargar o regime de incompatibilidades e tornar público o registo de interesses dos titulares de cargos políticos? Quer alterar o sistema de financiamento dos partidos e das despesas com as campanhas eleitorais? Quer reforçar o papel do Tribunal de Contas na fiscalização dos gastos públicos? Quer introduzir a moção de censura construtiva como forma de sustentar a estabilidade dos executivos nos planos nacional, regional e local? Quer admitir o recurso directo dos cidadãos para o Tribunal Constitucional? A reconciliação dos eleitores com o sistema político passa por tudo isso.

Pela nossa parte, não queremos 10% de reformas secundárias do sistema político. Queremos 100% de reformas necessárias do sistema político.

Aplausos do PS.

Não seremos tão afortunados, mas somos mais ambiciosos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos optimistas. Nada, mesmo nada, miserabilistas. Inspira-nos uma visão confiante sobre o País e sobre a Europa. Há uma obra de modernização em curso e a fazer que é de todos os portugueses — convém não esquecê-lo — e na qual nos incluímos. Permanecem os problemas e os desafios e, para os vencer, permanece a necessidade das propostas e das ideias. Elas não vão escassear. Queremos, nesta legislatura, em nome dos que nos elegeram, com um espírito de genuíno serviço nacional, contribuir para as soluções certas. Ponhamos de lado enquistamentos ou preconceitos e olhemo-nos de frente, porque vamos todos fazer um trabalho útil.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Duarte Lima.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. e Srs. Deputados: Ao participar na discussão do Programa do Governo, com a intervenção no plenário de

cerca de duas dezenas dos seus deputados, o Grupo Parlamentar do PSD pretendeu deixar bem vincadas duas atitudes neste começo de legislatura: a primeira, traduz-se na importância política que confere a um debate desta natureza, seguramente um dos mais importantes da legislatura, já que nele se visa pôr em equação as principais linhas de orientação política que vão condicionar os destinos e a vida dos portugueses nos próximos quatro anos; a segunda, traduz-se na valorização que fazemos do debate parlamentar, elemento privilegiado do confronto de alternativas e concepções da política. Nesse debate, estaremos sempre presentes e actantes, dialogando tanto quanto seja útil, consensualizando tanto quanto seja possível, mas decidindo sempre que seja necessário.

Em democracia, não há mandatos em branco, e o nosso mandato é inequívoco: sobre este grupo parlamentar impende a obrigação de dar a sua quota parte do contributo para cumprir de forma honrada os compromissos firmados perante o povo português, na última campanha legislativa, e traduzido no programa eleitoral do PSD.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Grupo Parlamentar do PSD será, nesta Câmara, o suporte político lícito e convicto do Governo, tarefa que assumirá, sem tibicazas ou complexos, o que não quer dizer, forçosamente, que a voz do Governo se juslaponha ou anule a voz do grupo parlamentar da maioria.

Os Srs. Deputados da oposição não assistirão, na relação dialógica Governo-maioria, a um concerto a uma só voz, como já demonstrámos na discussão deste Programa do Governo, em que não nos eximimos a confrontar, com elevação e sentido de responsabilidade, o Executivo com questões substantivas, algumas delas silenciadas, com surpresa nossa, por outras bancadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas também não assistirão a um concerto de vozes desafinadas. A harmonia final dos objectivos a que se propõem o Governo e o Grupo Parlamentar do PSD pressupõem, pelo contrário, que a relação entre as suas vozes seja polifónica e equilibrada, que pode ser distinta nas modulações, mas que será concordante e convergente nos principais objectivos.

E a comunhão intrínseca dos objectivos, que nos une, pode ser prosseguida com êxito sem abdicação das competências de fiscalização responsável dos parlamentares, o que, para um Governo moderado, aberto e tolerante como este, serão sempre um estímulo e nunca um entrave. Sem esquecer, finalmente, o largo espaço que se abre ao trabalho e à reflexão dos deputados no campo exclusivamente parlamentar, do qual seremos comparticipantes, sobretudo no contributo que estamos dispostos a dar para a racionalização e modernização do funcionamento da Assembleia da República e para a melhoria do funcionamento da nossa democracia. Essa democracia que, no dizer de Robert Mac Iver, «é uma forma de governo que jamais está inteiramente acabada».

Também o Grupo Parlamentar do PSD, como pelo lado do Governo anunciou o Sr. Primeiro-Ministro no seu notável discurso de segunda-feira passada, fará uma interpretação ampla e não uma interpretação restritiva dos direitos da oposição.

Uma oposição forte será, inquestionavelmente, um estímulo de exigência para a maioria, mas acima de tudo

será a garantia de que, em Portugal, continuará a existir uma democracia sólida, saudável e enraizada.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sabemos que o muito que há a fazer no próximo quadriénio não se esgota no nosso programa eleitoral. O fluir da vida e de um mundo que se transforma cíclicamente perante os nossos olhos, tantas vezes atónitos, coloca-nos perante novos problemas não equacionados no momento da nossa eleição, mas que exigem igualmente solução.

Srs. Deputados da oposição, não estranharão que vos anuncie que seremos intransigentes no cumprimento dos compromissos eleitorais que nos vinculam perante o povo português, porque não nos arriscaremos a que sejam os primeiros a acusar-nos, no futuro, de que fizemos deles letra morta. Mas igualmente deixamos expressa a nossa vontade de cooperar convosco na procura de soluções para os problemas — que serão muitos — com que o futuro próximo nos confrontará.

O Governo apresentou a esta Câmara o seu Programa que, em nossa opinião, é um documento muito positivo da maior relevância política, e que contém as linhas de orientação política adequadas não apenas para dar continuação ao rumo encetado nos últimos quatro anos, mas igualmente para dar resposta aos novos desafios com que Portugal vai ser confrontado, quer na ordem interna, quer na ordem externa.

Houve quem, por parte da oposição, quisesse discutir essencialmente aquilo que o Programa não deve ser, como pretexto para se furtar à discussão daquilo que o Programa, de facto, é.

Alguns espíritos mais esquadinhadores e inquietos chegaram ao ponto de mostrar o seu desagrado com o Programa por ele não conter minúcias do género da taxa de inflação prevista. Não contém, nem tinha de conter, já que, neste momento, trata-se de definir as grandes linhas de orientação política e não de as quantificar exaustivamente. Os Orçamentos do Estado anuais, que serão presentes a esta Câmara, farão por certo a quantificação de cada uma das políticas sectoriais, e esse será o momento adequado para discutir a sua exequibilidade.

Desse ponto de vista, seja-me permitido dizer, sem acinte, que, com a honrosa exceção do CDS, foram pouco substanciais as questões aqui levantadas pelos partidos da oposição, em particular pelo seu maior partido. Neste caso, talvez tudo se tenha ficado a dever à supreendente monopolização do debate pelo seu secretário-geral, qual inspirado Sinatra à portuguesa, que foi, ele e só ele, *the voice*.

Risos do PSD.

O respeito e a importância que atribuímos ao papel do maior partido da oposição levam-me também a fazer algumas breves considerações sobre essa intervenção.

Assim, em primeiro lugar, gostaria de referir a importância que conferimos à sua atitude de princípio de admitir a possibilidade de uma revisão constitucional antecipada, visando introduzir melhorias no funcionamento do sistema político e eleitoral português. É uma atitude que consideramos positiva e à qual emprestaremos o nosso contributo e esforço sinceros, para que dê frutos.

Não leiam VV.^{as} Ex.^{as} as nossas propostas e o repto aqui lançado pelo Sr. Primeiro-Ministro como um ultimato, c

não as leiam, sobretudo, como tendo sido proferidas com reserva mental.

Quando se referem prazos, eles têm a ver, antes de mais, com a necessidade de proceder com urgência a reformas que, há muitos anos, deveriam ter sido introduzidas, como é hoje um sentimento cada vez mais generalizado. E se se fala de revisão constitucional antecipada, logicamente que só tem sentido que os calendários se reportem ao fim de 1992, já que cairão em 1993 as subsequentes alterações legislativas. Esperar mais, seria esperar por 1994, ano em que a revisão não necessita de ser feita por quatro quintos dos deputados.

E vale a pena perguntar: se todos consideram que as reformas são urgentes e necessárias, porquê esperar? Acaso um ano não é tempo mais do que suficiente para as debater?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Aguardamos assim que, desta vez, o Partido Socialista seja consequente, e que, sobretudo, não tenha uma posição de disponibilidade negocial de princípio, para, posteriormente, a envolver em condicionalismos de tal natureza que obstaculizem a sua concretização.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Seria um erro, e se é verdade que, num certo sentido, os vossos erros são a nossa fortuna, não vos escondemos que quando esses erros são nocivos para o País, preferímos não beneficiar partidariamente deles.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, não podemos deixar de comentar a forma e o fundo das objecções levantadas aqui pelo Sr. Deputado Jorge Sampaio na sua importante intervenção inicial.

O líder do PS brindou a Câmara, neste mês de Novembro, após o 6 de Outubro, com um discurso cuja linha argumentativa foi rigorosamente igual à que lhe ouvimos em Junho, em Maio ou em Abril passado.

Tal como os «moinhos de orações», no Tibet, que encarregavam o vento de rezar perpetuamente, o secretário-geral do PS encarregou-se a si próprio de perpetuamente afirmar as mesmas coisas, como se as eleições nada mudassem. Talvez aqui radique o fundamento da acusação que alguns lhe fazem, no interior do seu próprio partido, de que — e passo a citar — «o PS se debate com um problema de credibilidade».

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Já estava à espera disso! Não resistiu!

O Orador: — O Sr. Deputado, eu não estou aqui para lhes cantar madrigais ou tecer laus!

Aplausos do PSD.

Porém, as eleições mudam de facto as coisas, sobretudo para quem as perde. Porque se para os vencedores claros como nós elas são um sinal de confirmação do acerto do caminho percorrido, e um sinal de confiança no caminho a percorrer, para os vencidos elas são claramente um indicador de mudança de orientação.

O secretário-geral do PS, confiado por certo na auréola fulgentíssima que o ilumina, deixou claro que não vai mudar o estilo de oposição que fez até aqui e constrói para seu consolo uma fundamentação geométrica da rationalidade eleitoral, argumentando com a razão política que lhe assiste, e que foi traduzida nos votos obtidos — embora minoritários — para as suas promessas eleitorais; que são disso o cabal justificativo.

A definição da razão política — mais concretamente, a definição da razão eleitoral — não se determina na atinência a critérios subjectivos. A razão eleitoral é uma razão objectiva que visa determinar a vontade maioritária de quem escolhe duas coisas muito simples: quem governa e para que finalidades!

O livrinho que V. Ex.º aqui brandiu várias vezes, Sr. Deputado Jorge Sampaio, como sendo o alfa e o ómega que vai determinar o posicionamento do Partido Socialista nesta Câmara, foi recusado — e pode ser muito valioso, não discutimos isso — claramente pelos portugueses, como programa de Governo ou pressuposto dele. Não o invoque como o seu compromisso, porque os portugueses não quisiram que ele fosse o seu compromisso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O democrata corajoso e consequente, que em V. Ex.º reconhecemos, só tem três atitudes possíveis: ou o esquece; ou o reformula; ou aguarda que, em próximas eleições, os portugueses lhe dêem a confiança que agora lhe recusaram.

Pela nossa parte, dir-lhe-emos, com lealdade e frontalidade, que a nossa interpretação dos resultados eleitorais não pressupõe a obrigação de fazer um recorte entre os programas eleitorais de todos os partidos, só porque todos tiveram eleitores que, voltaram neles e lhes deram a sua confiança. Isso seria uma «salada russa» — coisa que nesta Câmara ninguém desejará, com a eventual excepção do PCP.

Risos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD apoiará o Programa do Governo, que foi colocado à nossa consideração, e votará contra qualquer moção de rejeição que aqui seja apresentada.

Sabemos que o PCP, com a moção de rejeição que anunciou, não pretende provocar a queda do Governo, aliás, como foi confirmado há pouco pelo Sr. Deputado Carlos Carvalhas. É um ritual sem consequências, um pouco à maneira do que fazia esse povo antigo, os cítes, que lançava as suas flechas contra o Sol e as nuvens, na convicção de que nunca os atingiriam.

Deixemos o PCP com os seus rituais, o que é lógico num partido eminentemente para-religioso, cada vez mais, o bastião de um fundamentalismo que, daqui por algum tempo, se revestirá de um inegável valor, museológico.

Risos do PSD.

Percebemos o incômodo que essa moção causa ao Partido Socialista, o que também explica a moção de rejeição que, há momentos, este partido apresentou à Mesa. No fundo, ambos serão companheiros de destino neste ritual. Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento, o Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de dirigir um cumprimento especial ao Sr Primeiro-Ministro.

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — V. Ex.^e tem prestigiado os governos que dirigiu e honrado o partido de que é presidente e de que somos militantes.

A coragem com que soube propor desígnios claros aos portugueses, recusando compromissos e hesitações pantanosas, conferiram-lhe a excepcional confiança do eleitorado, traduzida em votações inequívocas que ganham um sabor particular por se verificarem no quadro de um sistema eleitoral construído para sobrepor, em excesso, o princípio da «representação fotográfica» do eleitorado ao princípio da governabilidade, e esta é também uma das aspirações fundamentais das sociedades modernas.

Não são fáccis os desafios que esperam V. Ex.^e e o Governo nos próximos quatro anos. Sabemos, contudo, que lhe assiste o saber, a competência, a determinação e a probidade bastantes para os vencer.

Os deputados do PSD não lhe faltarão nem com o apoio leal, nem com o estímulo crítico, nem com a solidariedade autêntica que nos une no mesmo compromisso perante os portugueses.

Esperam, daqui por quatro anos, comparecer perante eles para que tenha sentido um dos mais importantes actos da vida democrática: o da responsabilização política. Amanhã, como ontem, sem subterfúgios nem álibis. Inteiros e autênticos como sempre.

Sabemos que longo e difícil é o caminho, e que a incerteza, como costuma escrever um ilustre professor que se senta nas cadeiras da oposição, é o único dado que podemos ter como seguro.

Contudo, o tempo é nosso!

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Presidente: — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero começar, nesta intervenção final, por erguer a minha voz num veemente e profundo repúdio ao ignóbil e brutal atentado de que foi vítima o martirizado povo de Timor, em mais um inqualificável acto de terror e intimidação das autoridades indonésias.

Aplausos do PSD, de pé.

Associando-me ao sentimento unanimemente assumido por esta Assembleia na expressiva resolução ontem aqui aprovada, manifesto a minha mais sentida indignação moral e política.

Mais uma vez, e de forma particularmente chocante, a comunidade internacional vê chamada a sua atenção para a necessidade premente de garantir ao povo de Timor o livre exercício da sua vontade, o respeito pelos seus direitos humanos e pela sua liberdade e identidade cultural e religiosa.

O Governo utilizará até à exaustão, sem desfalecimentos, todos os meios ao seu alcance para que seja feita justiça e prevaleçam os sagrados princípios da dignidade humana e do direito dos povos à sua autodeterminação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É-me grato constatar a elevação com que, de um modo geral, esta Câmara procedeu ao debate do Programa do Governo.

Vão longe os tempos em que, à sequência vertiginosa de governos, se sucediam apresentações e discussões de

programas caracterizadas por climas de negociação política, nem sempre transparentes e quase sempre redutores da capacidade política de quem tinha a responsabilidade de governar. Como vão longe os tempos em que os debates sobre os programas dos governos não passavam de meras sequências ou prolongamentos das discussões acaloradas e retóricas próprias das campanhas eleitorais.

Quando assim sucedia, a credibilidade das propostas apresentadas era reduzida, a probabilidade de as promessas serem concretizadas era, à partida, limitada e o nível do debate ficava normalmente aquém das expectativas dos portugueses.

Hoje, felizmente, os tempos são outros. Entrámos na era da normalidade política e democrática.

Consolidada a democracia e a liberdade, à classe política exige-se, acima de tudo, preocupação pelo progresso e desenvolvimento do País, determinação e empenho no sentido do prestígio e da afirmação de Portugal no Mundo.

A apreciação do Programa do Governo deixou de ser uma mera formalidade ou o simples cumprimento de uma obrigação. Passou a assumir-se, antes, como um momento político solene marcado pela responsabilidade da execução material e temporal do Programa que se discute e se aprova.

Os portugueses sabem hoje, com precisão e sem ambiguidades, que o Governo por si escolhido vai governar o País durante os próximos quatro anos, em estabilidade política, trabalhando para a resolução dos seus problemas concretos e prosseguindo a satisfação dos seus legítimos interesses.

A apresentação do Programa do Governo é, pois, um acto constitucional que assumimos com a maior solennidade e sentido de responsabilidade. Ele marca o início da actividade do Governo e enquadra o contrato político que o Executivo firma com os portugueses para a legislatura agora iniciada.

Ao longo deste debate foi visível para todos a ausência de alternativas credíveis à política do Governo, assim como foi patente a falta de convicção nas críticas da oposição ao Programa que apresentámos. São facilmente compreensíveis as dificuldades e até o embaraço da oposição face ao iniludível resultado das eleições de 6 de Outubro e à coerência do Programa que nos propomos cumprir e que o povo português tão claramente sufragou.

Mas talvez a angústia maior da oposição resida na sua convicção anterior de que o nosso Programa, tal como o Programa de 1987, é mesmo para cumprir. Aqui reside a maior diferença e o contraste mais significativo com o passado.

O verdadeiro drama para alguns é o de saberem que já não vivemos num país de promessas adiadas, onde os governos, com a noção da sua própria precariedade, tudo se propunham fazer e tudo proclamavam sem curar de saber da existência de condições reais para a implementação do que era prometido aos portugueses.

O Programa do Governo é, agora, um efectivo compromisso que se assume com o País.

O debate, é certo, evidenciou alguns aspectos políticos e algumas diferenças significativas nos comportamentos dos partidos da oposição. Mas importa reconhecer que há ainda fórmulas ultrapassadas e que alguma da linguagem política utilizada já nada tem a ver com o Portugal renovado em que vivemos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É hoje ainda notório o contraste entre as concepções estáticas ou passadistas de alguma oposição e as realidades do Portugal dinâmico em construção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É pena que assim seja. Tenho dito e reafirmado: o País e o próprio Governo têm muito a ganhar com a existência de uma oposição forte, esclarecida e construtiva; uma oposição que coloque os interesses nacionais acima das circunstâncias transitórias ou parciais do jogo partidário; uma oposição que saiba responder positivamente às exigências da mudança e da modernidade; uma oposição que assuma a diversidade de opiniões e o salutar direito à diferença de uma forma responsável e credível.

O debate que aqui mantivemos evidenciou as contradições que marcam a nossa oposição e as dificuldades que ainda percorrem as suas estratégias de actuação.

Não surpreende, por isso, a apresentação da moção de rejeição do Programa do Governo por parte do Partido Comunista. Trata-se de um ritual, como outros, tal como foi dito, que mostram que este partido ainda resiste à queda do muro de Berlim. Vale, pois, o que valem os rituais.

Já quanto ao Partido Socialista, só se esperaria que o fizesse em resultado de uma argumentação forte e de uma crítica minimamente coerente e fundamentada das nossas propostas.

Ora, ninguém que faça uma análise séria do discurso aqui produzido pelo líder socialista, encontrará nele fundamentação que justifique o recurso ao instituto da moção de rejeição.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E não é minimamente credível admitir que foram nos 18 minutos deixados para os seus colegas de bancada que ficaram claras as razões de tal atitude. A explicação para esta moção de rejeição terá, porventura, que se procurar fora do Hemiciclo e por isso não queremos atribuir-lhe significado especial.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A legislatura que terminou ficou profundamente marcada pela apresentação de reformas estruturantes no domínio económico e social.

Era e é uma importante prioridade política. Não devemos abandonar essa orientação! A criação de condições para o desenvolvimento sustentado do País exige que assim continue a ser, mas é tempo de nos virarmos também agora, de forma séria e responsável, para a reforma e aperfeiçoamento do nosso sistema político e eleitoral.

Não se trata de abdicar de outras prioridades nem de relegar para segundo plano outras tarefas governativas. O que se trata, isso sim, é de colocar na ordem do dia dos calendários políticos exigências ditadas pelas preocupações de estabilidade, de governabilidade, de eficácia e de modernidade que, também ao nível do sistema político, os portugueses têm vindo a evidenciar.

A preocupação pela modernidade não é exclusiva do desenvolvimento económico. No plano político e ao nível da construção do Estado democrático a ideia da modernidade tem também de estar presente, sob pena de termos um país a crescer e a desenvolver-se e, ao mesmo tempo, uma sociedade a distanciar-se da participação cí-

vica e política, de costas voltadas para o futuro e alheada do normal funcionamento das instituições democráticas.

Daí a proposta de revisão do sistema eleitoral que apresentámos.

Respondendo a esta iniciativa, anunciou o secretário-geral do Partido Socialista disponibilidade, por parte do seu grupo parlamentar, para a encarar. Regozija-nos esta disponibilidade de princípio!

Bem sei que há um conjunto de aspectos técnicos do nosso sistema eleitoral que, por tão manifestamente inadequados, não levantam obstáculos ao consenso de muitos. Há, no entanto, aspectos básicos que, tanto como aqueles, se revelam profundamente desadequados em face da maturidade democrática já alcançada e mesmo em face de princípios que, sendo elementares, têm para nós natureza perene. E foram, justamente, aspectos fundamentais do sistema eleitoral que não colocam em questão os princípios estruturantes do sistema, o objectivo das minhas palavras na abertura deste debate.

São esses os aspectos que estão em causa e é sobre eles que há-de estabelecer-se o consenso. Nesta matéria, como em muitas, importa que passemos dos princípios à ação e das propostas aos resultados concretos.

Se há — e há seguramente — normativos do sistema eleitoral que estão consabidamente desadequados, ou são mesmo inadequados em absoluto, então ninguém compreenderia que o processo conhecesse arrastamentos que tornassem impraticável realizar as próximas eleições nacionais já ao abrigo da nova legislação.

Aplausos do PSD.

Foi esse o sentido do prazo estabelecido para a formação do consenso em relação às cinco alterações básicas que apresentei na abertura do debate. Se não for possível alcançá-lo até ao fim de 1992, pensamos que é preferível adiar a revisão das leis eleitorais para a próxima legislatura, depois de terminada a revisão constitucional ordinária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ficou claro para a Câmara e para o País o conteúdo da nossa proposta. É uma proposta séria! Não é nem um expediente político nem um instrumento de mera afirmação pública. E, permitam-me mesmo que o diga, como poderia classificar-se de ultimato a apresentação clara de um conjunto de princípios e de regras que queremos submeter a um processo de diálogo para alcançar um consenso? Para nós, é precisamente este o método adequado. Apresentámos uma iniciativa, enunciámos uma proposta. Nada de mais correcto do ponto de vista democrático. Afirmámos com clareza os nossos objectivos, o que é salutar para abrir um processo de diálogo. Sendo claras as propostas, é necessário que inequívocas sejam as respostas.

E por isso que pensamos que a primeira questão, a questão basilar, é saber dos partidos da oposição, nomeadamente do Partido Socialista, que respostas estão dispostos a dar em relação aos cinco aspectos essenciais, para além da já citada disponibilidade de princípio. Só assim se poderá ver se há ou não condições para avançar. Esperamos vivamente que as haja, mas não é a nós que a resposta compete.

Enquanto esperamos, permitam-me apenas que relembre que é de uma revisão global do sistema eleitoral que se trata e não da introdução de meros remendos. A nossa posição, quanto a isto, é muito clara.

Aos partidos da oposição, e sobretudo ao Partido Socialista, cabe agora a palavra. Por nós, aguardaremos o tempo que seja razoável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Presidência das Comunidades Europeias que Portugal vai exercer, pela primeira vez, já a partir do dia 1 de Janeiro de 1992, é uma tarefa complexa, delicada e de grande responsabilidade nacional.

Temos de a saber assumir com uma dupla preocupação: contribuir para reforçar a construção europeia e prosseguir a vontade de afirmar Portugal no Mundo.

Regisso, por isso, com particular satisfação, a disponibilidade manifestada por vários Srs. Deputados para uma efectiva colaboração com o Governo nesta matéria. Tal como em outros domínios, espero que também aqui seja possível alcançar o consenso que a relevância do desafio exige e requer.

Não esperamos, como é óbvio, que a oposição deixe de ser oposição. O que esperamos e confiamos é que não utilize a presidência como instrumento de luta política, como pretexto para atacar o Governo ou como forma de fomentar a querela político-partidária.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não é apenas o Governo que está em jogo. É a credibilidade externa de Portugal que está em causa.

O nosso país é hoje respeitado no exterior, escutado com atenção, apontado mesmo como exemplo de sucesso. A coerência das nossas políticas, o êxito da integração comunitária, o esforço da reconstrução nacional levado a cabo e o prestígio alcançado em África, representam um enorme capital político que importa potenciar e não despedir.

O desafio que a presidência nos coloca não é, pois, o de maior ou menor sucesso governativo, porque uma questão nacional como esta nunca se esgota ou reduz a uma mera lógica de mais ou menos dividendos políticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muitas das afirmações produzidas pela oposição neste debate sobre uma alegada falta de conhecimento do Parlamento quanto às orientações básicas defendidas pelo Governo nas negociações para a construção da união europeia, não são correctas. Sobre a matéria, ocorreram na anterior legislatura várias reuniões entre os Srs. Deputados e o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, cuja disponibilidade para encontros tem sido permanente — e recordo os encontros que eu próprio tenho mantido com os líderes da oposição na sequência dos Conselhos Europeus.

Mas o mais surpreendente é alguns dos Srs. Deputados falarem sobre o assunto como se o Governo não tivesse tomado a iniciativa — como tomou — de apresentar à Conferência Intergovernamental documentos sobre as posições portuguesas relativamente à união política, à dimensão social e à coesão económica e social, documentos que VV. Ex.^{as} têm a obrigação de conhecer. Desculpem-me, pois, que vos diga, Srs. Deputados da oposição, que se têm sobre esta matéria a ignorância que aqui deram a entender, então a culpa é vossa e não só do Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E se há domínio onde não me parece correcto que alguém possa justificadamente invocar des-

conhecimento da posição governamental é, precisamente, o da coesão económica e social.

A posição do Governo português é muito clara: consideramos que o reforço da coesão económica e social em todo o espaço comunitário tem de ser um dos princípios essenciais que devem presidir aos avanços da integração europeia.

Não seria politicamente aceitável nem socialmente suportável que a evolução da Comunidade se fizesse com o agravamento das assimetrias existentes entre as diversas regiões. Consideramos mesmo que a coesão económica e social é condição indispensável para o êxito do processo de aprofundamento da integração. De facto, não é concebível que o mercado interno ou a união monetária possam funcionar plenamente, com os resultados que deles se esperam; se não houver um acentuado esforço para aumentar a convergência real dos níveis de desenvolvimento.

Foi, portanto, com muito agrado que vimos, no último Conselho Europeu do Luxemburgo, este objectivo ser consagrado entre os princípios orientadores da união política, facto que de certa forma traduz ter sido ultrapassada, em grande parte graças aos esforços dos negociadores portugueses, a posição de incompreensão com que foram acolhidas as propostas apresentadas por Portugal e por outros Estados membros no início dos trabalhos da Conferência Intergovernamental.

Entendemos também que o reforço da coesão exige um estrito respeito pelo princípio da suficiência de meios e é óbvio que os meios institucionais e financeiros actualmente disponíveis não são compatíveis com as exigências da construção europeia em curso.

Neste sentido, Portugal propôs e tem defendido que, para além do reforço significativo dos meios de acção dos fundos estruturais agora existentes, se crie um novo instrumento financeiro, a que temos chamado fundo europeu de coesão, instrumento que actue numa óptica essencialmente comunitária, apoiando a preparação, lançamento e execução de projectos considerados essenciais para o reforço da convergência real em todo o espaço comunitário.

Também VV. Ex.^{as}, Srs. Deputados, sabem do empenho que o Governo sempre pôs na criação do espaço económico europeu e por isso registamos com satisfação o compromisso conseguido recentemente, ao fim de longas e difíceis negociações, entre a EFTA e a CEE.

Dispengo-me aqui de realçar a importância deste acordo, que irá permitir a formação do maior mercado mundial, com mais de 380 milhões de habitantes de elevado poder de compra e alto nível educacional e cultural e que detém mais de 40 % do comércio internacional. As reacções positivas com que os meios empresariais portugueses acoberam este acordo, traduz bem a forma como eles souberam compreender as possibilidades que se lhes oferecem neste novo espaço de oportunidades.

Portugal e os países da EFTA estão unidos por laços de amizade que perduram desde há longos anos, bem expressos na solidariedade que nos prestaram durante os anos difíceis da década de setenta e que se traduzem presentemente no elevado volume das relações económicas que com eles mantemos.

Portugal adoptou, desde o início dessas negociações, uma posição de declarado apoio a esta iniciativa, cujos méritos políticos e económicos sempre nos pareceram evidentes.

Para além do indiscutível significado político de que se reveste como afirmação da Europa no Mundo, o espaço

económico europeu constituirá para a Comunidade um importante factor potenciador da dinâmica interna e externa do mercado único europeu.

No caso de Portugal, estes resultados globais são ainda acrescidos de algumas vantagens adicionais específicas que foi possível obter no decurso das negociações e que dizem nomeadamente respeito à obtenção de quotas de pesca em águas norueguesas e islandesas, a melhoria no regime de acolhimento dos nossos emigrantes nos países da EFTA, em especial na Suíça, e à criação de um mecanismo financeiro de apoio às regiões mais desfavorecidas da Comunidade cuja acção se virá a adicionar à dos fundos estruturais comunitários.

E permitam-me, Srs. Deputados, que realce aqui a importância da criação deste mecanismo financeiro, não só por razões do montante de recursos envolvido mas principalmente porque se trata de mais uma vertente da consagração do princípio da coesão económica e social que Portugal sempre tem defendido na Comunidade. Conceder aos países da EFTA o acesso ao mercado único europeu sem que estes comparticipassem no esforço de coesão que se desenvolve na Comunidade, constituiria, para além dos elementos de injustiça que conteria, um precedente negativo para o aprofundamento do processo de integração e para as novas adesões que se perfilam no horizonte comunitário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pretenderam alguns Srs. Deputados apresentar-se como detentores exclusivos da defesa da solidariedade social. O Governo não revelaria, segundo eles, uma verdadeira preocupação nesse domínio. Não se trata de um discurso novo. Reconheço que não somos nós quem mais repetidamente usa as expressões solidariedade e justiça social. Mas os factos falam por si e a nosso favor. Só por miopia se pode não reconhecer a obra positiva dos dois anteriores governos neste domínio, em contraste com o agravamento das injustiças sociais e o empobrecimento verificados anteriormente. Foi esse reconhecimento que o eleitorado, por muito que custe a certa oposição, expressou no dia 6 de Outubro. Quem nos deu a vitória foram exactamente os que esperam mais acção e menos palavras em matéria de solidariedade:...

Aplausos do PSD.

... os idosos, os inválidos, os deficientes, os desempregados. Ora, nesta matéria a oposição o que sabe fazer é abusar das palavras.

Continuaremos, portanto, tal como até aqui, a prosseguir uma política de desenvolvimento em todas as suas vertentes. Como sempre afirmámos, o crescimento económico sem solidariedade não faz sentido. É uma filosofia de acção e uma postura ética de que não abdicamos. Mas sabemos bem, e os portugueses sabem também, que sem crescimento económico não é possível obter as respostas positivas no domínio da solidariedade e da justiça social que se exigem na sociedade portuguesa.

No plano do desenvolvimento regional do País, a nossa orientação é clara e encontra fundamento na acção passada. O desenvolvimento, como o afirma o Programa do Governo, «depende primordialmente da actuação dos agentes privados». Não cabe ao Estado, mas às empresas, a resolução das questões produtivas. Em relação a estas, porém, o Estado, não se demite da sua função de suporte, encadramento e promoção, nem se alheia do equilíbrio espacial.

Continuaremos o esforço no sentido de dotar Portugal de uma rede de vias de comunicação adequada às nossas

ambição de desenvolvimento. A acessibilidade das regiões, a facilidade de circulação e o acesso aos mercados são condições indispensáveis para o funcionamento equilibrado do sistema económico, gerando simultaneamente abundantes economias externas que se repercutem por esse sistema.

Por outro lado, continuaremos a valorizar de forma especial a promoção dos recursos humanos das zonas periféricas ao processo de desenvolvimento. A aposta na educação e na formação profissional nas zonas menos dinâmicas é uma aposta crucial no desenvolvimento não só dessas zonas mas de todo o País. Continuaremos, também, a conceder incentivos particulares à instalação de empresas em certas zonas, mas sempre na condição de conseguir um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do País, evitando os artificialismos económicos e tendo em atenção a prossecução dos necessários equilíbrios ambientais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Gostaria de reafirmar que, para nós, a defesa do ambiente, antes de ser uma política é uma atitude. Na verdade, quem defende o património natural português não é, em primeiro lugar, o Governo mas, sim, os cidadãos. O Executivo, desde 1985, tem procurado interpretar as preocupações dos portugueses nesta área, conduzindo o primeiro tratamento global e integrado das questões do ambiente realizado no País. Entendemos que a política de ambiente é, por vocação, uma política participativa. Os cidadãos são o garante da eficácia desta política, de que não podem ser destinatários passivos. Muitos passos foram já percorridos, em Portugal, em matéria de defesa do ambiente, mas queremos ir mais longe e este Governo tudo fará para aumentar a consciência ecológica dos cidadãos de modo a poder contar com a sua participação activa e exigente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Neste processo, esperamos contar com o apoio activo das associações de defesa do ambiente, quer como consciência crítica da governação quer como agentes de sensibilização e educação das populações para as questões ambientais.

Neste sentido, o Governo irá propor a revisão da Lei de Bases do Ambiente e lançar um programa nacional de educação ambiental a implementar no ano lectivo de 1992-1993.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Plano Nacional da Política do Ambiente foi concebido neste espírito. Pretende-se que, após uma aprofundada discussão no âmbito do Governo se generalize o seu debate à opinião pública, de modo que, com o contributo dos cidadãos, este plano nacional possa ser um instrumento estruturante da política ambiental, capaz de impregnar as políticas sectoriais.

Não esqueçemos também que, complementar da política de ambiente é, sem dúvida, o ordenamento do território. Só com um correcto ordenamento do nosso espaço, permitindo a salvaguarda das zonas ambientais mais sensíveis e um adequado uso dos solos, é possível o desenvolvimento sustentado que queremos conseguir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O rigor orçamental foi um dos grandes temas do debate. No entanto, impõe-se a

correcção de algumas confusões e incompreensões aqui manifestadas. Alguns Srs. Deputados questionaram-se sobre a forma como o Governo conseguiria a conciliação entre o rigor orçamental, por um lado, e a expansão económica, o crescimento dos salários reais e a reconversão do tecido produtivo, por outro.

Tal perplexidade só é justificável devido a antigos hábitos de raciocínio que distorcem a correcta apreciação dos mecanismos económicos.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ao contrário do que muitos Srs. Deputados deram a entender, rigor orçamental não é igual a austeridade na economia nacional!

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Os largos períodos da nossa história passada em que a austeridade esteve ligada ao mais flagrante laxismo orçamental só poderiam apontar para uma relação inversa entre os dois.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A redução do défice orçamental é condição essencial do normal e eficiente funcionamento do sistema económico, não só pelas distorções e insegurança inflacionista que o défice cria, mas também pelas limitações que impõe ao pleno aproveitamento das potencialidades da livre iniciativa privada.

É por estas razões que prosseguiremos a política de redução do défice orçamental, no interesse do desenvolvimento nacional e não por mera imposição comunitária.

Também as privatizações foram alvo preferido de alguns dos Srs. Deputados para lançarem os seus ataques ao Governo. No meio de tantas intervenções e polémicas, algumas das ideias mais simples e elementares parecem ter sido esquecidas. Por isso, permitam-me sublinhar o que, sendo claro noutro contexto, aqui parece necessitar explição.

As privatizações são boas para Portugal! Elas são instrumento estrutural privilegiado para, simultaneamente, promover o equilíbrio das contas públicas, a eficiência e racionalidade na afectação dos recursos e o reforço da competitividade externa. Elas permitem evitar desperdícios dos dinheiros dos contribuintes, insuflando ao mesmo tempo um espírito competitivo nas empresas, o que favorece a sua rentabilidade. O processo de privatizações continuará pois, tal como afirmei em 1987, «de forma gradual, com a ponderação, o rigor e a transparência que a importância económica e financeira do sector exige».

Na agricultura, continuaremos a política de modernização e transformação do tecido produtivo, de valorização qualitativa dos nossos produtos e de progressiva responsabilização das organizações agrícolas, transferindo para elas funções que até agora eram exclusivo do Estado. Para isso, contamos em grande parte com os resultados da estratégia seguida até hoje. Está já completada, com relativa normalidade, a primeira fase da integração comunitária. Durante esta fase foram conseguidas, apesar do scepticismo de alguns, várias vitórias importantes.

Estando praticamente consumada a estabilização da posse da terra, é possível continuar, com redobrada confiança, o esforço de integração. Não escondemos as gran-

des dificuldades das tarefas que neste, como noutras campos, se nos deparam. Mas elas não são maiores do que outras que no passado enfrentámos e vencemos.

A agricultura portuguesa tem de apostar fortemente na sua organização comercial, no reforço da sua produtividade e numa marcada linha empresarial.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Contando o Governo com esse esforço dos agricultores, queremos afirmar que eles sempre contarão com a intransigente defesa dos seus interesses, que continuaremos a prosseguir junto das instituições comunitárias, designadamente, já a curto prazo, no âmbito da reforma da política agrícola comum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um esclarecimento se impõe quanto à nossa política cultural, aqui abordada pelo líder do Partido Socialista.

O processo de integração económica e social exigiu, até agora, a potenciação das afinidades e das semelhanças culturais entre os parceiros europeus. Mas o desafio da integração europeia não pode significar fusão ou diluição da identidade nacional, sendo certo que a riqueza da Europa se bascia, precisamente, na sua diversidade cultural.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esta afirmação do valor intrínseco da heterogeneidade cultural e linguística é concomitante com a convicção generalizada de que a união política e económica se vê reforçada pela mesma diversidade. É por estarmos empenhados na construção europeia que julgamos dever enfatizar a componente cultural da nossa identidade como um valioso contributo, pela riqueza da aventura cultural que representam os nossos mais de oito séculos de história marcados pelo carácter universal do povo português.

Talvez não se tenha percebido que tais desafios são tão mais urgentes quanto se desenvolvem novas tecnologias na área da cultura, como as do audiovisual, obrigando a um esforço e empenhamento adicionais no que se refere, em especial, à posição da língua portuguesa no Mundo.

Por outro lado, esqueceu-se ou ignorou-se que o nosso universalismo sempre foi e continua a ser indissociável de um forte projecto nacional, que a cultura portuguesa nunca foi autista ou xenófoba. Bem pelo contrário, a cultura portuguesa é grande pela capacidade que sempre teve de construir os seus valores em processos de contacto e difusão permanentes, em que marcou outras culturas, sendo simultaneamente por elas enriquecida.

A crítica que aqui se produziu sobre a política cultural confundiu saudosismo com o assumir de responsabilidades perante as gerações futuras. É bom que fique claro: na cultura, na política cultural a promover, a palavra de ordem é a afirmação de Portugal no Mundo.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A legislatura que agora se inicia é uma legislatura importante.

Nos últimos quatro anos trabalhámos afincadamente para a modernização do País. Importa prosseguir a responsabilidade desta tarefa.

Deste debate saímos reforçados na nossa convicção de que o povo português escolheu bem quando escolheu o nosso projecto para governar Portugal.

A discussão que nesta Câmara foi feita do nosso Programa revelou com clareza o rumo das propostas que temos para governar o País e acentuou a nossa certeza de que se orientam no bom caminho. Caberá certamente à Assembleia da República, vértice do nosso sistema político e órgão de onde emana a legitimidade democrática do Executivo, acompanhar a nossa acção e apreciar o mérito da nossa actividade.

A postura do Governo será de total abertura ao diálogo, de cooperação leal e construtiva, de procura de consensos alargados sempre que não estejam em causa as orientações básicas do programa que o eleitorado inequivocadamente sustentou.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Avançaremos sem complexos nem hesitações. O tempo que vivemos não se compadece com preconceitos ultrapassados, com dúvidas que não fazem sentido, com receios que não têm razão de ser. Vivemos num Mundo em mudança, em mudança rápida e profunda. O tempo tem hoje um ritmo diferente do passado. Mais veloz, mais dinâmico e implacável. Mudanças que no passado permitiam um longo tempo de debate, apresentam-se hoje como imperativos a que a modernidade que queremos para Portugal nos obriga, a todos, a encarar com abertura e sem delongas.

Portugal não pode dar-se ao luxo de desperdiçar as oportunidades, de se atrasar em relação ao exterior, de ficar a marcar passo quando a história percorre uma cadência vertiginosa. Não se trata de uma qualquer afirmação de circunstância. Para perceber isto mesmo, basta pensar nas consequências que teriam advindo para Portugal se não tivesse sido possível, na legislatura anterior, gerar o acordo de revisão constitucional que pôs termo a vários estrangulamentos que impediam o normal desenvolvimento da nossa economia.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quanto mais não fosse, os recentes acontecimentos no centro e no leste da Europa só estão para demonstrar, de forma inofuscável, a importância estratégica e estrutural da última revisão constitucional e para que nos interroguemos sobre o que seria hoje a agenda desta Assembleia caso os obstáculos não tivessem então sido ultrapassados e a revisão não tivesse aberto o caminho às privatizações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Também hoje não podemos perder tempo, Srs. Deputados. O voto em 6 de Outubro é, de resto, um indicador preciso. Não foi um voto de emergência para pôr cobro a uma qualquer situação de insegurança nacional. Foi um voto de consciência que, sufragando o passado recente, nos apontou de forma nítida o caminho do futuro. Foi um voto de afirmação, afirmação interna que nos permite vencer a batalha da qualidade de vida, diminuir a distância que nos separa dos níveis de desenvolvimento e bem-estar dos nossos parceiros comunitários mais avançados, que assegure aos portugueses crescentes possibilidades de realização pessoal e colectiva.

Foi também um voto de afirmação externa que nos permite exercer em plenitude a nossa vocação universalista e desempenhar um papel cada vez mais influente na

Europa onde nos integramos, em África onde temos especiais responsabilidades históricas e em todos os quadrantes por onde se espalham as comunidades portuguesas.

Temos uma ideia para Portugal. Colocar Portugal irreversivelmente na senda do progresso económico, da maturidade científica e cultural, da justiça social.

Vamos trabalhar arduamente para que não seja desperdiçada esta oportunidade histórica de legarmos aos vindouros um Portugal mais forte, mais justo e mais solidário.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrado o debate do Programa do Governo.

No entanto, antes da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, tinham dado entrada na Mesa duas moções de rejeição, a primeira apresentada pelo Partido Comunista Português e a segunda pelo Partido Socialista, a cuja votação iremos proceder em seguida.

Assim, para a leitura destas duas moções de rejeição, tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, é a seguinte a moção de rejeição apresentada pelo Partido Comunista Português, cujo primeiro subscritor é o Sr. Deputado Octávio Teixeira:

Entende o Grupo Parlamentar do PCP que as responsabilidades das diferentes forças políticas representadas na Assembleia da República, face ao conteúdo e alcance do Programa do XII Governo, devem ser explicitadas através de adequada votação.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 229º do Regimento da Assembleia da República e para os efeitos do disposto no artigo 195º, n.º 3, da Constituição da República, o Grupo Parlamentar do PCP propõe à Assembleia da República a seguinte moção de rejeição:

A Assembleia da República rejeita o Programa do XII Governo.

Srs. Deputados, é a seguinte a moção de rejeição que deu entrada na Mesa em segundo lugar, apresentada pelo Partido Socialista e subscrita pelo Sr. Deputado Jorge Sampaio e outros:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta, ao abrigo e para os efeitos do disposto nos artigos 169º, n.º 4, e 198º, n.º 1, alínea d), da Constituição da República e nos termos do artigo 229º do Regimento, a seguinte moção de rejeição:

A Assembleia da República rejeita o Programa do XII Governo Constitucional.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para cumprirmos correctamente o n.º 3 do artigo 102º do Regimento, vamos proceder à votação por filas...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, julgo que o disposto no Regimento é que V. Ex.º tem de anunciar

o resultado da votação por partidos e não especificando o número total de votos.

Pessoalmente, nada tenho a opor a essa interpretação de V. Ex.¹, pois o nosso partido não tem nada a esconder. No entanto, dá-me a impressão que o método de votação preconizado é para efeitos disciplinários do PSD, já que nunca se procedeu dessa forma.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Narana Coissoró, eu próprio assumi esta decisão por me parecer que seria a forma mais rápida de proceder à votação. É que, após ter consultado o *Diário da Assembleia da República*, verifiquei que, em situações similares, se tem procedido à votação normal e, depois, há sempre alguém que vem requerer a quantificação dos deputados. Assim, julgo que é melhor procedermos desde já à votação deste modo.

Aplausos do PSD.

Srs. Deputados, vamos, então, passar à votação da moção de rejeição apresentada pelo PCP, por ter sido a que deu entrada na Mesa em primeiro lugar.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 134 votos contra (128 do PSD, 5 do CDS e 1 do PSN), 15 votos a favor (11 do PCP, 2 de Os Verdes e dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Mário Tomé) e 65 abstenções do PS.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação da moção de rejeição apresentada pelo Partido Socialista.

Submetida à votação, foi rejeitada com 134 votos contra (128 do PSD, 5 do CDS e 1 do PSN), 70 votos a favor (66 do PS, 2 de Os Verdes e dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Mário Tomé) e 11 abstenções do PCP.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Manoel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, esta declaração de voto, que depois entregarei na Mesa, explicita a posição do meu partido.

Com dúvida metódica...

Protestos do PS e do PCP.

O Orador: — ... — e não tenho culpa que haja aqui pessoas que não saibam o que isto é, mas depois explicá-lo-ei à saída — ...

Risos.

Aplausos do PSD.

... o Partido da Solidariedade Nacional (PSN) aceita o Programa do XII Governo Constitucional, esperando que a teoria fundante, que aprovamos *grosso modo*, ultrapasse o neo-liberalismo radical, o clientelismo, o caciquismo, o mero discurso verbal e se concretize numa prática diária competente, diligente e honesta.

Assim, concedemos ao Governo o benefício da dúvida e aceitamos criticamente o Programa do XII Governo Constitucional, criticamente, ou seja, esperando, entre outras coisas, que a política de segurança social, anun-

ciada no Programa do Governo, seja escrupulosamente cumprida.

Aplausos do PSD e do CDS e protestos do PS e do PCP.

Perceberam? Até que enfim!

Risos.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Então e as reformas iguais ao salário mínimo nacional?!

Vozes do PCP: — Vai para ministro!

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O PCP apresentou uma moção de rejeição do Programa do XII Governo Constitucional na convicção de que era politicamente indispensável que o debate do Programa do Governo não fosse inconclusivo e terminasse com uma votação.

Não evidentemente porque estivesse em questão saber qual era o resultado da votação. O resultado é óbvio, já que o Governo tem o apoio da bancada do PSD, que é maioritária na Assembleia da República. Mas, no nosso entendimento, a moção de rejeição não existe só para ser aprovada e dessa forma impedir a formação de governos; existe também, e talvez até principalmente, para que os partidos políticos representados na Assembleia clarifiquem as suas posições quanto ao Programa governamental no seu concreto conteúdo e alcance.

Não seria inteligível para o País que o Programa do Governo aqui passasse sem que cada um assumisse as suas responsabilidades.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os portugueses que não votaram no PSD e que não se identificam com este Programa não entenderiam por que razão a sua opinião — que é dizer a sua oposição — não seria expressamente manifestada neste debate pela forma democraticamente prevista na Constituição, isto é, pelo voto contra o Programa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Também perante os portugueses que votaram no PSD e que hoje o apoiam, esta clarificação é necessária. É importante que fique claro, desde já, a posição que os partidos políticos assumem, como forma de deixar transparente que há uma oposição à política governamental e que há alternativa a essa política.

Esta clarificação é assim necessária e ficamos naturalmente satisfeitos com o facto de, após termos apresentado a moção de rejeição, o PS o ter feito também, exprimindo assim igual necessidade de clarificação. Não entendeu, entretanto, o PS votar a moção de rejeição que apresentámos, pelo que naturalmente não esperaria então que votássemos a sua moção.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente; Srs. Deputados: Cumprida esta fase da vida política, o Governo está na plenitude dos seus poderes constitucionais.

Da nossa parte, assumimos plenamente o estatuto de oposição, mas oposição de projectos e de propostas. Claro que exerceremos todos os nossos direitos para criticar e combater as medidas que consideremos negativas e que o Governo queira executar. Usaremos os nossos direitos quer no plano das instituições (e particularmente aqui na Assembleia através do uso dos meios de fiscalização), quer no plano da acção no terreno social e nos movimentos de opinião. É legítimo, usaremos esses direitos!

Mas, simultaneamente, apresentaremos propostas e iniciativas, tendentes a dar resolução aos problemas das populações e do País, promoveremos o seu debate, confrontaremos as outras forças políticas com o seu conteúdo.

O Governo sai da Assembleia com legitimidade formal para governar, mas a legitimidade do Governo — de qualquer governo, mesmo de um governo como este, que assenta numa maioria absoluta aqui, na Assembleia da República — tem limites que se lhe impõem. Primeiro, a própria Constituição e o programa de democracia política, social, económica e cultural que lhe subjaz; depois, o respeito pelos interesses nacionais e pelos reais interesses populares, tal como se expressam nas reclamações e reivindicações que são publicamente formuladas; finalmente, o respeito pelas oposições e por todas as minorias.

Se seria pouco curial que a oposição não entendesse o quadro de legitimidade formal que a maioria usou na formação do Governo, muito pior seria se o Governo não entendesse que a sociedade portuguesa é uma realidade complexa, plural e multipolar e que ninguém conferiu ao Governo, nem o monopólio da representação nacional, nem o exclusivo da verdade, nem o uso único dos meios de acção política e de intervenção.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não partilhamos a ideia de que a democracia se cumpra só no voto expresso de tempos em tempos. A democracia deve ser vivida dia a dia e não há, não deve haver, nenhum fosso entre as instituições políticas e o país real. Por isso, a nossa última palavra, a terminar este debate, é para os cidadãos: do nosso país.

É que ninguém substituirá a intervenção dos cidadãos na defesa de uma sociedade democrática, mais justa e mais solidária. Apelamos à intervenção dos cidadãos, ao seu sentido crítico, à expressão pública das reivindicações, à defesa dos direitos, à luta pelos ideais. É através dessa luta quotidiana que seguramente se tornará possível uma alternativa, para a qual, da nossa parte, trabalharemos com entrega e energia!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tem a Mesa de se penitenciar porque não seguiu a ordem que estava estabelecida na conferência de representantes dos grupos parlamentares para as declarações de voto. Com as desculpas da Mesa, dou a palavra ao Sr. Deputado Narana Coissoró, para fazer a sua declaração de voto.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O nosso voto de rejeição das moções de rejeição do Programa do Governo, tanto da iniciativa do PCP como da apresentada pelo Partido Socialista, tem exacta e rigorosamente este único sentido. Como na política a negação

da negação não significa uma afirmação, esta rejeição da rejeição não traduz, de forma nenhuma, a nossa confiança no Governo ou qualquer sinal de apoio incondicional ao seu Programa, que agora fica aprovado sem o voto positivo desta Assembleia, por ausência de uma moção de confiança.

Rejeitámos as duas moções, em primeiro lugar, porque apresentámos, durante a campanha eleitoral, o nosso próprio programa de governo e, embora este não tenha sido sufragado majoritariamente pelo eleitorado, ele tinha, em vários pontos, posições coincidentes com as consagradas no Programa do Governo. Em segundo lugar, temos de tirar lições das eleições; se a maioria do povo que votou apoiou o programa eleitoral do Governo, e aqui, nesta Câmara, pela nossa parte, não apresentámos um programa alternativo; nem qualquer outro partido o fez, não podíamos, irresponsavelmente, rejeitar o Programa do Governo apresentado pelo partido vencedor e criar um vazio de poder. Em terceiro lugar, temos ideias claras por que rejeitámos muitas das soluções que têm propostas no Programa do Governo e mesmo algumas críticas do PS e todas do PCP.

No escasso tempo que nos foi dado, conforme o Regimento nos consente, mostrámos porque condenamos o pacote global eleitoral proposto tão repetidamente e tão incisivamente pelo Sr. Primeiro-Ministro. Este pacote é (já o dissemos) uma lei assassina do CDS, que é um pequeno partido e, aplicando estas regras aos resultados das últimas eleições, o CDS não teria os deputados que hoje se sentam nesta bancada:

Mas não são apenas estas as razões: nós concebemos a democracia — não porque hoje somos um pequeno partido e que deixaremos de ser para ser um grande partido no futuro, e ainda porque representamos uma corrente importante de opinião e doutrina política, tanto no País, como na Europa — não como um efeito da engenharia eleitoral que nos quer retirar o legítimo direito e a pretensão que temos de, com o método de representação proporcional, crescemos cada vez mais, em vez de sermos subjugados por um bipartidarismo artificial que se pretende instituir.

Assim não o quiseram os fundadores da Constituição, assim não o queremos nós porque votámos a favor das revisões constitucionais e votámos contra a Constituição de 1976 e não iríamos agora introduzir-lhe entorse contra as regras de representação de todo o País nesta Assembleia da República.

Quanto às prioridades do Governo na educação, na saúde, na segurança social, no ambiente, na indústria, no emprego, ficámos a saber nada porque o Sr. Primeiro-Ministro se substituiu aos seus ministros. As únicas indicações sumárias que temos sobre estes sectores é o extenso discurso inaugural do Sr. Primeiro-Ministro e o não menos extenso discurso de encerramento. V. Ex.º, Sr. Primeiro-Ministro, falou por vários ministros, que vieram aqui ouvi-lo, o que é uma posição muito ingrata para os ministros: não podiam contradizê-lo, não podiam apoiá-lo e não podiam falar por sua própria boca!

Por isso, saímos daqui mais pobres, tão pobres como são os ministros que aqui não falaram, nada disseram, nada apresentaram para justificar o seu lugar no País e que vão para os seus gabinetes fazer agora a exegese do discurso do Chefe do Governo, tal como a oposição também o vai analisar. Entraram mudos, e saíram quedos desta Assembleia.

Depois, votámos rejeitando as moções porque não nos confundimos com outras oposições. E desde já dizemos ao PS que não tenha pretensões de dizer que são os representantes de toda a oposição, dos que não votaram a favor deste programa de Governo. Não outorgamos qualquer procuração a nenhum partido, porque estes cinco deputados que aqui estão são suficientes, como o demonstraram neste debate, para mostrar aquilo que valemos, aquilo que quer o nosso eleitorado e as ideias que julgamos certas para o País e para defender os interesses nacionais e ninguém nos substituirá em parte nenhuma.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, ao terminar hoje a sua fase de governo de gestão e indo para o seu gabinete com a não rejeição do seu Programa de Governo, V. Ex.^o deve lembrar-se que prometeu governar para todos os portugueses.

V. Ex.^o nega e recusa evidências: o nosso partido tem sido discriminado, assim como os nossos militantes — temos as queixas que ouvimos durante a campanha eleitoral por todo o lado. E não podemos negar aos nossos militantes o direito de dizerem aquilo que sentem. Gostaríamos que V. Ex.^o cumprisse a palavra de que governa para todos os portugueses, de que as oportunidades são iguais para todos, de que não há clientelismo do PSD, de que não há um «Estado laranja»! Porque houve na legislatura anterior e os nossos militantes disso se queixaram e queixam todos os dias.

Faço este apelo, não para pedir um favor, mas porque se trata de um direito que o meu partido tem, de pedir a um órgão de soberania que, se aqui há partidos, na Assembleia da República, no plano do Governo este seja para todos os portugueses e não apenas para o PSD.

Protestos do PSD.

Srs. Deputados do PSD, tenho de veicular esta mensagem porque os meus eleitores me pedem, e eu tenho o direito e o dever de levar isso ao conhecimento do Governo. E faltaria ao meu mandato se, por vergonha, por medo ou por pudor, calasse aquilo que os meus eleitores me mandaram para dizer ao Governo!

Sr. Primeiro-Ministro, a terminar as minhas palavras, quero desejar a V. Ex.^o e aos «seus Ministros» uma profícua acção em defesa dos nossos interesses. Não faremos qualquer oposição obstrutiva, não faremos uma oposição de «bota-abixo», porque o nosso conceito de interesse nacional e de patriotismo não nos permitiria essas posições. Pode V. Ex.^o contar com a nossa colaboração em tudo o que coincida com os nossos pontos de vista, mas atacaremos o Governo dignamente, de cabeça levantada, naquilo que julgarmos ser pernicioso para Portugal.

Quanto à Presidência da CEE, pode V. Ex.^o contar que também sabermos, juntamente com V. Ex.^o, prestar Portugal — assim saiba V. Ex.^o e os seus ministros não aproveitar a Presidência para propaganda do seu partido e não andar em permanente campanha eleitoral. Boa sorte!

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Governo surpreendeu esta Assembleia com uma proposta de revisão extraordinária da Constituição, que manteve em segredo de Estado durante a campanha eleitoral, destinada a esclarecer o eleitorado. Uma revisão com o intuito, já

expresso, de alterar o sistema eleitoral para debilitar a proporcionalidade, logo, a representatividade, logo, a democracia!

Isto quando o sistema eleitoral vigente tem demonstrado permitir quer maiorias mais democráticas, no nosso entender, resultantes do debate aberto na Assembleia da República, quer maiorias absolutas, que conferem estabilidade — que mais não seja ao PSD. Não se compreende, portanto, a proposta, a não ser pelo temor do PSD de confrontar o eleitorado numa matriz sólida e comprovadamente democrática nos futuros actos eleitorais. As últimas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias mostraram ao PSD que, às maiorias absolutas, podem seguir-se perdas bastante graves.

O Governo deixou entender que, se mostra optimismo, mostra menos segurança no reforço da qualidade e mais certezas na contenção e no rigor que irão, como é norma, recair sobre os que trabalham — daí as ameaças ao direito à greve.

É de notar que, apesar de aprovada por unanimidade na Assembleia Regional da Madeira, por iniciativa da UDP, a proposta de igualização das pensões e reformas mínimas ao salário mínimo nacional, o Governo a ignora completamente, apesar de falar na melhoria das condições de vida dos reformados e pensionistas. É ainda notória a ausência de garantia de medidas que reflitam eficazmente a solidariedade nacional devida às regiões autónomas.

Quanto à questão candente do ambiente, em degradação acelerada, o que se constatou foi o vazio total, a não ser a confirmação do peregrino conceito de que os fogos florestais se deveriam ao carácter mediterrânico do nosso clima, que, por acaso, nos apoenta ou nos delicia há nove séculos sem as nefastas consequências que se conhecem nos últimos dez anos.

Na política externa, que não pode deixar de ser influenciada por uma compreensível expectativa perante uma situação internacional móvel, instável e, por vezes, imprevisível, o Governo não hesita, no entanto, em ligar-se fielmente à NATO, venha o que vier, haja o que houver, antes da definição pelo povo português do conceito estratégico nacional para a actual situação mundial.

Onde devia ter ousadia sem limites, assumindo com total empenho a responsabilidade constitucional para com Timor-Leste, limita-se a protestos bem intencionados, a proclamações de princípio, a retórica sem consequência, em vez de promover iniciativas concretas como a imposição de sanções à Indonésia e reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU. O papel dos Estados Unidos na NATO e na invasão de Timor-Leste e o seu apoio à Indonésia, talvez seja uma pista para encontrarmos as razões de tão evidente apatia governamental.

Vago e distante das promessas eleitorais, prometendo continuidade mais na governamentalização do que no crescimento, ameaçando com contenção e a marcar passo na qualidade, não dando garantias de uma política externa própria e que garanta a soberania nacional, o programa do XII Governo exigiu que votássemos a sua rejeição.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel de Castro.

A Sr.^a Isabel de Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O grupo parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes votou favoravelmente as duas moções de rejeição apresentadas por razões que o debate já evidenciou e se

prendem com a manutenção de opções programáticas que no passado se mostraram, em nosso entendimento, erradas e que o futuro não deixará de acentuar.

Estas opções não correspondem à necessidade de assegurar nenhuma das grandes permissas em que, para nós, o desenvolvimento da sociedade deve assentar: a plenitude dos direitos dos cidadãos, o equilíbrio e a defesa do meio ambiente, a desmilitarização e a paz.

No Programa do Governo apresentado, estas opções traduziram-se, nomeadamente, na ausência de uma atitude intervadora do Estado no garante da corporização dos direitos ao ensino, à cultura, ao ambiente, à igualdade; na manutenção de um mero papel propagandístico do ambiente, que continua a ser subalternizado e secundarizado nas várias políticas sectoriais; na adopção de uma postura de dependência e submissão face aos interesses militaristas e belicistas, mau grado as alterações verificadas no Mundo, e contrárias a uma política de desenvolvimento auto-sustentado, baseado na harmoniosa relação do homem com a natureza e na solidária cooperação entre os povos, que as velozes transformações do Mundo mostram não pode continuar a ser adiada.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Votei favoravelmente as moções de rejeição ao Programa do Governo, apresentadas, primeiramente, pelo Grupo Parlamentar do PCP e, depois, pelo do PS, porque somos de opinião, depois de ouvir atentamente os argumentos aduzidos pelo Governo, de que a sua prática política não garantirá a estabilidade social, o desenvolvimento do País, a criação de emprego, a melhoria das condições de vida da generalidade dos trabalhadores portugueses, sobre os quais pesa a ameaça contra o direito à greve, como não criará perspectivas de futuro aos jovens. Nada nos garante, ainda, que vá ser posto travão à marginalização progressiva para que estão a ser lançadas camadas de cidadãos.

Durante o debate, ficámos cientes de que o Governo continua a demonstrar não ter em conta as dificuldades que o embate da integração europeia irá criar à sociedade portuguesa, não apontando medidas preventivas e de correção. O Governo mostrou-se muito mais preocupado em apresentar inesperadas propostas de alteração à legislação eleitoral: depois de a maioria absoluta pretender impor ao País o poder absoluto.

Com o anterior governo de Cavaco Silva optou-se por uma prática política neo-liberal que agravou as desigualdades sociais e concorreu para aumentar as faixas de pobreza. Com o actual Governo, praticamente igual, com um programa idêntico e com a sua argumentação, fica-se com a certeza de que dias mais difíceis, novas privações e distorções irão agravar sensivelmente a vida dos portugueses, nomeadamente a das classes trabalhadoras. Em síntese, é este o sentido da votação do deputado da Intervenção Democrática.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Permitam-me, desta feita, uma saudação especial aos Srs. Deputados da oposição, na consciência, que é nossa, de que a oposição é diversa

e da representatividade própria de cada um dos segmentos da oposição.

Apresentámos e votámos uma moção de rejeição a este programa desde logo porque não é o nosso. Discordamos da sua filosofia de fundo e, por outro lado, nas questões que foram anteriormente formuladas aos diversos membros do Governo, não obtivemos respostas satisfatórias, consistentes e adequadas. Ouvimos algumas vozes e deixámos de ouvir outras.

A prioridade das prioridades, citada como sendo a da educação, entrou muda e saiu calada e a esse respeito temos fundadas dúvidas em como o Sr. Ministro da Educação vai conciliar as suas políticas e os seus objectivos com a política preconizada pelo Sr. Ministro das Finanças. Temos também fundadas dúvidas sobre como é compatibilizável o discurso do Sr. Primeiro-Ministro com o discurso do Sr. Ministro das Finanças.

Ficámos ainda com grandes dúvidas quanto ao repto que lançámos em resposta ao ultimato do Sr. Primeiro-Ministro. Estamos disponíveis para rever a lei eleitoral de acordo com as regras de respeito pela proporcionalidade, mas queremos saber igualmente em que medida o Governo está disponível para garantir a reforma do sistema político em dois domínios que são vitais: o do debate público e democrático alargado, no qual entendemos haver neste momento défice, e o dos controlos democráticos, nos quais igualmente a transparência do sistema político não está, em absoluto, garantida.

Queremos também dizer que ao eleger a lei eleitoral, a cujo debate damos a nossa disponibilidade e interesse, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo, nalguma medida, tentaram, como foi dito, «desgraduar» as principais questões económico-sociais que se levantam e com as quais se vai debater o povo português.

A esse nível e voltando à questão da Europa, devemos dizer com toda a frontalidade ao Sr. Primeiro-Ministro que, em termos da defesa do interesse nacional, o Governo não o defende melhor que a oposição, no rigoroso sentido que esse é também o nosso interesse e em medida igual ao do Governo. Acresce que o Partido Socialista integra a maior família partidária da Europa e nesse sentido estará com o Estado Português e com V. Ex.º, a defender os interesses do Estado Português, que são os do povo português e não exclusivamente os do seu Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Silva Marques.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Diz o ditado popular, e é verdade, que «mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo».

Ora, mal nós imaginávamos que a oposição se deixasse apanhar tão depressa. Durante a recente campanha eleitoral — ainda ressoam nos nossos ouvidos os avisos dramáticos e as trágicas premonições — a oposição afirmava que a maioria absoluta não era uma condição essencial da estabilidade governativa e que aí estava o seu bom senso, o seu espírito construtivo para a substituir. No entanto, hoje e aqui, a algumas semanas do sufrágio, vemos como Portugal ficaria sem governo não fosse a maioria absoluta aqui presente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É claro que só não tivemos uma moção de rejeição do CDS porque não temos connosco, infelizmente, o Professor Freitas do Amaral...

Protestos do CDS.

... que bem fez concorrência ao incisível Arnaldo de Matos nos momentos mais heróicos.

Risos do PSD.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Lamentável!

O Orador: — Este é um pequeno comentário de circunstância, não me levem a mal. Como os senhores nos fazem tantos comentários da mesma natureza, espero que mantenham *fair-play*.

Mas o caso pode e deve conduzir a outras reflexões que respeitam às próprias ideias que uns e outros têm sobre o regime democrático e até sobre a Nação que somos.

Durante o debate não surgiu, minimamente formulada ou sequer esboçada, uma proposta alternativa de política de governo, para além das críticas, tão genéricas quanto gratuitas e, até mesmo, tão só pontuais.

Sendo assim, a proposta de moção de rejeição do Programa do Governo reconduz o debate parlamentar — por consequência, o próprio Parlamento, máxime a própria democracia — a um sistema mais de afrontamento político e de guerrilha interpartidária do que a um mecanismo sério e eficaz de governo das nações.

Por outro lado e especialmente da parte do PS, o que tivemos foi a sobrevalorização de aspectos formais da democracia política e da sustentação de valores baseada numa argumentação académica — para não dizer livresca —, desconhecendo, ignorando eventualmente de forma voluntária, as especificidades culturais portuguesas e não só.

Por exemplo, decerto por excessiva influência americana e da televisão — quem diria? —, considerar a publicidade das comissões de inquérito como uma garantia mais de democratismo e transparéncia é, pelo menos, muito discutível. A verdade é que, Srs. Deputados, as comissões parlamentares têm realizado um trabalho construtivo precisamente porque desligadas do jogo político próprio e inevitável do Plenário, em consequência de, em regra, as respectivas reuniões não serem públicas.

Já nem me deterei no estafado retorno às questões regimentais, aqui também trazidas como ponto de demarcação e de atitude alternativa. É que o nosso Regimento tem garantias de debate como nenhum outro dos Estados democráticos. Porquê, pois, Srs. Deputados, a rejeição do Programa?

Se quisermos ir mais longe, para além das meras e erradas visões da democracia mais como lugar de luta política do que como mecanismo de governação, ou mais como exercício formal da crítica do que como instrumento operativo de acção concreta, então, havemos de chegar à conclusão de que o que a oposição hoje tem é um grave problema ontológico de ligação ao real, ou, se quisermos, uma questão de mentalidade.

No fundo, não é o Programa de Governo o que a oposição rejeita. O que a oposição rejeita é o próprio País tal como ele é, os próprios portugueses tal como eles são, cegos por um elitismo ou por uma ambição que a paralisa e desespera.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — Srs. Deputados, abordei a questão no puro plano da ontologia; não estou a atacar-vos moralmente!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Diz-se que uma boa democracia exige uma boa e forte oposição. Ora, as circunstâncias exigem de nós, maioria social-democrata, um encargo suplementar: o de sermos maioria sem cairmos nos vícios que, em princípio, seriam corrigidos por uma boa oposição.

Esse é, pois, um novo grande desafio para todos nós, sociais-democratas: contribuirmos para governar Portugal sem adormecermos, graças ao som da campanha da crítica acertada da oposição, estarmos vivos e não sonolentos, refastelados na situação fácil e cômoda da maioria dos votos.

Srs. Deputados, não adormecremos, por Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dou por terminado o debate do Programa do Governo, por certo um dos debates mais nobres desta legislatura.

A próxima sessão plenária somente terá lugar na próxima quinta-feira, dia 21, pelas 15 horas, com uma ordem de trabalhos que será anunciada mais tarde.

A razão de não haver sessão plenária na próxima terça-feira é evidente: é que um primeiro passo a dar no início de uma nova legislatura é, naturalmente, o da organização eficaz da actividade parlamentar propriamente dita, nomeadamente no que diz respeito às comissões parlamentares, cujos trabalhos, como sabem, terminam com a cessação de uma legislatura.

Este trabalho de organização pertencerá, em primeiro lugar, à conferência dos representantes dos grupos parlamentares. Assim, para este efeito, fica convocada uma conferência para amanhã, dia 15, às 10 horas, na Sala D. Maria e uma outra, na mesma sala, para terça-feira, dia 19, às 15 horas.

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro Roque de Pinho Disala Barreto.

António José Caciro da Mota Veiga.

António Moreira Barbosa de Melo.

Domingos Duarte Lima.

Filipe Manoel da Silva Abreu.

Guilherme Henrique V. Rodrigues Silva.

Jáime Gomes Milhomens.

Jorge Paulo Scabra Roque da Cunha.

José Alberto Puig dos Santos Costa.

José Ângelo Ferreira Correia.

José Macário Custódio Correia.

Manuel Albino Casimiro de Almeida.

Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.

Pedro Domingos de Sousa Holstein Campilho.

Partido Socialista (PS):

Armando António Martins Vara.

Carlos Cardoso Lage.

Elisa Maria Ramos Damiao Vieira.
 Gustavo Rodrigues Pimenta.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.
 José Barbosa Mota.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Narciso Rodrigues de Miranda.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.

Partido Comunista Português (PCP):
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Fernando Monteiro do Amaral.
 Maria Leonor Belcza Mendonça Tavares.

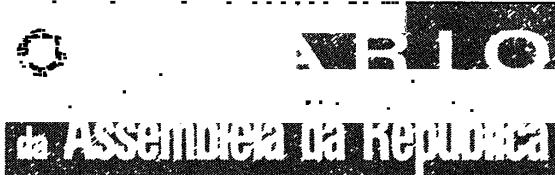
Partido Socialista (PS):

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.

Partido Comunista Português (PCP):

Domingos Abrantes Ferreira.

OS REDACTORES: *Isabel Barral — Cacilda Nordeste — José Diogo — Ana Maria Marques da Cruz — Maria Amélia Martins.*



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 230\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex